

Versão final

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO
PARA O PLANEJAMENTO URBANO PARTICIPATIVO
PLANO DE AÇÃO DAS SUBPREFEITURAS DE SÃO PAULO
Subprefeitura Vila Prudente**

NOVEMBRO/2019 – SETEMBRO/2020

PROJETO

914BRZ5015

**GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO PARA SMDU / SÃO PAULO
(9580)**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

EDITAL 04/2019

PRODUTO 6 – SUBPREFEITURA VILA PRUDENTE

DETALHAMENTO

Documento técnico contendo: Relatório Final elaborado em conjunto com os técnicos e demais consultores contendo Sumário Executivo e os Planos de Ação Regionais para cada uma das 32 Subprefeituras.

CONSULTOR

Consultor Especialista em Planejamento Urbano Participativo

Rita de Cássia Ogera

São Paulo – 28 de setembro de 2020.

Lista de siglas

AMA	Assistência Médica Ambulatorial
AMOVIZA	Associação dos moradores e comerciantes do bairro de Vila Zelina
CCA	Centro para Crianças e Adolescentes
CDC	Clube da Comunidade
CEDESP	Centro de Desenvolvimento Social e Produtivo
CEI	Centro de Educação Infantil
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CEU	Centro Educacional Unificado
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
COVID 19	Doença causada pelo novo coronavírus
CPM	Conselho Participativo Municipal
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRESAN	Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional
EE	Escola Estadual
EETU	Eixos e Estruturação da Transformação Urbana
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
ETEC	Escola Técnica Estadual
EMTU	Empresa Metropolitana de Trens Urbanos de São Paulo
FEMA	Fundo Especial de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

FMSAI	Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura
FUNDURB	Fundo de Desenvolvimento Urbano
GEOINFO	Coordenadoria de Produção e Análise de Informação
HIS	Habitação de Interesse Social
HMP	Habitação de Mercado Popular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPVS	Índice Paulista de Vulnerabilidade Social
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEM	Macroárea de Estruturação Metropolitana
MP	Ministério Público
NRP	Núcleo Regional de Planejamento
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGP	Open Government Partnership
PA	Perímetro de Ação
PAS	Programa Anual de Saúde
PDE	Plano Diretor Estratégico - Lei 16.050/2014
PEUC	Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios
PLANURBE-SMDU	Coordenadoria de Planejamento Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
PMSP	Prefeitura Municipal de São Paulo
PPA	Plano Plurianual

PRA	Programa de Redução de Alagamento
PRS	Plano Regional da Subprefeitura
PSM	Pronto Socorro Municipal
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAGA	Supervisão para Assuntos de Governo Aberto
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEME	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGM	Secretaria de Governo Municipal
SF	Secretaria Municipal da Fazenda
SIURB	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMDET	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMIT	Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia
SMPED	Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência
SMRS	Secretaria Especial de Relações Sociais
SMS	Secretaria Municipal da Saúde
SMSU	Secretaria Municipal de Segurança Urbana

SMSUB	Secretaria Municipal das Subprefeituras
SMT	Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes
SPTrans	São Paulo Transporte S/A
SPUrbanismo	São Paulo Urbanismo
SVMA	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
SVMA - DIPO	Divisão de Implantação, Projetos e Obras da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
UBS	Unidade Básica de Saúde
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
URSI	Unidade de Referência à Saúde do Idoso
USP	Universidade de São Paulo
ZC	Zona Centralidade
ZCOR	Zona Corredor
ZDE	Zona de Desenvolvimento Econômico
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPAM	Zona Especial de Proteção Ambiental
ZER	Zona Exclusivamente Residencial
ZEU	Zona Eixo de Estruturação e Transformação Urbana
ZPI	Zonas Predominantemente Industriais
ZPR	Zona Predominantemente Residencial

Lista de quadros, gráficos e mapas

Quadro 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	20
Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.	21
Quadro 2 e Gráfico 2: Propostas da sociedade civil organizadas por competência das secretarias municipais.	22
Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.	38
Quadro 3: Perímetros de Ação da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020.	64
Quadro 4: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.	83
Quadro 5: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.	91
Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.	93
Quadro 6: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura Vila Prudente.	96
Quadro 7: Contagem de Propostas por setorial municipal.	99
Quadro 8: Devolutiva das Secretarias municipais – Subprefeitura Vila Prudente.	100
Quadro 9: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Vila Prudente.	116

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
INTRODUÇÃO	13
PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA E O SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO MUNICIPAL	28
Institucionalidades e administração pública	29
Planejamento urbano e planejamento orçamentário	31
Planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada	33
1. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA	35
1.1. Plano Regional da Subprefeitura Vila Prudente	35
1.2. Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação	39
2. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA E A TERRITORIALIZAÇÃO DO PROGRAMA DE METAS 2019-2020	64
2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura	64
2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação	67
2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020	76
3. PRIORIZAÇÃO DOS PERÍMETROS DE AÇÃO DOS PLANOS REGIONAIS DAS SUBPREFEITURAS	77
3.1. Priorização dos Perímetros de Ação na Subprefeitura Vila Prudente	87
3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação	91
4. PARTICIPAÇÃO POPULAR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA	92
4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública	94
4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas	99
4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública	104

5. CONSIDERAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PLANO DE AÇÃO DA SUBPREFEITURA 115

ANEXOS

ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata dos “Cadernos dos Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo”. Este documento é produto da cooperação entre Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Prefeitura do Município de São Paulo. A cooperação se estabelece pelo Projeto 914BRZ5015 - Gestão da informação e do conhecimento para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) da Prefeitura do Município de São Paulo, Editais UNESCO Nº 03, 04 e 05/2019, publicizados entre 17 e 24 de setembro de 2019. Os profissionais contratados participaram na elaboração dos Planos de Ações das Subprefeituras do município de São Paulo junto a Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE-SMDU-PMSP).

Além desta apresentação, os “Cadernos dos Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” estão organizados em duas partes. A primeira refere-se à Introdução, que apresenta e debate o processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, assim como suas relações com o sistema de planejamento urbano, o processo orçamentário e a participação da sociedade civil organizada.

A segunda parte refere-se ao estudo desenvolvido para as 32 Subprefeituras do município de São Paulo, sendo essa parte estruturada em cinco seções:

1. Plano Regional da Subprefeitura: em acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, discute:

1.1. Plano Regional da Subprefeitura: abarca o diagnóstico construído pelo processo do Plano Regional da Subprefeitura, introduzindo as questões urbanas particulares a cada Subprefeitura.

1.2 Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação: apresenta a caracterização e as diretrizes para cada Perímetro de Ação em acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016.

2. Plano Regional da Subprefeitura e a Territorialização do Programa de Metas 2019-2020: apresenta a territorialização do Programa de Metas 2019-2020 do município de São Paulo, e debate a incidência deste sobre cada Subprefeitura e Perímetro de Ação.

2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura: estuda a relação espacial entre Programa de Metas 2019-2020 e os Perímetros de Ação.

2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação.

2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020: apresenta convergências e articulações entre os Perímetros de Ação e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020 para cada Subprefeitura.

3. Priorização dos Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura: apresenta a priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras, selecionados a partir de avaliação técnica dos Perímetros de Ação em reuniões com os Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

3.1. Priorização dos Perímetros de Ação: descreve os Perímetros de Ação priorizados e respectivas justificativas para tal, realizada junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação: apresenta síntese sobre os Perímetros de Ação prioritários, realizada junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

4. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura: apresenta as propostas da sociedade civil organizada a partir da audiência pública; síntese dessas propostas; classificação de cada proposta; autoria das respostas em termos de secretaria municipal; pertinência da proposta para o Plano de Ação da Subprefeitura; e as devolutivas de cada secretaria municipal sobre as propostas para o Plano de Ação.

4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública: apresenta síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas de cada órgão municipal e a pertinência das demandas para o Plano de Ação.

4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas: apresenta as devolutivas de cada órgão municipal para as demandas dos munícipes.

4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública: apresenta as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública.

5. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura: apresenta as considerações e recomendações técnicas que norteiam a implementação do Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda integram os Planos de Ação das Subprefeituras os anexos:

Anexo 01 - Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020.

Anexo 02 - Mapas do Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 03 - Mapa Perímetros de Ação da Subprefeitura.

Anexo 04 - Mapa Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.

INTRODUÇÃO

A realização dos “Planos de Ação das Subprefeituras da Cidade de São Paulo” foi definida no Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016, que trata dos Planos Regionais das Subprefeituras e também no 2º Plano de Ação em acordo com os objetivos do Governo Aberto na Cidade de São Paulo¹. O Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras” do Governo Aberto, que é o de ouvir as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantir a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

De acordo com o Plano Diretor Estratégico – PDE (Lei 16.050/2014) os Planos Regionais das Subprefeituras integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, e detalham as diretrizes do Plano Diretor Estratégico aprovado em 2014, com seu horizonte de planejamento que segue até 2029.

No âmbito territorial de cada Subprefeitura, os Planos Regionais das Subprefeituras articulam as políticas setoriais e complementam as proposições relacionadas às questões urbanístico-ambientais em seus aspectos físicos e territoriais e demarcam os instrumentos urbanísticos e ambientais previstos no PDE 2014, em especial no seu artigo 346.

O aspecto territorial dos Planos Regionais é determinado pela *Rede de Estruturação Local*, a qual é composta por *Perímetros de Ação*, que são porções do território destinadas ao desenvolvimento urbano local, mediante integração de políticas e

¹ A Supervisão para Assuntos de Governo Aberto (SAGA), foi instituída pela Prefeitura Municipal de São Paulo no Decreto no 54.794/2014 como parte da Secretaria Municipal de Relações Internacionais (chamando-se, a princípio, São Paulo Aberta). Em janeiro de 2019, a Supervisão para Assuntos de Governo Aberto foi transferida para a Secretaria do Governo Municipal, em acordo com o Decreto No 58.596 de 07/01/2019. Seu principal objetivo é criar políticas públicas para difundir, articular e fomentar os conceitos de transparência, inovação, participação social e accountability na gestão pública como vias de combate à corrupção, além de interagir com a Open Government Partnership (OGP) na prestação de contas dos compromissos assumidos no Plano de Ação em Governo Aberto da cidade de São Paulo. O 2º Plano de Ação em Governo Aberto possui cinco compromissos, e o Plano de Ação das Subprefeituras relaciona-se com o Compromisso Nº 2: “Descentralização e Desenvolvimento Local”: Elaborar os Planos de Ação das Subprefeituras, ouvindo as demandas territoriais, os conselhos municipais, agentes e usuários de equipamentos públicos e outras instâncias participativas locais, e garantindo a publicidade e acessibilidade do orçamento público.

Informações extraídas de: Documento interno elaborado por SGM-PMSP, outubro de 2019 (pp.1-6). Sobre Governo Aberto ver também: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/governo/governo_aberto_na_cidade_de_sao_paulo/index.php?p=252984>, consultado em dezembro de 2020.

investimentos públicos, caracterizados a partir da articulação dos elementos locais nos sistemas urbanos e ambientais, nos termos do Plano Diretor Estratégico.

Dessa forma, foram elaborados em 2016 nas 32 Subprefeituras os respectivos Planos Regionais, que delimitaram 380 Perímetros de Ação Local para todo o município. Cada um desses *Perímetros de Ação* conta com descrição e mapeamento da respectiva área de análise, caracterização das questões relacionadas à sua área, bem como, apresentam objetivos e diretrizes para as intervenções intersecretariais em âmbito local.

O Decreto nº 57.537, de 16 de dezembro de 2016, regulamenta os artigos 344 a 346 da Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014 – Plano Diretor Estratégico, instituindo os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados a partir dos princípios e diretrizes nele estabelecidos, e articulado à revisão da nova disciplina de parcelamento, uso e ocupação do solo instituída pela Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016; determina a composição e atribuições dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e orienta a elaboração e a aplicação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Os Planos de Ação das Subprefeituras definidos no § 4º do artigo 346 do PDE – 2014 visam garantir a compatibilidade entre a territorialização das ações setoriais previstas no Programa de Metas e as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor Estratégico e nos Planos Regionais das Subprefeituras, e devem ser atualizados quadrienalmente, ouvido o Conselho de Representantes, em até 180 (cento e oitenta) dias após a publicação do Programa de Metas municipal, devendo esse último ser divulgado em até 90 dias a partir da posse do novo prefeito.

O Plano de Ação das Subprefeituras tem por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais, compatibilizando o Programa de Metas com a territorialização das ações setoriais previstas, conforme o Art. 9º - Decreto nº 57.537/2016.

§ 1º Os Planos de Ação das Subprefeituras contém:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras 2020 foi coordenada pela Secretaria de Governo Municipal (SGM) e das Subprefeituras (SMSUB) com orientação, suporte técnico e suporte metodológico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e, com a participação dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) e dos Conselhos Participativo Municipais (CPM).

No início de 2019 a Prefeitura do Município de São Paulo promoveu uma revisão do Programa de Metas adequando-se à conjuntura econômica, financeira e administrativa, além de levar em consideração eventos imprevistos e lições aprendidas, definiu compromissos para o biênio 2019-2020. Com o compromisso de promover uma ampla divulgação da revisão programática, foram realizadas audiências públicas, de caráter devolutivo, nas 32 subprefeituras, além de uma audiência promovida na Câmara Municipal.

A revisão do Programa de Metas exprime 36 Objetivos Estratégicos, 71 metas e 213 iniciativas. Os objetivos estratégicos são enunciados que comunicam, de maneira direta e simples, quais as principais aspirações da Prefeitura, o resultado geral esperado com a execução das metas e as iniciativas associadas a eles. As metas dimensionam estes compromissos, estabelecendo o indicador para seu acompanhamento e o quantitativo a ser alcançado até o final de 2020. As iniciativas são as ações concretas necessárias ao alcance dos objetivos, por meio de intervenções realizadas pela Administração para que o resultado global seja alcançado com impactos positivos na vida da população.

A primeira rodada de Oficinas de Planejamento com vistas a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras foi realizada entre os dias 16 e 30 de outubro de 2019 e sintetizou os conteúdos dos Planos Regionais das Subprefeituras, bem como, tratou de dar início a avaliação da articulação entre os Perímetros de Ação nele definidos com a territorialização das metas do Programa de Metas 2019-2020, face ao processo orçamentário e a atuação das diversas secretarias municipais em âmbito local.

As 32 oficinas realizadas retomaram o processo de planejamento regional, a partir das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP) com atenção às divisas administrativas e aos territórios das 32 subprefeituras da capital paulista.

De acordo com Plano Diretor Estratégico (PDE) e com o Decreto 57.537/2016, os Núcleos Regionais de Planejamento, são:

- instâncias vinculadas a cada Subprefeitura, atuando como um colegiado intersetorial e interdisciplinar;
- responsáveis pela integração e articulação das políticas;
- responsáveis pelo acompanhamento das ações voltadas à concretização dos princípios, diretrizes e ações do Plano Diretor, dos Planos Regionais e outros instrumentos do Sistema de Planejamento Urbano;

- responsáveis por fornecer insumos para a elaboração dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por integrar as discussões de conteúdo dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por contribuir para os processos participativos dos Planos Regionais das Subprefeituras e dos Planos de Ação das Subprefeituras;
- responsáveis por apoiar e acompanhar as intervenções nos Perímetros de Ação;
- responsáveis por, quando cabível, constituir subgrupos para acompanhamento de intervenções específicas.

A realização dessas primeiras rodadas de Oficinas de Planejamento utilizou os mapas dos Perímetros de Ação definidos nos Cadernos dos Planos Regionais das Subprefeituras para cada uma das 32 Subprefeituras, bem como, a cada um deles foram sobrepostas as informações disponíveis sobre as metas incidentes nos territórios das Subprefeituras, previstas para o período 2019-2020 (cf. **Anexo 02**).

Os mapas produzidos com essas sobreposições refletiram o estado da arte das informações sobre as metas territorializadas a partir do levantamento das informações coletadas pelas Secretarias de Governo e das Subprefeituras, bem como, junto a todas as secretarias setoriais municipais com ação nos territórios.

Ressalta-se que o processo de planejamento foi iniciado a partir de um banco de dados preliminar sistematizado e georreferenciado em mapas elaborados por PLANURBE-SMDU, com possibilidade dinâmica de recepção de novas informações sobre as metas territorializadas, em um prazo máximo definido até 13/12/2019, a partir do qual novos ajustes foram realizados para a formulação das bases para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020.

A segunda rodada de oficinas em direção à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras, teve como objetivo a *priorização dos Perímetros de Ação (PA)* definidos nos Planos Regionais das Subprefeituras, as quais, foram realizadas em reuniões de análise e avaliação técnicas por Subprefeitura e junto aos respectivos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

Para a avaliação técnica foi utilizado o método de pontuação e classificação dos Perímetros de Ação com base em cesta de critérios, conforme definido na “Roteiro Metodológico para elaboração dos Planos de Ação que compõem os Planos Regionais

em cada Subprefeitura, de acordo com os dados disponíveis do Plano de Metas 2019-2020” (**Anexo 01**).

Os critérios definidos para a avaliação técnica foram: (1) Estruturação e Transformação Urbana; (2) Inclusão socioeconômica; (3) Economia Urbana Local; (4) Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos; (5) Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento; (6) Resiliência e Vulnerabilidade Urbana; (7) Mobilidade Urbana; (8) Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil.

A avaliação técnica foi organizada em três etapas, e a articulação dos critérios se adequa a cada uma das etapas, conforme segue:

- (i) identificar a relação espacial entre critérios e Perímetros de Ação; mediante a *aplicação dos critérios de análise para cada um dos Perímetros de Ação*;
- (ii) avaliar a relevância dos diferentes critérios para cada um dos Perímetros de Ação, também com atenção ao Programa de Metas;
- (iii) analisar a relação espacial entre Programa de Metas e os Perímetros de Ação, em acordo com os diferentes critérios e considerado o estágio do projeto, obra ou atividade (planejamento, em execução, ou executado).

Após essa fase de avaliação técnica pelos NRPs e em continuidade ao processo de planejamento urbano, conforme definido nas disposições legais, a administração pública municipal realizou a *1ª rodada de audiências públicas* relativas à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

As audiências públicas de consulta à sociedade civil, foram organizadas em parceria entre as Secretarias de Governo Municipal (SGM), de Desenvolvimento Urbano (SMDU), das Subprefeituras (SMSUB), e cada uma das 32 Subprefeituras. Elas ocorreram entre os dias 3 e 19 de fevereiro de 2020, e contaram com a participação dos membros dos Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras.

A agenda de audiências públicas sofreu ajustes devido a fortes chuvas e ao agravamento das situações de risco das populações mais vulneráveis em subprefeituras periféricas. Esse ajuste de datas se deu com vistas a potencializar a participação de população nas audiências públicas.

As audiências públicas foram iniciadas com a apresentação da SGM sobre o planejamento orçamentário municipal. Na sequência a equipe de PLANURBE-SMDU realizou a exposição sobre os Planos de Ação das Subprefeituras que abarcou o Plano Diretor Estratégico (PDE) e os Planos Regionais das Subprefeituras (PRS).

Neste segundo momento, os técnicos representantes da SMDU, com o apoio dos consultores UNESCO, trataram da articulação entre Perímetros de Ação e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020, com vistas à elaboração do Plano de Ação das Subprefeituras.

A metodologia proposta em conjunto por SGM, SMDU e consultores UNESCO às consultas à sociedade civil utilizou o método de validação e/ou revisão dos resultados da Priorização de Perímetros de Ação em reuniões com os Conselhos Participativos das 32 Subprefeituras.

Conforme já comentado anteriormente, os trabalhos de Priorização de Perímetros de Ação haviam sido realizados previamente pelos 32 Núcleos Regionais de Planejamento (NRP), internamente à estrutura da administração municipal, para cada uma das Subprefeituras, durante o período de novembro de 2019 a janeiro de 2020.

O escopo das apresentações para as consultas à sociedade civil foi definido em conjunto pelos consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU. O escopo foi estruturado da seguinte maneira:

- Abertura por SGM e SMSUB – Subprefeito;
- Síntese dos conceitos gerais do Plano Regional da Subprefeitura;
- Apresentação dos Perímetros de Ação, e sua localização, principais aspectos que o caracterizam, principais diretrizes e a territorialização do Programa de Metas 2019-2020;
- Apresentação de Quadro Síntese sobre os PA priorizados pelo Plano de Ação da Subprefeitura 2020 (cf. **Quadro 5**), acompanhado da justificativa que orientou essa priorização;
- Discussão aberta promovida na audiência pública;
- Manifestação verbal e escrita de participantes e representantes da sociedade civil;
- Síntese final sobre o objetivo principal da reunião, esclarecimentos necessários e validação e/ou realização de ajustes para orientar a formulação do Plano de Ação da Subprefeitura
- Dinâmica adotada nas audiências públicas: Plenária com os presentes, com a supervisão dos técnicos de PLANURBE-SMDU e consultores UNESCO. Foram utilizados os seguintes materiais pertinentes a cada Subprefeitura: 2 Mapas A0 de cada Subprefeitura; Mapas A3 para cada Perímetro de Ação da Subprefeitura; **Quadro Plano Regional da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020** (cf. **Quadro 3**); **Quadro Perímetros de Ação priorizados e justificativas** (cf. **Quadro 5**).

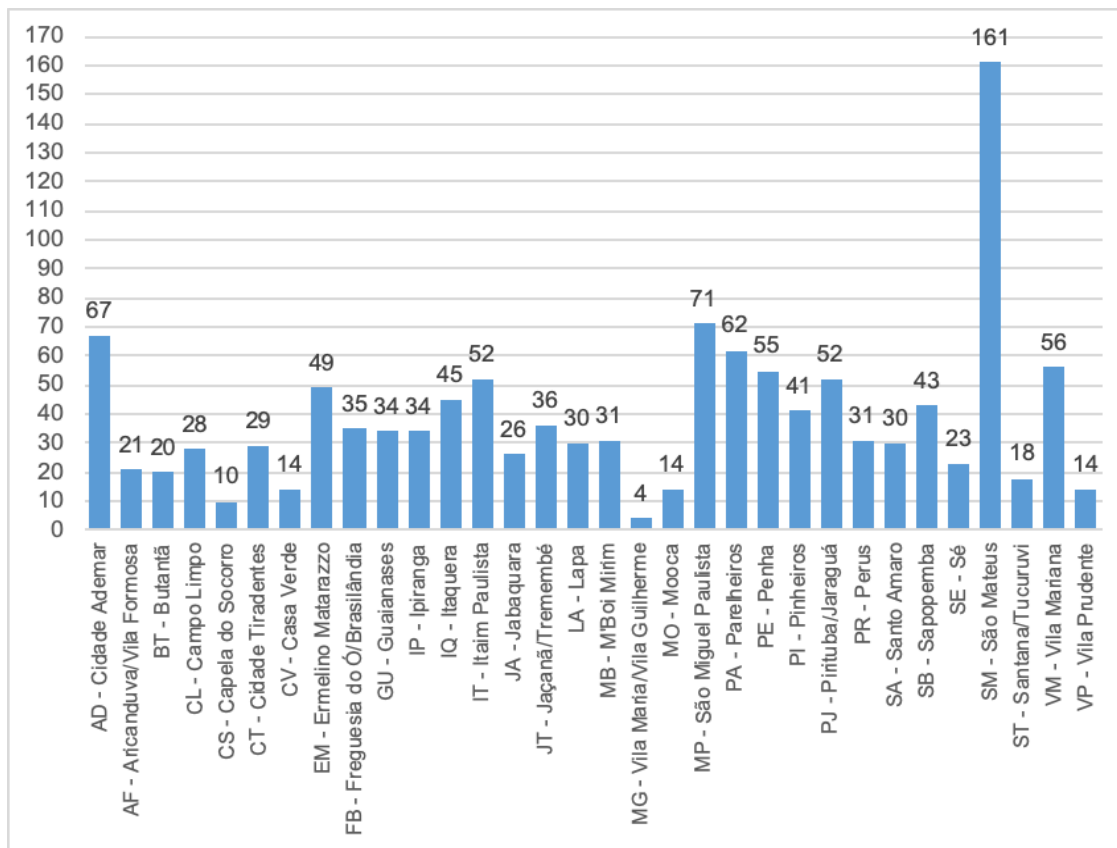
O último momento das audiências públicas foi dedicado à manifestação de representantes da sociedade civil, em formato plenária. O público foi composto pelos conselheiros participativos municipais, mas não exclusivamente, uma vez que as audiências foram públicas e abertas. Para além da manifestação verbal, os partícipes representantes da sociedade civil também registraram suas contribuições por escrito em fichas, conforme o modelo sugerido por SGM. As contribuições registradas por escrito, recolhidas ao longo das 32 audiências públicas nas Subprefeituras, são o insumo central para o desenvolvimento do presente relatório técnico.

As contribuições de sociedade civil registradas por escrito durante a primeira rodada de audiência pública foram sistematizadas pela SGM e compõem um quadro de referências. Uma síntese desses resultados é apresentada a seguir pelo **Quadro 1 e Gráfico 1**.

Quadro 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.

Subprefeitura	Propostas	%
AD - Cidade Ademar	67	5%
AF - Aricanduva/Vila Formosa	21	2%
BT - Butantã	20	2%
CL - Campo Limpo	28	2%
CS - Capela do Socorro	10	1%
CT - Cidade Tiradentes	29	2%
CV - Casa Verde	14	1%
EM - Ermelino Matarazzo	49	4%
FB - Freguesia do Ó/Brasilândia	35	3%
GU - Guaianases	34	3%
IP - Ipiranga	34	3%
IQ - Itaquera	45	4%
IT - Itaim Paulista	52	4%
JA - Jabaquara	26	2%
JT - Jaçanã/Tremembé	36	3%
LA - Lapa	30	2%
MB - M'Boi Mirim	31	3%
MG - Vila Maria/Vila Guilherme	4	0%
MO - Mooca	14	1%
MP - São Miguel Paulista	71	6%
PA - Parelheiros	62	5%
PE - Penha	55	4%
PI - Pinheiros	41	3%
PJ - Pirituba/Jaraguá	52	4%
PR - Perus	31	3%
SA - Santo Amaro	30	2%
SB - Sapopemba	43	3%
SE - Sé	23	2%
SM - São Mateus	161	13%
ST - Santana/Tucuruvi	18	1%
VM - Vila Mariana	56	5%
VP - Vila Prudente	14	1%
Total	1236	100%

Gráfico 1: Propostas da sociedade civil por Subprefeitura.

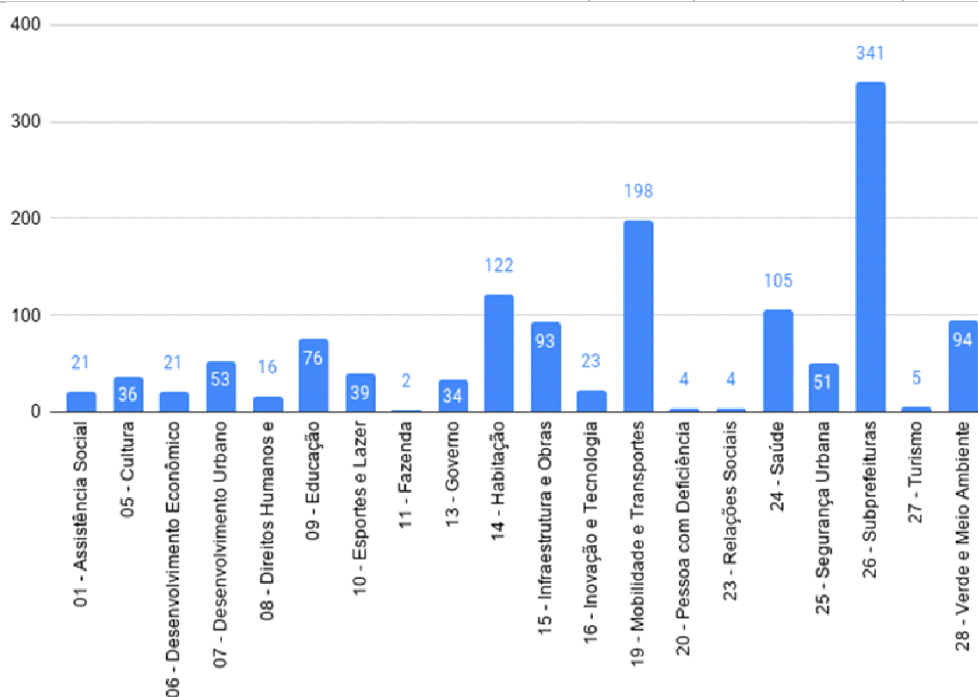


Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Conforme pode-se observar, as Subprefeituras com maior quantidade de contribuições escritas foram: São Mateus, São Miguel Paulista, Cidade Ademar, Parelheiros, Vila Mariana, Penha e Itaim Paulista. As propostas da sociedade civil foram classificadas com atenção às competências das secretarias municipais, como evidenciam o **Quadro 2** e **Gráfico 2**.

Quadro 2 e Gráfico 2: Propostas da sociedade civil organizadas por competência das secretarias municipais.

Total Propostas		1236
Total de Propostas Distribuídas*		1338
* excluindo-se propostas não legíveis.		
* algumas propostas foram encaminhadas para mais de 1 secretaria.		
01 - Assistência Social	21	propostas 1,6%
05 - Cultura	36	propostas 2,7%
06 - Desenvolvimento Econômico	21	propostas 1,6%
07 - Desenvolvimento Urbano	53	propostas 4,0%
08 - Direitos Humanos e Cidadania	16	propostas 1,2%
09 - Educação	76	propostas 5,7%
10 - Esportes e Lazer	39	propostas 2,9%
11 - Fazenda	2	propostas 0,1%
13 - Governo	34	propostas 2,5%
14 - Habitação	122	propostas 9,1%
15 - Infraestrutura e Obras	93	propostas 7,0%
16 - Inovação e Tecnologia	23	propostas 1,7%
19 - Mobilidade e Transportes	198	propostas 14,8%
20 - Pessoa com Deficiência	4	propostas 0,3%
23 - Relações Sociais	4	propostas 0,3%
24 - Saúde	105	propostas 7,8%
25 - Segurança Urbana	51	propostas 3,8%
26 - Subprefeituras	341	propostas 25,5%
27 - Turismo	5	propostas 0,4%
28 - Verde e Meio Ambiente	94	propostas 7,0%



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

Destaca-se que a maior parte das contribuições escritas da sociedade civil foram destinadas às Subprefeituras (341), Mobilidade e Transportes (198), Habitação (122), Saúde (105) e Infraestrutura (98). As demandas organizadas segundo as secretarias municipais foram encaminhadas para análise de cada órgão, para cotejar a viabilidade de sua inserção no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização e avaliação das contribuições escritas da sociedade civil na consulta pública e o parecer apresentado pelos órgãos setoriais municipais são os principais insumos para a preparação da segunda (2ª) Rodada de Audiências Públicas - Audiências Devolutivas para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A sistematização das contribuições apresentadas pela sociedade civil nas audiências públicas considerou os seguintes quesitos de classificação: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria. Foram sistematizados os posicionamentos de setoriais municipais sobre as contribuições de sociedade civil, e avaliada *sua pertinência ao Plano de Ação da Subprefeitura*.

A partir dessa avaliação foram analisadas as contribuições da sociedade na 1ª Rodada de Consultas, em função da sua viabilidade técnica e financeira, entre outros aspectos, pelo executivo municipal e, em especial, observada a articulação e possibilidade de inserção dessas propostas ao Plano de Ação 2020, às recomendações para 2021 e para os próximos ciclos de planejamento.

Essa análise considerou a relação das propostas com os objetivos e as diretrizes apresentadas para cada Plano Regional de Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020, em específico para os Perímetros de Ação (PA) priorizados em cada Subprefeitura. Foram também apresentadas justificativas e recomendações para as contribuições que apresentaram pouca ou nenhuma aderência ao Plano de Ação das Subprefeituras, a exemplo de ações voltadas ao aperfeiçoamento das atividades de zeladoria e da gestão das Subprefeituras, e outras recomendações que poderão retroalimentar a revisão do Plano Diretor Estratégico 2014 e dos respectivos Planos Regionais.

Finalmente, são apresentadas recomendações técnicas, para os Perímetros de Ação e Planos de Ação das Subprefeituras, desenvolvidas em parceria entre consultores UNESCO e técnicos PLANURBE-SMDU-PMSP.

Reuniões Devolutivas à Sociedade Civil

Segundo o artigo 322 do Plano Diretor Estratégico - Lei Municipal 16.050 de 2014, a gestão democrática deve ser baseada na plena informação, disponibilizada pelo Executivo com a devida antecedência e de pleno acesso público, transparência, e acesso à informação. A partir disso, recomenda-se que o executivo dê publicidade, por meio dos sítios da prefeitura, aos insumos tratados correspondentes ao Plano de Ação de cada Subprefeitura, como subsídios à realização das reuniões devolutivas, direcionada a cada Subprefeitura.

Com base nas orientações do artigo 322 recomenda-se que os documentos elaborados para o **Plano de Ação das Subprefeituras 2020 com recomendações para 2021 sejam disponibilizados nos portais eletrônicos das Subprefeituras**, assim como, no site Gestão Urbana. No caso de informações territorializadas, a plataforma Geosampa se mostra como um importante meio de difusão e publicização.

A segunda rodada de audiências públicas – as audiências devolutivas – para o Plano de Ação deveriam ter ocorrido entre os meses de abril e maio do ano de 2020, em formato presencial.

Em função da Pandemia da COVID 19 e dos impedimentos legais em vigor a partir de 15 de agosto de 2020, definido pela legislação eleitoral, as oficinas devolutivas para a discussão dos Planos de Ação foram adiadas sine-die.

A metodologia para as reuniões devolutivas constituir-se-ia da apresentação e discussão da **Sistematização das demandas apresentadas pelos conselheiros e participantes da sociedade civil, elaborados para cada uma das 32 Subprefeituras** (cf. Quadro 6), e **Posição e Avaliação das secretarias municipais sobre as propostas apresentadas para o Plano de Ação de cada uma das Subprefeituras** (cf. Quadro 8).

Destaca-se o grande volume de propostas que foram analisadas e organizadas por temas e encaminhadas para análise de cada órgão, para avaliação da viabilidade de inserção delas no contexto dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 ou 2021.

O principal subsídio ao Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 é a articulação e a inserção de parte dessas propostas, avaliadas pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU, com base no **Quadro 9 - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021**.

Disponibilização das informações para apresentação dos Planos de Ação por Subprefeituras

Para a finalização dos Planos de Ação, tendo em vista a impossibilidade de realização das reuniões devolutivas, recomenda-se a publicização das informações consideradas fundamentais para a compreensão dos resultados obtidos:

- Inserção e disponibilização dos Perímetros de Ação (PA) que compõem os Planos Regionais de cada Subprefeitura na plataforma Geosampa;
- Disponibilização das apresentações dos Planos Regionais e respectivos Perímetros Prioritários preparada para a 1ª Rodada de Audiências com os Conselhos Participativos Municipais (CPM);
- Disponibilização da Apresentação contendo a Avaliação das demandas e propostas indicadas pelos Conselhos Participativos Municipais e sociedade civil em cada Subprefeitura. Essa apresentação é baseada na análise de viabilidade de atendimento, e/ou de outros encaminhamentos às demandas, pelos órgãos setoriais responsáveis, em atividade coordenada por SGM, que constam dos seguintes Quadros:
- **Quadro 6** – Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura, elaborado para cada uma das 32 Subprefeituras,
- **Quadro 8** - Devolutivas das secretarias municipais, sobre as propostas da sociedade civil apresentadas para o Plano de Ação, elaborado para cada uma das 32 Subprefeituras.
- **Quadro 9** - Recomendações Técnicas para o Plano de Ação da Subprefeitura, para o Plano de Ação de 2021 e para as demais peças de planejamento entre 2021-2024.

Recomenda-se a apresentação dos resultados desse trabalho aos Conselhos Participativos Municipais de cada Subprefeitura tão logo seja possível em função das medidas de saúde pública requeridas pela pandemia da COVID-19 e respeitadas as restrições da legislação eleitoral.

Por fim, recomenda-se a articulação dos resultados do Plano de Ação das Subprefeituras para 2020 e das recomendações para o Plano de Ação para 2021 à discussão das propostas para a LOA e LDO para o ano de 2021.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo, especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Destaca-se também a Comissão Municipal para o Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030 em processo de consolidação institucional, e vinculada à Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente.²

Dado o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, estes trazem também recomendações para o Plano de Ação para 2021 e para o planejamento do período 2021-2024, recomendando-se que a elaboração de planos de ação das Subprefeitura se transforme em prática perene, rotineira e periódica de planejamento participativo.

2

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/participacao_social/conselhos_e_organos_colegiados/index.php?p=237119>, portal eletrônico consultado em setembro de 2020.

Plano de Ação da Subprefeitura e o Sistema de Planejamento Urbano Municipal

O presente documento conclui a prestação de serviços técnicos especializados à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura do Município de São Paulo, com a elaboração pioneira dos Planos de Ação das Subprefeituras, conforme previsão legal, os quais compõem o Sistema Municipal de Planejamento Urbano paulistano.

Os Planos Regionais das Subprefeituras, elaborados conforme a orientação do Plano Diretor Estratégico de 2014, foram instituídos por Decreto Municipal em 2016 e também integram o Sistema Municipal de Planejamento Urbano. Estão centrados no planejamento local integrado dos espaços públicos e das políticas setoriais municipais, ao passo que deixaram de regular o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano, formulado em lei específica aprovada em 2016.

Os Planos de Ação das Subprefeituras devem revisar e priorizar as propostas apresentadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras do município de São Paulo, e buscar a integração entre o planejamento urbano local e o processo orçamentário.

A elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020 foi acionada pelo processo participativo referente ao 2º Plano de Ação Governo Aberto, alinhando-se assim aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, apresentados pelas Organizações das Nações Unidas em 2015, e incorporados como diretriz governamental pela Prefeitura do Município de São Paulo e especialmente pela Secretaria de Governo Municipal. Desse modo, destaca-se a relevância dos processos participativos para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e a importância do planejamento urbano local para a tomada de decisão no âmbito da administração municipal, em sintonia com a opinião manifesta da sociedade civil organizada.

Dado o caráter pioneiro da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras em 2020, cabe uma síntese e considerações, que representam as lições apreendidas nesse processo. Essas considerações avançam em três principais eixos: (i) institucionalidades e administração pública; (ii) planejamento urbano e planejamento orçamentário; (iii) planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada.

Institucionalidades e administração pública

Em termos de institucionalidades e gestão pública, cada setor da administração pública municipal possui sua racionalidade própria, e incorpora objetivos, estratégias, critérios e forma de organização particulares, que orientam seus gastos e o exercício da sua função pública. Se a Secretaria Municipal de Transportes planeja e opera eixos e fluxos, a Secretaria Municipal de Saúde estrutura seus serviços com base na distribuição de equipamentos de saúde e a abrangência territorial das equipes de saúde da família, por exemplo. Ainda, cada órgão setorial organiza a sua descentralização administrativa de modo autônomo, por meio de gerências, coordenadorias, departamentos ou divisões técnicas regionais, por exemplo. Essas diversas racionalidades incorporam justificativas técnicas, históricas e políticas. Contudo, uma articulação entre essas perspectivas demanda um esforço para institucionalização dos Núcleos Regionais de Planejamento.

Ao mesmo tempo, cabe destacar a histórica atuação das Subprefeituras do município, e o significado das estratégias de descentralização administrativa da Prefeitura de São Paulo, que incorporam capacidade de acompanhamento das transformações na cidade.

Desse modo, os Núcleos Regionais de Planejamento criados pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016 e coordenados pela Secretaria Municipal de Subprefeituras, são centrais ao debate e elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, e instituem por meio de ações anuais e plurianuais os Planos Regionais das Subprefeituras elaborados com o horizonte de planejamento para 2029. Nesse contexto, os Núcleos Regionais de Planejamento representam a arena de articulação entre as pastas municipais, sendo essa articulação estabelecida a partir do espaço urbano e planejamento estatal de maneira descentralizada para a ação local. Desse modo, recomenda-se o fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das respectivas Subprefeituras, como instância fundamental para a gestão da integração das ações setoriais no território, elaboração e implementação dos planos de ação local, e implantação dos objetivos e diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras.

Além disso, a boa atuação do planejador demanda o acesso à informação organizada em sistemas inteligentes, ressaltando a pertinência da construção de um sistema e de

um fluxo de informações no âmbito da administração pública direcionados ao planejamento local. Ou seja, a implantação de um sistema, processos e procedimentos que construam um banco de dados de informações territorializadas na escala local, que subsidiem a articulação entre o espaço público e a implantação de políticas públicas por meio do planejamento local.

Durante o processo de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, destacou-se a dificuldade quanto à disponibilização e territorialização das ações do Programa de Metas 2019-2020, visto que as informações por metas não estavam disponíveis em banco de dados comuns e não estavam vinculadas ao território. Por não haver essa base de dados estruturada e disponível, não foi possível ter acesso às ações territorializadas desenvolvidas localmente pelas secretarias no biênio 2017-2018, informação fundamental para o acompanhamento processual das diretrizes dos Planos Regionais das Subprefeituras e subseqüentes indicações para a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras tendo em vista a continuidade dos ciclos de planejamento orientados pelo horizonte de planejamento para o ano de 2029, nos Planos Regionais das Subprefeituras de 2016 e no Plano Diretor Estratégico 2014.

Ressalta-se a importância do constante monitoramento destes planos pela administração pública, à exemplo do que ocorre na escala do PDE 2014. A necessidade dessa prática reforça a premissa de regularidade e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento, coordenados pelas pela Secretaria Municipal das Subprefeituras. Essa prática deve estar alinhada ao processo de monitoramento do Plano Diretor Estratégico, já em desenvolvimento pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, secretaria responsável pela orientação, suporte técnico e suporte metodológico no desenvolvimento urbano e na articulação técnica dos Núcleos Regionais de Planejamento.

Um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados de informações territorializadas é central à dissolução de assimetrias entre agentes e para ampliação da eficiência na atividade de planejamento. É fundamental que a territorialização de informações seja compartilhada em banco de dados acessível aos agentes públicos que necessitam de informações relativas ao planejamento territorial. Um banco de dados territorializado é uma ferramenta estratégica para a atuação e fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento tendo em vista sua responsabilidade em organizar as bases para a formulação dos Planos de Ação das Subprefeituras.

Planejamento urbano e planejamento orçamentário

A prática quadrienal de elaboração e revisão dos Planos de Ação das Subprefeituras não é desprovida de sentido. Visa o alinhamento processual entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, introduzindo a segunda vertente de considerações para o aperfeiçoamento desse processo.

Um importante debate relativo ao sistema municipal de planejamento urbano é o financiamento dos importantes investimentos em infraestruturas urbana, habitacional e ambiental, centrais para a estruturação urbana local, o que é possível deduzir a partir das demandas já incorporadas pelos Planos Regionais das Subprefeituras, e também avaliadas pelas lições apreendidas no presente trabalho.

Os trabalhos de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras para 2020 se iniciaram no final de 2019, e são orientados em especial pelo Programa de Metas 2019-2020, instrumento este que também subsidia a formulação do planejamento orçamentário municipal. O ajuste temporal da elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras, de modo concomitante à elaboração do Programa de Metas 2021-2024, poderá contribuir para uma melhor articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, e refletir positivamente na estruturação das políticas públicas e ações setoriais integradas com reflexo importante no atendimento dos objetivos, diretrizes e metas de âmbito local.

Ambos, Plano de Ação das Subprefeituras 2021-2024 e Programa de Metas 2021-2024, podem informar a gestão orçamentária municipal, o Plano Plurianual 2022-2025, e as sucedâneas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais. Importante que o financiamento da estruturação urbana local esteja orientado por metas intersetoriais, como sugerem os Planos Regionais das Subprefeituras, metas articuladas também com atenção às especificidades levantadas pelo planejamento urbano.

Os Planos de Ação das Subprefeituras, o Programa de Metas, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual são peças de planejamento da administração pública dotadas de processos participativos próprios, atendendo aos preceitos de uma gestão democrática. Esses processos podem estar articulados por eventos comuns para promover a integração dos Planos de Ação das Subprefeituras, Programa de Metas e leis orçamentárias, e de modo a fortalecer a participação da

sociedade civil organizada. Isso implica na necessidade de uma articulação prévia entre secretarias, desde órgãos responsáveis pelas finanças públicas e os órgãos setoriais específicos.

Uma outra articulação possível é entre os diferentes fundos municipais, que possuem finalidades específicas, mas que podem atuar conjuntamente sobre um único território ou com vistas à implementação das diretrizes dos Perímetros de Ação priorizados nos Planos de Ação das Subprefeituras. Neste caso, há ainda a destacar os conselhos participativos associados a cada fundo municipal como, por exemplo, o Fundo Municipal de Habitação que é associado ao Conselho Municipal de Habitação.

A publicização de balanços administrativos e fiscais, que analisem quanti e qualitativa e periodicamente à implementação do Programa de Metas e dos gastos públicos, contribuiria para o maior acompanhamento da integração das políticas setoriais, da sua aderência ao território e no dimensionamento das dificuldades a serem superadas durante os próximos ciclos de planejamento. Este seria ainda um importante subsídio para fortalecer a atuação da representação da sociedade civil nos espaços de controle social.

Planejamento urbano e participação da sociedade civil organizada

Neste item destaca-se a relevância conferida aos Conselhos Participativos Municipais (CPM) pelos processos de elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras. As atribuições dos Conselhos Participativos Municipais guardam afinidade com as propostas dos Planos Regionais e respectivos Planos de Ação das Subprefeituras. Dentre outros, esses conselhos devem articular os diferentes segmentos da sociedade civil organizada, desenvolver ação integrada e complementar às áreas temáticas de conselhos e o controle social do poder público, fiscalizar e monitorar no território a execução orçamentária municipal. Neste sentido, os Conselhos Participativos Municipais de fato são instâncias pertinentes à elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras.

A consolidação dos conselhos participativos municipais fortalece o próprio sistema de planejamento urbano municipal. Os conselheiros contribuem notoriamente para um debate qualificado sobre o espaço urbano e suas condições, trazendo maior aderência à percepção dos problemas a partir da sua vivência no território, trazendo um elemento enriquecedor para a elaboração e implementação de políticas públicas e ações delas derivadas, e uma orientação mais precisa para priorizar os gastos públicos a partir do planejamento urbano local.

O esforço de consulta à sociedade civil deve colher as informações necessárias à atuação estatal, assim como, contribuir para a formação cívica sobre a administração municipal. Um melhor êxito nessa articulação de objetivos poderá estar associado a uma maior interação da SMDU com os CPMs, aliás solicitada por muitos conselhos, e também com a disponibilização prévia de mapas, tabelas e textos aos conselhos participativos e nos portais eletrônicos da municipalidade; etapas preparatórias de formação teórica sobre o Plano Diretor e os Planos Regionais, possível a partir de apresentação de *slides*, e dinâmicas ativas de participação, em mesas e oficinas de debate horizontal, com o uso da cartografia; devolutivas em formato interativo, com ampliação das oportunidades para esclarecimentos, estabelecimento de compromissos e considerações finais.

Em específico sobre as reuniões devolutivas, retoma-se os desafios apresentados para o Sistema Municipal de Planejamento Urbano, em especial a maior articulação entre as pastas municipais. As propostas colhidas junto à sociedade civil devem ser

verificadas junto aos setoriais municipais competentes. Atentar ao correto encaminhamento das propostas da sociedade, no âmbito da administração pública, é premissa importante para o bom desempenho do processo participativo.

A territorialização das propostas da sociedade civil por Perímetros de Ação se mostrou um processo de fundamental importância para focalizar a elaboração dos Planos de Ação das Subprefeituras nas especificidades e integração de ações setoriais e deverá compor esforço de elaboração de futuras reuniões devolutivas à sociedade civil.

Por fim, sobre a participação da sociedade civil organizada, é pertinente um estudo sobre a garantia das condições econômicas, de suporte e políticas necessárias à boa organização desses conselhos, que passa pelo fortalecimento da representatividade democrática.

Para além das considerações aqui apresentadas e organizadas por eixos temáticos, destacamos que os desafios e potenciais listados acima não devem ser entendidos de modo estanque. Avançar de modo sistêmico, com vistas a um desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo socialmente, é uma recomendação à prática e operação do sistema municipal de planejamento urbano em São Paulo, em especial em relação ao planejamento local.

1. PLANO REGIONAL DA SUBPREFEITURA

Esta seção apresenta uma breve caracterização do território da subprefeitura Vila Prudente, a caracterização e as diretrizes³ de cada Perímetro de Ação, extraídas do “*Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras - Perímetros de Ação Vila Prudente*”, publicado em dezembro de 2016.

1.1. Plano Regional da Subprefeitura Vila Prudente^{4 5}

O território da subprefeitura da subprefeitura Vila Prudente situa-se na zona leste do Município de São Paulo, conta com 2,2 % da população do município de São Paulo (11.253.503 habitantes - Censo de 2010), distribuídas em dois distritos: Vila Prudente e São Lucas.

Em relação ao Índice Paulista de Vulnerabilidade⁶, nos distritos de Vila Prudente e São Lucas a proporção da população nos grupos 5 e 6 (maior vulnerabilidade) é baixa (2,8%) e (4,5%) respectivamente, bem abaixo do município de São Paulo que é de aproximadamente 16%.

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em 2010 em torno de 0,8 que é a média do município (0,8). As áreas mais densas e vulneráveis deste território concentram-se no eixo sudeste da subprefeitura, na região sul do distrito de São Lucas.

Com um baixo nível de atividade econômica, a subprefeitura Vila Prudente conta com 51 mil postos de trabalho formais. Os empregos formais aumentaram de 2000 a 2010, concentrando-se no distrito de Vila Prudente. Os setores de empregos formais mais ativos nesta subprefeitura são (em 2012): comércio (32,6%), indústria (31%) e serviços (30,3%). No setor industrial, Vila Prudente apresenta indústrias metalúrgicas e de alimentos e bebidas como principais ramos.

³ *Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras: Vila Prudente – Perímetros de Ação, dez 2016.* <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>

⁴ *Fonte: PMSP. Datasub – Cadernos das Subprefeituras – material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras – Vila Prudente, 2016.*

⁵ *Partes do texto extraídas integralmente do Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Quadro Analítico – Vila Prudente, dez 2016.* <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>

⁶ *DATASUB – Cadernos das Subprefeituras - da Material de apoio para Revisão Participativa dos Planos Regionais das Subprefeituras – Vila Prudente, abril 2016* <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>

Na temática de mobilidade, São Lucas também apresenta o pior índice de deslocamento da subprefeitura, com 18,3% dos trabalhadores residentes neste distrito gastando mais de uma hora entre casa-trabalho. Esta média é semelhante àquela verificada para a região Leste 1⁷, de 18,6%.

O território de Vila Prudente encontra-se na Bacia Hidrográfica do Rio Tietê e na sub-bacia do Rio Tamanduateí. O principal fundo de vale, ao longo do Córrego da Mooca, atualmente configura-se como a Avenida Professor Luiz Ignácio de Anhaia Mello, uma das áreas com maior ocorrência de alagamentos.

Os dados acima sintetizados subsidiaram a construção dos 15 Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura Vila Prudente descritos a seguir, sendo que os principais desafios a serem enfrentados nessas áreas são: (i) altos índices de densidade em áreas vulneráveis; (ii) habitação precária em ocupações irregulares, com riscos geológicos; (iii) problemas de macrodrenagem (enchentes) e microdrenagem (alagamentos); (iv) carência de equipamentos sociais; (v) implantação de novas áreas verdes de modo a qualificar os bairros e reduzir os efeitos das ilhas de calor; (vi) potencializar e qualificar as centralidades; (vii) qualificar os percursos existentes entre os bairros de Vila Prudente e a Av. Luiz Ignácio de Anhaia Mello; (viii) qualificar o sistema viário para melhor circulação de pedestres, ciclistas, automóveis e ônibus municipais e intermunicipais; (ix) melhorar as conexões no sentido Norte-Sul, ligando Sapopemba com o ABC; (x) preservar o acervo histórico da Vila Zelina - região de origem dos imigrantes que auxiliaram o desenvolvimento da área, tais como búlgaros, croatas, eslovacos, húngaros, lituanos, poloneses, trechos, romenos, russos e ucranianos.

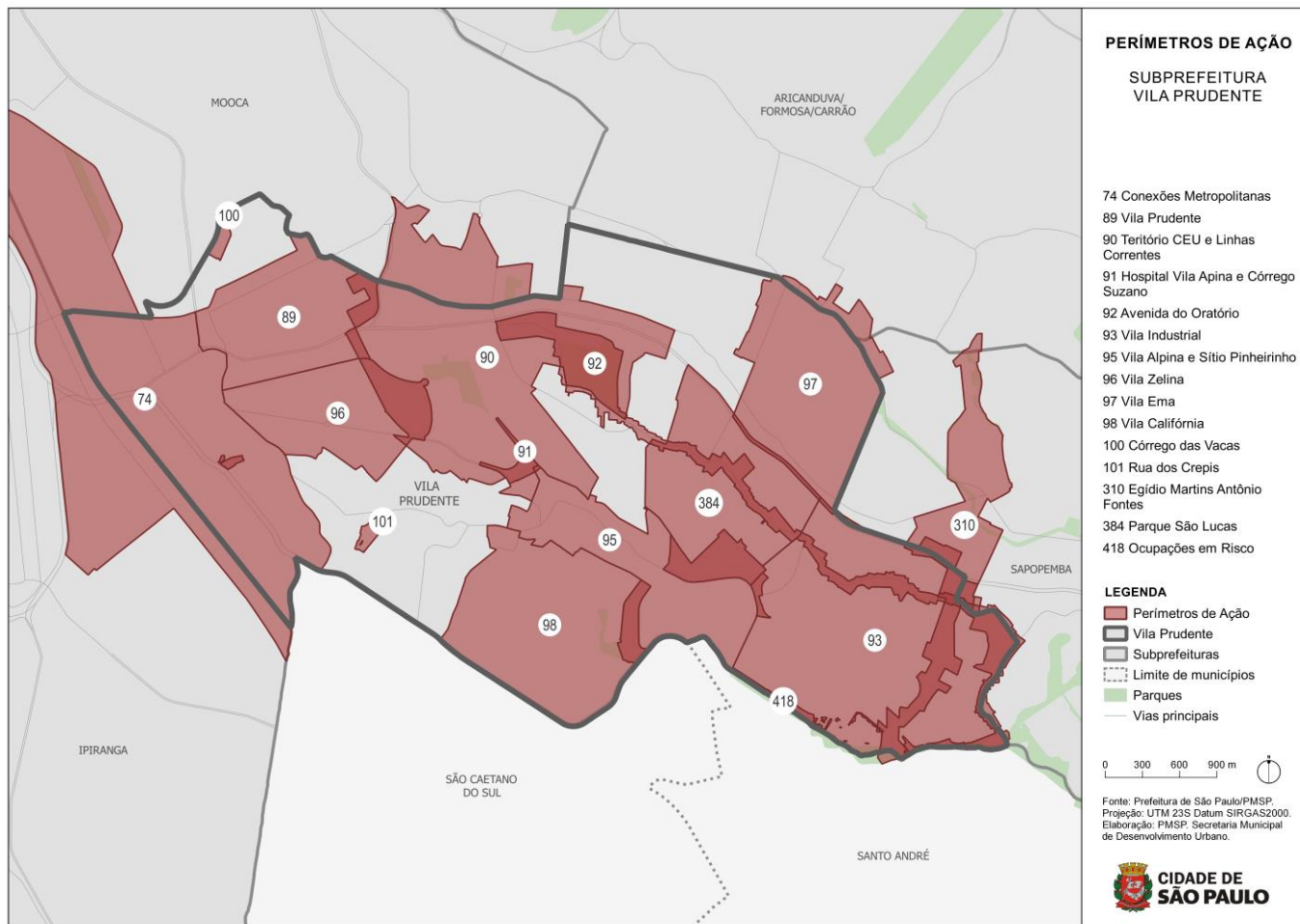
Os Perímetros de Ação da Subprefeitura Vila Prudente podem ser observados no **Mapa 1 e Anexo 03** e são os seguintes:

- 1) ID 74 | Conexões Metropolitanas
- 2) ID 89 | Vila Prudente
- 3) ID 90 | Território CEU e Linhas Correntes
- 4) ID 91 | Hospital Vila Alpina e Córrego Suzano
- 5) ID 92 | Avenida do Oratório
- 6) ID 93 | Vila Industrial
- 7) ID 95 | Vila Alpina e Sítio Pinheirinho
- 8) ID 96 | Vila Zelina
- 9) ID 97 | Vila Ema

⁷ A região Leste 1 da cidade de São Paulo é composta pelas subprefeituras da Mooca, Penha, Vila Prudente, Aricanduva e Sapopemba, configurando a porção leste do município mais próxima ao Centro.

- 10) ID 98 | Vila Califórnia
- 11) ID 100 | Córrego das Vacas
- 12) ID 101 | Rua dos Crepis
- 13) ID 310 | Egídio Martins - Antônio Fontes
- 14) ID 384 | Parque São Lucas
- 15) ID 418 | Ocupações em Risco

Mapa 1: Perímetros de Ação da Subprefeitura.



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. **Elaboração:** Consultores UNESCO.

Mapa 1 é apresentado em formato A3 no Anexo 03.

1.2. Caracterização e Diretrizes dos Perímetros de Ação ⁸

1) ID 74 | Conexões Metropolitanas

Caracterização:

O território caracteriza-se como um importante centro de conexões do transporte público, dada a existência da Estação Tamanduateí (linha 2 Verde do Metrô e linha 10 Turquesa da CPTM) e da Estação Ipiranga (linha 10 Turquesa da CPTM), para as quais estão previstas novas conexões com linhas planejadas do transporte de alta capacidade (linha 10 Turquesa "Expresso ABC" da CPTM, linha 15 Prata do Metrô e linha 18 Bronze do Metrô).

Esse perímetro apresenta grandes lotes de uso industrial e logístico, quadras extensas (sobretudo na Rua Dianópolis, na Avenida Henry Ford, na Rua Guamiranga e na Avenida Presidente Wilson), grandes equipamentos públicos e privados, tais como o Reservatório de Detenção de Água Guamiranga, o Central Plaza Shopping, o Mooca Plaza Shopping, o Centro de Detenção Provisória Vila Independência e o Hospital Monumento.

Verificam-se nesta área problemas de macrodrenagem (enchentes) e microdrenagem (alagamentos); Ocupações reconhecidas pela Secretaria Municipal de Habitação, tais como Viela Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Jacaraípe e Willin, Favela do Tamanduateí, Barão de Resende e outras ocupações ainda não cadastradas, como a Forte de São Bartolomeu; Conjuntos habitacionais já edificadas, tal como a COHAB Cintra Godinho; terrenos destinados à Habitação de Interesse Social (H.I.S.) e Habitação de Mercado Popular (H.M.P.); Lotes públicos e privados subutilizados (terrenos vazios e/ou pouco construídos); Terrenos cujo solo está contaminado. A área também está inserida no Perímetro de Adesão da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí (Setores Vila Carioca, Vila Prudente, Henry Ford e Parque da Mooca) e mantém forte relação com os municípios do ABC, sobretudo com São Caetano do Sul. Há um estudo de implantação do eixo viário metropolitano, ao longo do Córrego dos Meninos, cuja origem é a Avenida do Estado.

Diretrizes:

⁸ *Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras: Vila Prudente – Perímetros de Ação, dez 2016.* <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>

- Implantar Centros de Educação Infantil próximos às ocupações Vila Prudente e Jacaraípe, de modo a reduzir demanda;
- Reduzir a vulnerabilidade social nas ocupações Vila Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Barão de Resende, Favela do Tamanduateí, Willin e Jacaraípe;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para as indústrias e armazéns na orla ferroviária e para o comércio e serviços existentes na Rua Ibitirama;
- Qualificar o acesso à Estação Ipiranga (linha 10 Turquesa da CPTM) pela Avenida Henry Ford e o acesso à Estação Tamanduateí (linha 10 Turquesa da CPTM e linha 2 Verde do Metrô) pela Rua Guamiranga, de modo a garantir a acessibilidade universal;
- Desenvolver projeto de qualificação de espaços livres na área entre a Rua Montojó e a Rua Vila Prudente com tratamento paisagístico adequado;
- Estimular o uso e a permanência nas praças Salim Lahud, Doutor Heráclito Corrêa de Freitas Neto, Padre Lorenzo Barendense e Brejetuba, com a implantação de equipamentos de ginástica para a terceira idade nestes espaços públicos;
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar os bairros e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana. Destaque para o Parque Dianópolis (Avenida Dianópolis), para o Parque Linear Córrego dos Meninos (divisa com São Caetano do Sul) e para as faixas de amortecimento ao longo do Rio Tamanduateí e implantação de área verde com bacia de retenção junto da área verde existente na rua Aida, ações previstas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí;
- Monitorar a contaminação do solo em terrenos ao longo do eixo ferroviário;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados no entorno do Viaduto Grande São Paulo, na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, na Av. Paes de Barros e na Av. Presidente Wilson;
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do córrego da Mooca e na bacia do Rio Tamanduateí. Destaque para o Reservatório de Detenção de Água Guamiranga;
- Prover nova central de triagem e transbordo de resíduos sólidos secos, de modo a estimular o trabalho de cooperativas de reciclagem;
- Garantir melhores condições de travessia da Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello de modo a compatibilizar o fluxo de veículos com a mobilidade local de pedestres;
- Estabelecer novas ligações viárias e qualificar aquelas existentes de modo a reduzir o isolamento da área em relação a seu entorno. Destaque para o Viaduto Grande São Paulo (conexão entre Subprefeitura Vila Prudente e Subprefeitura Ipiranga), para a

proposta de ligação entre a Av. Henry Ford e a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, para a proposta do corredor metropolitano do ABC, ao longo do Córrego dos Meninos, e para as demais conexões previstas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí;

- Desenvolver percursos alternativos para pedestres e ciclistas de modo a superar grandes barreiras urbanas (Vd. Grande São Paulo, Vd. Capitão Pacheco Chaves, Rio Tamanduateí, Reservatório de Detenção Guamaranga, Centro de Detenção Provisória Vila Prudente, shopping centers, etc.), melhorando a mobilidade local;
- Aumentar a oferta de transporte público entre os bairros. Proposta para linha de ônibus circular cujo trajeto contemple a Estação Tamanduateí, R. Ibitirama, R. Giestas, R. Costa Barros, Av. São Lucas e Av. do Oratório;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos, prevista a partir da implantação de novos eixos de transporte público (expansão da linha 2 Verde e 15 Prata do Metrô e implantação da linha 18 Bronze do Metrô), ao fluxo de veículos demandado dos usos industriais e logísticos existentes no território;
- Desenvolver planos de urbanização referentes às ocupações Viela Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Barão de Resende, Favela do Tamanduateí, Jacaraípe e Willin;
- Garantir o direito à moradia adequada por meio da produção habitacional, de modo a reduzir a demanda existente. Destaque para ocupações não cadastradas, como a Forte de São Bartolomeu;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em glebas e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados. Destaque para imóveis notificados com PEUC e para áreas ociosas no eixo ferroviário;
- Garantir conforto e segurança pública na integração intermodal entre o transporte de alta capacidade (Estações Ipiranga e Tamanduateí) e o transporte local.

2) ID 89 | Vila Prudente

Caracterização

O território caracteriza-se por uma importante centralidade de bairro, concentrando comércios, serviços, instituições de ensino, praças e equipamentos públicos. Destacam-se: Praça Centenário de Vila Prudente, Praça Padre Damião, Praça Carlos Siqueira Neto, Estação Vila Prudente, UBS Vila Prudente, Centro de Acolhida às Pessoas em Situação de Rua, Biblioteca Ricardo Ramos, Universidade Nove de Julho, SENAC Vila Prudente, EMEF República do Paraguai, ETEC José Rocha Mendes, EE Professor Américo de Moura. Bem atendida por transporte público, caracteriza-se

como um importante ponto de conexão, dada a existência da Estação Vila Prudente do Metrô e do Terminal de Ônibus Vila Prudente, além da previsão da Estação Orfanato do Metrô e do Corredor de Ônibus na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello.

Diretrizes

- Reduzir a vulnerabilidade social na quadra delimitada pela R. Ingaí, R. Imbituba, R. Halionore e R. Indaiá;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para as zonas de centralidade presentes na R. do Orfanato, na R. José dos Reis e na Av. Salim Farah Maluf;
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao adensamento populacional previsto para a área;
- Qualificar o acesso à Estação Vila Prudente a partir da R. Itamumbuca e a partir da R. Cavour, de modo a permitir o embarque e desembarque de passageiros com segurança e a garantir acessibilidade universal;
- Implantar mobiliário urbano de lazer e recreação na Praça Carlos Siqueira Neto;
- Estimular o uso e a permanência nas praças Padre Damião e Centenário de Vila Prudente, com a implantação de equipamentos de ginástica para a terceira idade nestes espaços públicos;
- Aumentar a arborização viária de modo a qualificar o bairro e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana;
- Monitorar a contaminação do solo em lote localizado entre a R. Ibitirama e a R. Ingaí;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, na Av. Paes de Barros e na Praça Padre Damião;
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do Córrego da Mooca, canalizado sob a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello;
- Desenvolver melhores condições de travessia na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello de modo a facilitar a mobilidade local de pedestres. Destaque para o edifício da Estação Vila Prudente como barreira urbana neste trecho;
- Estabelecer novas ligações viárias e qualificar aquelas existentes como a abertura de via entre a R. Saquarema e a R. Ibitirama no prolongamento da R. do Orfanato e também o alargamento da R. Ibitirama, entre a Praça Doutor Heráclito Corrêa de Freitas Neto e a Praça Padre Lourenço Barendense, ambas previstas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí;
- Gerir a mobilidade regional existente na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, integrante do mini anel viário do Município de São Paulo, de modo a organizar o fluxo

de veículos de passeio, de ônibus (corredor de ônibus previsto) e de veículos de carga;

- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga demandados dos usos industriais e logísticos existentes no território;
- Estimular o desenvolvimento de projeto habitacional em terreno delimitado como ZEIS-3, localizado entre a R. Ibitirama, R. Indaiá e R. Ingaí;
- Garantir conforto e segurança pública na integração intermodal entre o transporte de alta capacidade (Estação Vila Prudente) e o transporte local. Destaque para a necessidade de adequação do Terminal de Ônibus Vila Prudente.

3) ID 90 | Território CEU e Linhas Correntes

O território caracteriza-se pelo agrupamento de equipamentos públicos de grande relevância para o território de Vila Prudente e para a macrorregião Leste 1 como um todo. Destacam-se: CEU Vila Alpina, SENAI Humberto Reis Costa, Parque Ecológico Professora Lydia Natalizio Diogo, Crematório Vila Alpina, Cemitério São Pedro e Hospital Estadual Vila Alpina Henrique Altimeyer, além da Estação Oratório (linha 15 Prata do Metrô), em frente à sede da Subprefeitura Vila Prudente.

Nesta área localizam-se também dois grandes terrenos com arborização densa e preservada, sendo eles: área do Parque Vila Ema (em planejamento) e área do Parque Linhas Correntes (em planejamento), sendo esta última remanescente da antiga Fábrica das Linhas Correntes, localizada ao lado do atual Pátio Oratório do Metrô.

Parte da área está contida no perímetro expandido da Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, podendo beneficiar-se de recursos para atendimento habitacional de interesse social, de drenagem e de mobilidade de média capacidade, bem como intervenções complementares às ações propostas pelo PUE no âmbito do Perímetro de Adesão da Operação.

Diretrizes

- Implantar Centro de Referência da Assistência Social no Jardim Independência, de modo a reduzir a demanda por tal equipamento;
- Reduzir a vulnerabilidade social nas ocupações Jacinto Palhares e Jardim Independência;

- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território como as indústrias e armazéns no Jardim Independência e as centralidades comerciais na Av. Zelina, na Av. do Oratório e na Av. Vila Ema;
- Potencializar o Território CEU Vila Alpina como qualificador das áreas públicas e articulador de um sistema de espaços livres e de equipamentos, públicos e/ou privados. Destaque para o potencial da quadra localizada entre a Av. Francisco Falconi, R. José Jeraissati, Av. Jacinto Menezes Palhares e Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello;
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao adensamento populacional previsto para a área, como as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU);
- Qualificar as principais vias estruturais existentes: Av. do Oratório, Av. Vila Ema e Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello;
- Qualificar os espaços livres e o desenho da paisagem urbana no entorno do Pátio de Manobras Oratório do Metrô e no entorno da sede administrativa da Subprefeitura;
- Implantar mobiliário urbano de lazer e recreação na Praça Pedro Paulo Correa;
- Estimular o uso e a permanência nas praças Levi Carneiro, Joaquim Rodrigues, Manuel Marinho e Vila Graciosa, Alcides Franco de Lima, Doutor Adail Nunes da Silva e São Pedro Apóstolo, com implantação de equipamentos de ginástica para a terceira idade nestes espaços públicos;
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar os bairros e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana. Destaque para o Parque Vila Ema (Av. Vila Ema) e para o Parque Linhas Correntes (Av. do Oratório), ambos previstos no Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/14);
- Monitorar a contaminação do solo em lote localizado entre a Av. Alberto Ramos, R. Manuel Sequeira e Sá, R. Santana do Araguaia e R. Doutor Dino;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados nas imediações da Praça Maria da Penha Nascimento Silva e nas imediações da Estação Oratório;
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do Córrego da Mooca, canalizado sob a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello;
- Conciliar o funcionamento e a logística do Ecoponto Anhaia Mello ao uso do solo existente no território em seu entorno;
- Melhorar a acessibilidade local e as conexões entre a subprefeituras Mooca e Vila Prudente nas ruas Manuel da Costa, R. Lessing e R. Domingos Afonso;

- Aumentar a oferta de transporte público entre os bairros, com proposta de linha de ônibus circular cujo trajeto contemple a Estação Tamanduateí, a R. Ibitirama, a R. Giestas, a R. Costa Barros, a Av. São Lucas e a Av. do Oratório;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local. Destaque para o percurso entre a Vila Zelina/Jardim Avelino e Jardim Independência;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessário aos usos industriais e logísticos existentes no território da Av. Jacinto Menezes Palhares, R. Susana, R. Marcelo Müller, R. Secundino Domingues e também nas imediações da Av. Salim Farah Maluf;
- Desenvolver planos de urbanização referentes às ocupações Jacinto Palhares e Jardim Independência;
- Estimular o desenvolvimento de projeto habitacional em terrenos delimitados como ZEIS-3 na Vila Santa Clara e terreno delimitado como ZEIS-5 no Jardim Avelino;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em glebas e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificadas. Destaque para imóvel notificado com PEUC na Avenida Vila Ema;
- Garantir o conforto e a segurança pública na integração intermodal entre o transporte de alta capacidade (Estação Oratório) e o transporte local.

4) ID 91 | Hospital Vila Alpina e Córrego Suzano

Caracterização

Área compreendida no entorno do Hospital Estadual Vila Alpina Henrique Altimeyer e do terreno público por onde passa o Córrego Suzano. Abrange parte da Avenida Francisco Falconi, a Rua José Jeraissati, parte da Avenida Brumado de Minas e parte da Avenida Jacinto Menezes Palhares.

O Hospital Vila Alpina - complexo equipamento de saúde pública do Governo do Estado, de escala regional - está localizado na R. José Jeraissati, no Bairro Vila Alpina. Esta via é composta por três quadras e é também bastante estreita para o fluxo de pedestres, de ônibus e de veículos de passeio que comporta. Em função do hospital, a via tem um grande fluxo de pedestres e de usuários do transporte público, que têm como objetivo usar as dependências do hospital.

Além disto, também é significativo o uso desta via como passagem para o transporte público e para o transporte individual entre os bairros Vila Alpina e Jardim Avelino, no distrito Vila Prudente, e o bairro Jardim Independência, no Distrito São Lucas, sendo

difícil tal conexão através de outras vias próximas, o que causa intenso tráfego de veículos neste trecho.

Diretrizes

- Transformar a paisagem urbana da Rua José Jeraissati a partir da relação do edifício do Hospital Henrique Altimeyer com seu entorno;
- Preservar o fragmento residual de Mata Atlântica existente ao longo do Córrego Suzano, classificado como bosque heterogêneo no Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica;
- Redesenhar o leito carroçável e os passeios da R. José Jeraissati de modo a garantir acessibilidade universal, fluxo organizado do transporte público e acesso seguro dos pedestres ao Hospital Henrique Altimeyer;
- Redesenhar o leito carroçável e os passeios do eixo da Av. Brumado de Minas e Avenida Jacinto Menezes Palhares de modo a qualificar o ambiente dos espaços livres ao longo do Córrego Suzano;
- Reorganizar o trânsito no entorno de modo a permitir rotas alternativas para o fluxo de veículos de passeio tráfego de passagem entre os bairros Vila Alpina e Jardim Avelino, no Distrito Vila Prudente, e o bairro Jardim Independência, no Distrito São Lucas;
- Conectar a ciclovia da Av. Francisco Falconi com a ciclovia da Av. Brumado de Minas, articulando a rede cicloviária local;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessário aos usos industriais e logísticos existentes no território. Destaque para a Av. Jacinto Menezes Palhares.

5) ID 92 | Avenida do Oratório

Caracterização

O território caracteriza-se pela alternância de diversos usos do solo ao longo da Av. do Oratório, agrupando residências horizontais, verticais, ocupações de moradia, comércios, serviços, indústrias e armazéns, usos institucionais (públicos e privados), áreas verdes e outros. A Avenida do Oratório é um importante eixo de transporte público devido aos ônibus que nela circulam, inclusive para linhas intermunicipais da EMTU, uma vez que a via é estratégica para a conexão com o Município de Santo André. Entretanto, por possuir uma caixa viária menor que aquela necessária para o fluxo existente de veículos, faz-se necessário melhoramentos a fim de atender as demandas por transporte público regional e metropolitano.

A Av. do Oratório é também estratégica na mobilidade local, pois é uma das poucas vias do tecido urbano do Distrito São Lucas capaz de conectar diferentes bairros entre si e, dessa forma, caracteriza-se como uma centralidade linear para este distrito.

Diretrizes

- Reduzir a vulnerabilidade social na ocupação Jardim Independência;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para o comércio e serviços ao longo de toda a Av. do Oratório;
- Potencializar a Av. do Oratório como qualificadora dos lugares públicos e articuladora de um sistema de espaços livres e de equipamentos públicos e privados;
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao fluxo de pedestres, de bicicletas, de ônibus e de veículos existente na Av. do Oratório;
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar os bairros e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana. Destaque para o Parque Linhas Correntes, previsto no Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/14);
- Implantar mobiliário urbano de lazer e recreação na Praça 21 de Março como equipamentos de ginástica para a terceira idade nestes espaços públicos;
- Qualificar os espaços livres e o desenho da paisagem urbana no entorno do Pátio de Manobras Oratório do Metrô e no entorno da sede administrativa da Subprefeitura;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados nas imediações da Estação Oratório;
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do Ribeirão do Oratório;
- Qualificar os principais percursos transversais à Av. do Oratório que permitem a conexão com a Av. Luiz Ignácio de Anhaia Mello e com as estações da linha 15 Prata do Metrô. Destaque para as ruas: R. Manuel da Costa, R. Joaquim Abreu Luz, R. Francisco Fett, R. Lótus, R. Barlavento, R. Doutor Camilo Haddad, R. Monsenhor São José de Azevedo, Rua João Manoel de Matos, Rua Otavio Alves Dundas, Rua Nova Timboteua, R. Ancigal do Piauí e R. José Antonio Fontes;
- Qualificar os principais percursos transversais à Av. do Oratório que permitem a conexão com a R. Costa Barros. Destaque para as ruas: R. São Caio, Av. São Lucas, R. Gaspar Barreto e R. Antonio Marques Julião;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local para os moradores da área. Destaque para o entorno do Pátio Oratório do Metrô;

- Aumentar a oferta de transporte público entre os bairros com proposta para linha de ônibus circular cujo trajeto contemple a Estação Tamanduateí, a R. Ibitirama, a R. Giestas, a R. Costa Barros, a Av. São Lucas e a Av. do Oratório;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessário aos usos industriais e logísticos existentes no território. Destaque para o Jardim Independência e para a Vila Industrial, próxima à divisa com Santo André;

- Desenvolver plano de urbanização referente à ocupação Jardim Independência.

Secretarias

6) ID 93 | Vila Industrial

O território caracteriza-se por alta vulnerabilidade social, como também apresenta a maior demanda por equipamentos sociais na Subprefeitura Vila Prudente.

Apresenta setores densamente habitados, assentamentos precários, loteamentos irregulares, ocupações em área de risco geológico ao longo do Ribeirão Oratório (Mangue, São Nicolau, Barbeiro de Sevilha e Parque Pereira), ocupações ao longo do córrego Água Vermelha (Vila Industrial e Juruva), e a Ocupação André da Cunha Fonseca, no Córrego Lucas de Camargo. A Av. do Oratório, sobretudo no trecho entre a R. Ingarana e a R. José Antônio Fontes, apresenta um caráter de centralidade de bairro, reunindo comércio e serviços locais para os bairros Jardim Guairacá, Parque Residencial Oratório, Vila IVG, Vila Nova Paulicéia, Vila Miami, entre outros, ao passo que o entorno da R. Costa Barros apresenta um caráter industrial marcado por grandes lotes e presença de diversas indústrias e armazéns ali instalados.

Estão em obras duas novas estações da linha 15 Prata do Metrô, sendo elas Camilo Haddad e Vila Tolstoi, o que provocará grandes transformações urbanísticas, sobretudo entre a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello e a Av. do Oratório. A área também conta com um grande fluxo de passagem entre a Subprefeitura Vila Prudente e o Município de Santo André pela R. Costa Barros e pela Av. do Oratório, importantes conexões viárias na região e por onde transitam ônibus entre os municípios.

Diretrizes

- Implantar Centros de Educação Infantil, Centros de Referência da Assistência Social e Unidades Básicas de Saúde próximos aos setores de alta vulnerabilidade social, de modo a reduzir demanda por tais equipamentos;

- Implantar a Casa de Cultura do Jardim Panorama e a Unidade de Referência à Saúde do Idoso (URSI), atendendo as reivindicações da população local;

- Reduzir a vulnerabilidade nas ocupações Mangue, São Nicolau, Barbeiro de Sevilha, Parque Pereira, Vila Industrial, Juruva, André da Cunha Fonseca e nos demais setores censitários de alta vulnerabilidade social;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território considerando o comércio e serviços existentes ao longo da A. do Oratório e de parte da R. Costa Barros;
- Potencializar a Av. do Oratório como qualificadora dos lugares públicos e articuladora de um sistema de espaços livres e de equipamentos, públicos e privados;
- Qualificar os espaços públicos de modo a garantir acessibilidade universal em ruas, calçadas, praças, sobretudo no entorno de equipamentos públicos e nos principais percursos entre os mesmos;
- Implantar mobiliário urbano de lazer e recreação na Praça Rua Solar dos Pinheiros;
- Estimular o uso e a permanência nas praças Vicente Santos Garrido, Luís Augusto Canteiro e Sônia Aparecida de Lima, como equipamentos de ginástica para a terceira idade nesses espaços públicos;
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar os bairros e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana. Destaque para o Parque Linear Ribeirão do Oratório, previsto no Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/14), e para terreno ocioso entre a R. Manduruvá e R. Arctotis, no Jardim Guairacá;
- Qualificar os espaços livres e o desenho da paisagem urbana no entorno dos córregos Lucas de Camargo, Água Vermelha e afluentes, compatibilizando o respeito ao meio ambiente com o direito à moradia adequada;
- Monitorar a contaminação do solo em terreno localizado entre Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello e R. Monsenhor São José de Azevedo e em terreno na R. Pascoal Ranieri Mazzilli;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados na R. Núbia, na R. Fruta de Guariba, na R. Cachoeira Nova Vida e na R. Três Lagoas;
- Solucionar problema de macrodrenagem (enchentes) verificado na bacia do Ribeirão do Oratório;
- Conciliar o funcionamento e a logística do Ecoponto São Lucas ao uso do solo urbano existente no território em seu entorno;
- Qualificar os principais percursos transversais à Av. do Oratório que permitem a conexão com a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello e com as estações da linha 15 Prata do Metrô, em especial a R. Monsenhor São José de Azevedo, R. João Manoel de Matos, R. Otávio Alves Dundas, R. Nova Timboteua, R. Ancigal do Piauí e R. José Antonio Fontes;

- Qualificar os principais percursos transversais à Av. do Oratório que permitem a conexão com a R. Costa Barros, como a R. Vitória do Mearim, R. Erva Imperial e R. Antônio Marques Julião;
- Aumentar a oferta de transporte público entre os bairros com proposta para linha de ônibus circular cujo trajeto contemple a Estação Tamanduateí, a R. Ibitirama, a R. Giestas, a R. Costa Barros, a Av. São Lucas e a Av. do Oratório;
- Atender a Ocupação Coral e a Ocupação Barbeiro de Sevilha com linhas de ônibus na R. Serra Redonda, R. Salvador Mota e Av. do Oratório;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestre, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local, compatibilizando a circulação dos diferentes modais principalmente com o fluxo de veículos de carga demandados pelos usos industriais e de logística existentes. Destaque para as ruas Costa Barros, R. Murta do Campo, R. Serra Redonda e Salvador Mota, próximo à divisa com o Município de Santo André, bem como a área de grandes condomínios na Av. do Oratório, entre a R. Pascoal Ranieri Mazzilli e R. Caetano Fiorese;
- Desenvolver planos de urbanização referentes às ocupações Mangue, São Nicolau, Barbeiro de Sevilha, Parque Pereira, Vila Industrial, Juruva, André da Cunha Fonseca;
- Garantir o direito à moradia adequada por meio da produção habitacional, de modo a reduzir a demanda existente. Destaque para terrenos demarcados como ZEIS-2 e ZEIS-3 bem como para produção habitacional planejada na R. Barbeiro de Sevilha e na R. Serra Redonda;
- Garantir conforto e segurança pública na integração intermodal entre o transporte de alta capacidade proposto (Estações Camilo Haddad e Vila Tolstoi) e o transporte local.

7) ID 95 | Vila Alpina e Sítio Pinheirinho

Caracterização

O território caracteriza-se pela Avenida Costa Barros, que conecta o Distrito Vila Prudente e o Distrito São Lucas, sendo esta via uma importante centralidade de comércio e de serviços para a área.

Na porção oeste do perímetro situa-se a Vila Alpina, que concentra a maior parte das atividades comerciais e serviços da área. Destaca-se a presença da Igreja Nossa Senhora do Carmo e seu entorno como uma centralidade local.

Na porção leste, após a R. Gaspar Barreto, situa-se o Sítio Pinheirinho, bairro que apresenta usos mistos de imóveis residenciais horizontais, conjuntos habitacionais

verticais, indústrias, armazéns, pequenos comércios e serviços locais, glebas não ocupadas, equipamentos sociais, entre outros.

A área compreendida entre a Av. Engenheiro Thomaz Magalhães, R. Gaspar Barreto, R. Costa Barros, Ribeirão do Oratório e R. São Raimundo é um território que necessita de qualificação da urbanização, pois apresenta uma série de espaços livres residuais, ocupação do solo fragmentada e desconexa, córregos e faixas de domínio a qualificar paisagisticamente e poucos equipamentos sociais.

Diretrizes

- Implantar Centros de Educação Infantil e Centros de Referência da Assistência Social próximos aos setores de alta vulnerabilidade social, de modo a reduzir demanda por tais equipamentos;
- Reduzir a vulnerabilidade social em setores censitários ao longo da R. Costa Barros e especialmente no Sítio Pinheiro;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para o comércio e serviços ao longo da R. Costa Barros e para as indústrias e armazéns no Sítio Pinheirinho;
- Potencializar a R. Costa Barros como qualificadora de espaços públicos e articuladora de um sistema de áreas livres e de equipamentos públicos e privados;
- Qualificar os espaços públicos de modo a garantir acessibilidade universal em ruas, calçadas, praças, sobretudo no entorno de equipamentos públicos e nos principais percursos entre os mesmos;
- Implantar mobiliário urbano de lazer e recreação na R. Costa Barros, próximo à Igreja Nossa Senhora do Carmo. Destaque para equipamentos de ginástica para a terceira idade em espaços públicos;
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar os bairros e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana, como na faixa de domínio da linha de alta tensão no Sítio Pinheiro e no terreno ocioso na R. Costa Barros, esquina com R. Príncipe da Beira, na Vila Alpina;
- Qualificar os espaços livres e o desenho da paisagem urbana na R. Costa Barros e nos espaços residuais existentes no interior do Sítio Pinheirinho. Destaque para o córrego próximo à R. Murta do Campo, o córrego da Av. Engenheiro Thomaz Magalhães e a faixa de domínio da linha de alta tensão;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados na R. Costa Barros, altura do Ribeirão do Oratório (divisa com Santo André);
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do Ribeirão do Oratório e na bacia do Rio Tamanduateí;

- Qualificar os principais percursos transversais à R. Costa Barros que permitem a conexão com a Av. do Oratório, como as ruas Gaspar Barreto, Av. São Lucas, R. São Caio e R. Antônio Marques Julião;
- Aumentar a oferta de transporte público entre os bairros, com linha de ônibus circular cujo trajeto contemple a Estação Tamanduateí, a R. Ibitirama, a R. Giestas, a R. Costa Barros, a Av. São Lucas e a Av. do Oratório;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local, compatibilizando a circulação dos diferentes modais principalmente com o fluxo de veículos de carga demandados pelos usos industriais e de logística existentes. Destaque para a área da Rua Costa Barros, Rua Murta do Campo, Avenida Engenheiro Thomas Magalhães e Rua São Raimundo, no Sítio Pinheirinho;
- Garantir o direito à moradia adequada por meio da produção habitacional, de modo a reduzir a demanda existente. Destaque para o terreno demarcado como ZEIS-5 na R. São Raimundo com Av. Engenheiro Thomaz Magalhães e para terrenos não edificadas demarcados como ZEIS-2;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificadas, como o imóvel sem uso (antigo posto de gasolina) na R. Costa Barros entre a R. São Lourenço e a R. Gaspar Barreto.

8) ID 96 | Vila Zelina

Caracterização

O território do bairro Vila Zelina caracteriza-se por forte influência cultural do leste europeu, região de origem dos imigrantes que auxiliaram o desenvolvimento da área, tais como búlgaros, croatas, eslovacos, húngaros, lituanos, poloneses, romenos, russos e ucranianos.

A associação dos moradores do bairro (AMOVIZA - Associação dos moradores e comerciantes do bairro de Vila Zelina) busca resgatar as tradições culturais da região por meio da realização de eventos culturais periódicos, como a comemoração do Dia do Imigrante do Leste Europeu e a Feira Cultural Leste Europeia de São Paulo. A comunidade local demonstra forte interesse em resgatar as referências culturais do bairro, com destaque para a gastronomia, artesanato, folclore, costumes e cultura dos imigrantes e de seus descendentes.

Existem importantes vias que concentram comércio e serviços, como a Av. Zelina, R. Ibitirama e R. José dos Reis, assim como áreas verdes e instituições de importante valor cultural, como a Praça República Lituana e a Igreja São José da Vila Zelina.

Conta com uma boa rede de serviços setoriais, como instituições de ensino públicas e privadas, clube da comunidade (CDC), equipamentos de assistência social, de saúde, etc.

Diretrizes

- Implantar Centro Cultural Vila Zelina com finalidade de preservar o acervo histórico do bairro, resgatar a memória afetiva dos moradores com o território, promover cursos de idiomas, palestras, workshops e ofertar espaços de biblioteca e midiateca;
- Implantar ambiente cênico para performances artísticas e culturais do bairro, tais como danças folclóricas, concertos musicais, apresentações de corais e teatro ao ar livre;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para o comércio e serviços ao longo da R. Ibitirama, da R. dos Ciclames, da Av. Zelina e da R. José dos Reis;
- Potencializar a Av. Zelina como qualificadora dos espaços públicos e articuladora de um sistema de áreas livres e de equipamentos públicos e privados;
- Qualificar os espaços públicos de modo a garantir acessibilidade universal em ruas, calçadas, praças, sobretudo no entorno de equipamentos públicos e nos principais percursos entre os mesmos, tais como: Av. Zelina, Praça República Lituana, R. Pio Ragazinskas, R. Tobaiaras e R. Pinheiro Guimarães;
- Implantar mobiliário urbano de lazer e recreação na Praça República Lituana, na Praça Manuel Galan e na Praça Santa Helena. Destaque para equipamentos de ginástica para a terceira idade nesses espaços públicos;
- Incorporar a AMOVIZA como agente participante e consultivo das ações direcionadas à área;
- Incluir a Vila Zelina no circuito turístico cultural de São Paulo, reconhecendo a importância da comunidade imigrante do centro-leste europeu e dos países bálticos no desenvolvimento do município;
- Incorporar comunicação visual temática da cultura do leste-centro europeu e dos países bálticos ao mobiliário urbano (bancos, telefones públicos, lixeiras, painéis, etc.), caracterizando o espaço da Vila Zelina por elementos culturais típicos dos países de origem dos imigrantes;
- Solucionar problema de microdrenagem (alagamentos) verificado na R. Monteiro Soares Filho com R. Meru;

- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessário aos usos industriais e logísticos existentes no território;
- Aumentar a oferta de transporte público entre os bairros, com linha de ônibus circular cujo trajeto contemple a Estação Tamanduateí, a R. Ibitirama, a R. Giestas, a R. Costa Barros, a Av. São Lucas e a Av. do Oratório;
- Garantir o direito à moradia adequada por meio da produção habitacional, de modo a reduzir a demanda existente. Destaque para o terreno demarcado como ZEIS-5 na R. Mario Augusto do Carmo;
- Monitorar a contaminação do solo em lote localizado na R. Doutor Pedro de Godói, próximo à R. Doutor Roberto Feijó;
- Garantir conforto e segurança pública no percurso a rede de transporte de alta capacidade (Estação Vila Prudente) e o entorno da Praça República Lituana.

9) ID 97 | Vila Ema

Caracterização

O território caracteriza-se como um bairro de usos mistos no qual predominam casas e sobrados residenciais, mas que recentemente tem sido alvo de uma intensa e rápida transformação da paisagem urbana em função de lançamentos imobiliários de edifícios residenciais, próximos à Av. Sapopemba e próximos à Av. Vila Ema. Destaca-se também a Ocupação Amadeu, na R. André Francisco Xavier, como uma questão habitacional.

A Vila Ema apresenta ruas com forte atividade de comércio e serviços, em destaque a R. Herwis, R. Solidônio Leite e Av. Sapopemba.

O bairro conta também com significativo conjunto de praças e áreas verdes, além de uma boa rede de equipamentos de educação, saúde, e esporte, embora não existam significativos equipamentos de cultura no território.

Diretrizes

- Implantar Centro de Educação Infantil e Centro de Referência da Assistência Social próximos à ocupação Amadeu, de modo a reduzir demanda por tais equipamentos;
- Implantar Centro de Cultura Vila Ema, de modo a atender a demanda da população no Distrito São Lucas como um todo;
- Reduzir a vulnerabilidade social na Ocupação Amadeu e nos demais setores censitários de alta vulnerabilidade;

- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para o comércio e serviços ao longo da R. Herwis, da R. Solidônio Leite e da Av. Sapopemba;
- Potencializar a Av. Vila Ema, a R. Uhland e a R. Solidônio Leite como qualificadoras dos espaços públicos e articuladoras de um sistema de áreas livres e de equipamentos, públicos e privados;
- Qualificar os espaços públicos de modo a garantir acessibilidade universal em ruas, calçadas, praças, sobretudo no entorno de equipamentos públicos e nos principais percursos entre os mesmos;
- Implantar mobiliário urbano de lazer e recreação na Praça Alberigo Gentili, na Praça Virgílio Lúcio e na Praça Joaquim Lopes Guimarães, com ênfase para equipamentos de ginástica para a terceira idade em espaços públicos;
- Desenvolver projetos paisagísticos para áreas verdes de modo a qualificar o bairro e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana. Destaque para a faixa de domínio da linha de alta tensão e a integração com o Parque Municipal Linear Zilda Arns - Fase II, que tem seu início na R. Juiz de Fora;
- Qualificar os espaços livres e o desenho da paisagem urbana. Destaque para a faixa de domínio da linha de alta tensão existente;
- Monitorar a contaminação do solo em lote localizado entre a Av. Sapopemba e a R. Germino Gomes da Silva;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello e na Av. Sapopemba;
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do Córrego da Mooca, canalizado sob a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello;
- Qualificar os principais percursos transversais à Av. Vila Ema que permitem a conexão com a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello e com as estações da linha 15 Prata do Metrô. Destaque para a R. Francisco Fett, para a R. Sebastião Mena, para a R. Doutor Camilo Haddad e para a R. Juiz de Fora;
- Qualificar os principais percursos transversais à Av. Vila Ema que permitem a conexão com a Av. Sapopemba como a R. Herwis;
- Aumentar a oferta de mobilidade entre bairros com o uso de transporte público. Destaque para o projeto de adequação da geometria viária próxima à Praça Ema Nothmann para abrigo de parada final de linhas de ônibus;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestre, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local, como nas

grandes quadras entre Av. Sapopemba e R. Solidônio Leite e entre a R. Juiz de Fora e R. Felício Tomazini;

- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessário aos usos industriais e logísticos existentes no território;
- Elaborar plano de urbanização referente à Ocupação Amadeu;
- Garantir o direito à moradia adequada por meio da produção habitacional, de modo a reduzir a demanda existente. Destaque para os terrenos demarcados como ZEIS-3 entre a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello e a Av. Vila Ema;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados, como no terreno sem uso entre Av. Vila Ema e R. Naná e grandes galpões na R. Uhland;
- Garantir conforto e segurança pública na integração intermodal entre o transporte de alta capacidade previstos (Estações São Lucas e Camilo Haddad) e o transporte local.

10) ID 98 | Vila Califórnia

O território caracteriza-se pelo grande predomínio de imóveis residenciais horizontais (casas e sobrados), ausência de edifícios residenciais verticais e concentração de comércio e serviços locais. Próximo à R. São Raimundo destacam-se indústrias, armazéns e atividades comerciais de grande escala. Não há ocupações informais no perímetro, embora existam alguns setores densamente ocupados e de alta vulnerabilidade social.

A Vila Califórnia apresenta ruas com forte atividade de comércio e serviços, em destaque a R. Barão de Itapoá e a R. Francisco Rabelo, sendo esta última o principal acesso para o Município de São Caetano do Sul.

O bairro conta também com significativo conjunto de praças e áreas verdes, além de uma boa rede de equipamentos de educação, de saúde e de esporte, embora não existam significativos equipamentos de cultura no território. Há forte demanda por Centro de Educação Infantil (CEI) na região.

O bairro é pouco conectado ao restante do território da Subprefeitura Vila Prudente em termos de transporte público, existindo pouca oferta de linhas de ônibus. Em função da proximidade com a Estação São Caetano do Sul (linha 10 Turquesa da CPTM), muitos moradores do bairro preferem dirigir-se ao município vizinho para acessar a rede de transporte de alta capacidade, ao invés de usar uma linha de ônibus municipal para as estações de metrô da Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello. Além disto, São

Caetano do Sul também é forte atrativo para a Vila Califórnia em função da centralidade comercial ali existente.

A área é atravessada também pelo Córrego Coberá, parcialmente canalizado e fundo de muitos lotes situados na R. Coberá e na R. Baltar. Em função da presença deste córrego, existe uma quadra de grande extensão entre estas duas ruas, o que torna difícil a mobilidade local dentro do bairro para pedestres e para ciclistas.

Diretrizes

- Implantar Centro de Educação Infantil (CEI) e Centro de Cultura na Vila Califórnia, de modo a atender a demanda da população e reduzir a demanda por tal equipamento no território;
- Reduzir a vulnerabilidade social em setores censitários localizados nas quadras finais da R. Francisco Rabelo, próximas à R. São Raimundo, e nas quadras iniciais da R. Cobera, próximas à R. Carovi;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território, como o comércio e serviços ao longo da R. Francisco Rabelo e R. Barão de Itapoá e para as indústrias e armazéns na R. São Raimundo;
- Potencializar a R. Francisco Rabelo, R. Antenas, R. Mata Machado e R. Barão de Itapoá como qualificadoras dos lugares públicos e articuladoras de um sistema de espaços livres e de equipamentos, públicos e privados;
- Qualificar os espaços públicos de modo a garantir acessibilidade universal em ruas, calçadas, praças, sobretudo no entorno de equipamentos públicos e nos principais percursos entre os mesmos;
- Implantar mobiliário urbano de lazer e recreação nas praças Oswaldo José Divino, José Nunes de Oliveira, João Valentim Lobato e na área pública localizada na R. São Cirilo. Destaque para equipamentos de ginástica para a terceira idade nesses espaços públicos;
- Desenvolver projetos paisagísticos para áreas verdes de modo a qualificar os bairros e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana. Destaque para a faixa de domínio da linha de alta tensão, as margens do Rio Tamanduateí (R. São Raimundo) e o Parque Municipal Vila Califórnia, planejado pela Secretaria do Verde e Meio Ambiente;
- Qualificar os espaços livres e o desenho da paisagem urbana na faixa de domínio da linha de alta tensão existente e nos espaços residuais existentes às margens do Córrego Cobera;
- Monitorar a contaminação do solo em lote localizado entre a R. São Raimundo e R. Luis Alardo de Menezes;

- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do Rio Tamanduateí;
- Gerenciar política de resíduos sólidos e de reciclagem para a Vila Califórnia, tendo em vista o descarte irregular de entulhos e detritos, sobretudo na Av. São Raimundo e na faixa de domínio da linha de alta tensão;
- Implantar Ecoponto em terreno municipal disponível e prover nova central de triagem e transbordo de resíduos sólidos secos, de modo a estimular o trabalho de cooperativas de reciclagem;
- Qualificar os principais percursos entre a Vila Califórnia e o Município de São Caetano do Sul, reconhecendo os movimentos pendulares como um fenômeno existente e valorizando o trânsito de pessoas entre os dois municípios, como exemplo a R. Francisco Rabelo e para a Praça Mairara;
- Aumentar a oferta de mobilidade entre bairros com o uso de transporte público. Destaque para o projeto de adequação da geometria viária próxima à Praça Ema Nothmann para abrigo de parada final de linhas de ônibus;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestre, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local como a quadra extensa entre a R. Baltar e a R. Cobera;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessário aos usos industriais e logísticos existentes no território, como as ruas São Raimundo, R. Marquês de Santo Amaro e R. Granito;
- Garantir o direito à moradia adequada por meio da produção habitacional, de modo a reduzir a demanda existente. Destaque para terrenos delimitados como ZEIS2, ZEIS-3 e ZEIS-5 ao longo da R. São Raimundo.

11) ID 100 | Córrego das Vacas

Caracterização

O território caracteriza-se por um conjunto de quadras que terminam em ruas do tipo cul-de-sac (rua sem saída com balão de retorno), entre a R. Chamantá e a R. José Zappi, importantes vias para a região de divisa entre Vila Prudente e Mooca.

Existe dentro do perímetro uma travessa de acesso não oficial, paralela à R. Chamantá, que se inicia por estreita passagem na R. Doutor Gabriel Galvanese Amato. Por ela circulam veículos de pequeno porte e pedestres, que percorrem o caminho de descida até o encontro com a R.

Gino Monelli.

A porção superior da travessa de acesso - até aproximadamente o encontro com a R. José Francisco Bento- é caracterizada por asfaltamento completo da caixa viária, sem passeios laterais. Neste trecho os proprietários das casas abriram portas e janelas no fundo de seus lotes para a via, criando uma paisagem tênue entre o espaço público e o espaço privado.

Diretrizes

- Qualificar calçadas, canteiros verdes e pavimentação da travessa não oficial, garantindo acessibilidade universal;
- Adequar a via para receber a infraestrutura urbana necessária (iluminação pública, galerias de drenagem, coleta de lixo, etc.);
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamento) verificados no Córrego das Vacas, sobretudo a jusante, na Praça Padre Damião;
- Cumprir a função social para o espaço público remanescente na travessa de acesso não oficial, dialogando com os moradores do entorno;
- Garantir a segurança pública local.

12) ID 101 | Rua dos Crepis

Caracterização

O território é caracterizado por uma rua em cul-de-sac (via sem saída com balão de retorno) não pavimentada e com presença de vegetação densa, envolvida por um bairro com casas e sobrados, comércio e serviços, em um tecido urbano a qualificar e altamente impermeabilizado. Existe um grande desnível entre a R. das Cobéias e o fim da R. dos Crepis, o que proporciona grande instabilidade geológica na área. Recentemente houve deslizamentos de terra no perímetro. Também abriga uma pequena ocupação de mesmo nome,

Ocupação Crepis.

Diretrizes

- Executar obras de contenção de encosta nos lotes entre a R. das Cobéias e a R. dos Crepis;
- Realizar obras de drenagem necessárias;
- Executar pavimentação, passeios públicos, guias, sarjetas, canteiros verdes e infraestrutura para iluminação pública;
- Solucionar transposição em desnível existente para pedestres entre a R. das Cobéias e a R. dos Crepis;

- Incorporar vegetação arbórea existente na R. dos Crepis ao conjunto de espaços acessíveis à população;
- Elaborar plano de urbanização para a Ocupação dos Crepis. Caso haja necessidade de remoção, garantir provisão habitacional para os moradores;
- Garantir a segurança pública local.

13) ID 310 | Egídio Martins - Antônio Fontes

Caracterização

Corresponde ao entorno do eixo viário norte-sul formado pelas Avenidas Capitão Mor Pero de Góis, desde o limite com a Subprefeitura de Aricanduva-Vila Formosa, no cruzamento com a Av. Barreira Grande, bifurcando pela Av. Egídio Martins e R. Cristóvão Jacques e seguindo pela Av. Ema e Av. Sapopemba e ruas Santa Maria do Camanducá e pela José Antônio Fontes, que segue pela Subprefeitura de Vila Prudente e conforma um eixo de conexão e mobilidade até a divisa com Santo André. Abrange também as margens do Córrego Taboão, onde se encontra Favela Primavera, junto ao Parque Linear Taboão e próxima ao Parque Campo da Primavera previsto pelo Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/14) e demarcado como Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM) pelo Zoneamento (Lei 16.402/16).

Diretrizes

- Compatibilizar o atendimento habitacional articulado às diretrizes do Plano Municipal de Habitação para as famílias em situações precárias de moradia, como as Favelas Jardim Primavera, Walter Ferreira, Frei Leandro do Sacramento, Jardim Primavera II e Egídio Martins;
- Garantir a implantação de equipamentos públicos de acordo com as demandas locais, tais como: CEI, UBS e CRAS;
- Solucionar a demanda por áreas de lazer e permanência, promovendo a qualificação ambiental e urbana do Córrego Taboão, com implantação de infraestrutura de saneamento ambiental, zeladoria do Parque Linear Taboão e implantação do Parque Campo Primavera, previsto pelo PDE 2014 e demarcado como ZEPAM;
- Qualificar a conectividade dos bairros com o restante do território, priorizando os pedestres, o transporte não motorizado e o transporte público, garantindo a conexão entre modais (ônibus, ciclovias, futura linha do Monotrilho e pedestres) e demais equipamentos, seguindo diretrizes do Plano de Mobilidade (PLANMOB 2015);
- Garantir a implantação do corredor de ônibus previsto no PDE 2014, com importância regional no sentido NorteSul, desde a Subprefeitura de Aricanduva-Vila

Formosa, paralelamente à Av. Capitão Mor Pero de Góis, seguindo pela R. Cristóvão Jacques até cruzar a Av. Sapopemba e seguir pela Av. Vila Ema até a Av. Prof. Luiz Ignácio Anhaia Mello;

- Garantir a segurança de pedestres com melhoria de calçadas e sinalização de pedestres, prevendo a implantação do Plano de Calçadas, para diminuir a incidência de acidentes como no cruzamento da Avenida Vila Ema com a Av. Sapopemba;
- Melhorar as conexões no sentido Norte-Sul, conectando Sapopemba com o ABC, a partir de melhoramentos viários previstos pelo PDE 2014 na Av. Capitão Mor Pero de Góis e Av. Egídio Martins conectando-a com a R. José Antônio Fontes até Subprefeitura de Vila Prudente e o Município de Santo André;
- Incentivar o convívio e permanência nos espaços públicos nas áreas onde há mais oferta de comércio e serviços, a fim de potencializar esse uso e dinamizar a economia da região.

14) ID 384 | Parque São Lucas

Caracterização

O território caracteriza-se pelo predomínio de imóveis residenciais horizontais (casas e sobrados), alguns edifícios residenciais verticais (sobretudo na Av. do Oratório e na R. Costa Barros) e concentração de comércio e serviços locais, com algumas indústrias e armazéns espalhados pelo território. Não há ocupações informais no perímetro, embora existam alguns setores densamente ocupados e de alta vulnerabilidade social. O Parque São Lucas apresenta ruas com forte atividade de comércio e serviços, em destaque a Av. do Oratório, a Av. São Lucas e a R. Costa Barros.

O bairro conta também com uma boa rede de equipamentos de educação, de cultura, de saúde e de esporte, figurando entre os bairros melhor equipados do Distrito São Lucas, à exceção da rede de assistência social, para a qual há demanda por Centro de Referência da Assistência Social. Há também uma significativa carência de áreas verdes, sendo que as poucas praças existentes são concentradas, nos arredores da Igreja São Felipe Neri.

Diretrizes

- Implantar Centro de Referência da Assistência Social, de modo a reduzir demanda;
- Implantar Centro de Cultura no Parque São Lucas, de modo a atender a demanda da população e reduzir a demanda;

- Reduzir a vulnerabilidade social em setores censitários concentrados sobretudo nas quadras compreendidas entre a Av. do Oratório, R. Vitória do Mearim, R. Costa Barros e Av. São Lucas;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para o comércio e serviços ao longo da Av. do Oratório, Av. São Lucas e R. Costa Barros;
- Potencializar a Av. do Oratório, a Av. São Lucas e a R. Costa Barros como qualificadoras dos espaços públicos e articuladoras de um sistema de áreas livres e de equipamentos, públicos e privados;
- Qualificar os espaços públicos de modo a garantir acessibilidade universal em ruas, calçadas, praças, sobretudo no entorno de equipamentos públicos e nos principais percursos entre os mesmos;
- Implantar mobiliário urbano de lazer e recreação na Praça Vinte e Um de Março e na área pública na R. São Caio;
- Estimular o uso e a permanência na Praça São Lucas e na Praça José Rodrigo de Lima. Destaque para implantação de equipamentos de ginástica para a terceira idade em espaços públicos;
- Qualificar os espaços livres e o desenho da paisagem urbana, como a faixa de domínio da linha de alta tensão existente.
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados no cruzamento da Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello com R. Doutor Camilo Haddad;
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do Córrego da Mooca, canalizado sob a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello;
- Qualificar os principais percursos transversais à Av. do Oratório que permitem a conexão com a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello e com as estações da linha 15 Prata do Metrô, tais como as ruas Doutor Arnaldo Barbosa, R. Maria Fett, R. Francisco Fett, R. Lótus, R. Barlavento, R. Carlos César, R. Doutor Camilo Haddad e R. Monsenhor São José de Azevedo;
- Qualificar os principais percursos transversais à Av. do Oratório que permitem a conexão com a R. Ielmo Marinho. Destaque para a R. Visconde de Sabóia, para a R. Cesário dos Santos, para a R. São Caio, para a Av. São Lucas e para a R. Doutor Nogueira de Noronha;
- Aumentar a oferta de transporte público entre os bairros, com proposta para linha de ônibus circular cujo trajeto contemple a Estação Tamanduateí, R. Ibitirama, R. Giestas, R. Costa Barros, Av. São Lucas e Av. do Oratório;

- Desenvolver percursos alternativos para pedestre, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local, como a quadra na R. Costa Barros entre a R. Jaime Paiva e a R. Erva Imperial;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessário aos usos industriais e logísticos existentes no território;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificadas, principalmente em terrenos sem uso na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello;
- Garantir o conforto e a segurança pública na integração intermodal entre o transporte de alta capacidade previsto (Estações São Lucas e Camilo Haddad) e o transporte local.

15) ID 418 | Ocupações em Risco

Caracterização

Conjunto de quadras descontínuas envolvendo a problemática comum de habitação precária em ocupações irregulares, com riscos geológicos, hidrológicos e/ou construtivos que necessitam de intervenção da defesa civil. As áreas em questão foram ou são potencialmente alvo de desabamentos, solapamentos, etc.

Diretrizes

- Elaborar projeto de urbanização nas zonas especiais de interesse social (ZEIS-1), intervindo pontual e prioritariamente a favor das famílias removidas ou que foram notificadas com auto de interdição de suas moradias devido à riscos geológicos, hidrológicos ou outras extremidades que ameaçavam a estabilidade construtivas das residências.

2. Plano Regional da Subprefeitura e a Territorialização do Programa de Metas 2019-2020

Esta seção apresenta a territorialização das Metas de 2019-2020 que incidem na Subprefeitura Vila Prudente e a avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e as Metas de 2019-2020, por Perímetro de Ação.

2.1. Programa de Metas 2019-2020 nos Perímetros de Ação da Subprefeitura

As ações contidas no Programa de Metas 2019-2020 estão apresentadas no **Quadro 3**, o qual permite visualizá-las para cada Perímetro de Ação da Subprefeitura. Sobre isso, observar a territorialização do Programa de Metas 2019-20 no mapas do **Anexo 02**.

Quadro 3: Perímetros de Ação da Subprefeitura e Programa de Metas 2019-2020.

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
ID 74 Conexões Metropolitanas	<p>Inspeção dos Viadutos Pacheco Chaves e São Carlos – SIURB (meta da subprefeitura Mooca)</p> <p>Wifi gratuito – SMIT (meta da subprefeitura Mooca)</p> <p>Reforma da UBS Dr. Joaquim Rossini - Rua Álvaro Fragoso, 480– SMS (meta da Subprefeitura Ipiranga)</p> <p>Requalificação de calçadas, readequação e demais serviços complementares – SMSUB (meta da Subprefeitura Vila Prudente)</p> <p>Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Av. Luiz Ignácio de Anhaia Melo – SMT (meta da subprefeitura Vila Prudente)</p> <p>Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Amparo-Pindamonhangaba – Francisco Mesquita – SMT (meta da subprefeitura Vila Prudente)</p> <p>Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas –Rua Capitão Pacheco e Chaves e Viaduto Pacheco e Chaves - SMT (meta das subprefeituras Mooca e Ipiranga),</p> <p>Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas D. Lucas Obes - SMT (meta da subprefeitura Ipiranga)</p> <p>Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Viaduto Grande São Paulo - SMT (meta das subprefeituras Ipiranga e Vila Prudente),</p> <p>Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Rua Patriarca –</p>

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
	SMT (meta da subprefeitura Mooca) Requalificação de ciclofaixas do Grito e Aida -SMT Requalificação de corredores e faixas de ônibus Av. Paes de Barros 8 Km – Sptrans (meta da subprefeitura Mooca)
ID 89 Vila Prudente	Wifi gratuito – SMIT Reforma UBS Vila Prudente – SMS Requalificação de calçadas – SMSUB Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas –Av. Luiz Ignácio de Anhaia Melo 1 - SMT Requalificação de ciclovias e ciclofaixas - Ciclovia Monotrilho Vila Prudente – SMT Requalificação em locais de parada de ônibus - SPtrans Requalificação de corredores e faixas de ônibus Av. Paes de Barros 8 Km – Sptrans
ID 90 Território CEU e Linhas Correntes	Obras de macrodrenagem no Córrego Mooca - Reservatório Mooca 2– SIURB Wifi gratuito – SMIT Reforma AMA/UBS Integrada Jardim Independência - Hermenegildo Morbin Junior – SMS Requalificação de calçadas – SMSUB Requalificação de ciclovias e ciclofaixas – ciclovia do Monotrilho e ciclofaixa Vila Prudente trechos 1 e 2- SMT
ID 91 Hospital Vila Alpina e Córrego Suzano	Requalificação de ciclovias e ciclofaixas - ciclofaixa Vila Prudente trechos 1 e 2 - SMT
ID 92 Avenida do Oratório	Wifi gratuito – SMIT Reforma da UBS Iguaçu - SMT Requalificação de calçadas – ao longo da Av Oratório e outras transversais da avenida- SMSUB
ID 93 Vila Industrial	Regularização fundiária - Vila Industrial - Fernando Leger – 40 unidades; Abricó do Pará 1 unidade – SEHAB Wifi gratuito – SMIT Reforma da UBS Reunidas I - R. São Jose das Espinharas, 400 – SMS Requalificação de calçadas – ao longo da Av Oratório e Rua Morais Costa– SMSUB Revitalização de área pública - R. Florêncio Sanches – SMSUB
ID 95 Vila Alpina e Sítio Pinheirinho	Requalificação de calçadas - Rua José Macedo - SMSUB
ID 96 Vila Zelina	Requalificação de calçadas – Av Zelina - SMSUB
ID 97 Vila Ema	Requalificação de calçadas – Av SApopemba – SMSUB Requalificação em locais de parada de ônibus - SPtrans
ID 98 Vila Califórnia	Wifi gratuito - SMIT Revitalização de área pública / Revitalização da praça

Perímetro de Ação	Metas 2019-2020
	pública com adequação de passeio, instalação de mesas para jogos, aparelhos de ginástica para 3ª idade e paisagismo Praça José Nunes - SMSUB
ID 100 Córrego das Vacas	Não há meta 2019-2020 para esse Perímetro de Ação
ID 101 Rua dos Crepis	Não há meta 2019-2020 para esse Perímetro de Ação
ID 310 Egídio Martins - Antônio Fontes	Regularização fundiária - Egídio Martins – SEHAB (meta subprefeitura Sapopemba) Regularização fundiária – Frei Leandro do Sacramento - SEHAB meta subprefeitura Sapopemba) Requalificação de calçadas – Avenida do Oratório
ID 384 Parque São Lucas	Wifi gratuito - SMIT Reforma da UBS Parque São Lucas - R. Dr Nogueira de Noronha, 322 – SMS Requalificação de calçadas – Av Oratório e Rua Francisco Fretti - SMSUB
ID 418 Ocupações em Risco	Não há meta 2019-2020 para esse Perímetro de Ação

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

2.2. Avaliação qualitativa sobre a relação entre diretrizes do Plano Regional e Programa de Metas 2019-2020, avaliação por Perímetro de Ação

Esse item tem como objetivo avaliar a relação qualitativa entre as diretrizes dos 14 Perímetros de Ação, contidas no Plano Regional da Subprefeitura Vila Prudente apresentadas no **item 1.2**, e as Metas 2019-2020 que estão apresentadas no Quadro 03 do **item 2.1**.

1- ID 74 | Conexões Metropolitanas. Esse Perímetro de Ação engloba áreas das subprefeituras Mooca, Vila Prudente e Ipiranga ao longo do eixo ferroviário da linha 10 Turquesa da CPTM e bairros em seu entorno, desde o Viaduto São Carlos até a divisa com o Município de São Caetano do Sul. Como foi dito no capítulo 2, apresenta grandes lotes de uso industrial e logístico, quadras extensas (sobretudo na Rua Dianópolis, na Avenida Henry Ford, na Rua Guamiranga e na Avenida Presidente Wilson), grandes equipamentos públicos e privados, tais como o Reservatório de Detenção de Água Guamiranga, o Central Plaza Shopping, o Mooca Plaza Shopping, o Centro de Detenção Provisória Vila Independência e o Hospital Monumento.

Os focos nesse Perímetro são o sistema viário e o transporte público e as principais diretrizes para o perímetro são: estabelecer novas ligações viárias e qualificar aquelas existentes de modo a reduzir o isolamento da área em relação a seu entorno. Destaque para o Viaduto Grande São Paulo (conexão entre Subprefeitura Vila Prudente e Subprefeitura Ipiranga), para a proposta de ligação entre a Av. Henry Ford e a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, para a proposta do corredor metropolitano do ABC, ao longo do Córrego dos Meninos, e para as demais conexões previstas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí.

Essa área é marcada por problemas de enchentes; assentamentos precários tais como as comunidades Viela Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Jacaraípe e Willin, Favela do Tamanduateí e Barão de Resende. Outra característica marcante é a ausência de percursos alternativos para a transposição de barreiras urbanas como ferrovia, rio Tamanduateí e viadutos. Esses são os principais desafios a serem enfrentados nesse Perímetro de Ação.

As metas 2019-2020 nessa área são de requalificação de calçadas; implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Av. Luiz Ignácio de Anhaia Melo, Amparo-Pindamonhangaba

– Francisco Mesquita, Rua Capitão Pacheco e Chaves e Viaduto Grande São Paulo; requalificação de ciclofaixas do Grito. São intervenções necessárias e importantes, mas não atendem as diretrizes ora descritas.

2 - ID 89 | Vila Prudente - Área compreendida no entorno da Praça Centenário de Vila Prudente e da Estação Vila Prudente (linha 2 Verde e linha 15 Prata do Metrô), desde a Avenida Paes de Barros até a Avenida Salim Farah Maluf e da Rua José dos Reis até a Rua Dante Alighieri. Abrange parte da Avenida Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello.

É uma centralidade de bairro e área de transformação urbana, sendo que grande parte dessa área é uma Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana – ZEU.

As principais diretrizes estão voltadas para qualificar o sistema viário, o sistema de circulação de pedestres e os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, ao comércio, ao transporte público, aos polos atrativos, às centralidades e às áreas de lazer.

As metas 2019-2020 para esse Perímetro são: instalação de wifi gratuito; reforma de UBS Vila Prudente; requalificação de calçadas, Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas – Av. Luiz Ignácio de Anhaia Melo 1; requalificação de ciclovias e ciclofaixas; requalificação em locais de parada de ônibus; requalificação de corredores e faixas de ônibus Av. Paes de Barros, que trazem impactos positivos para a área, mas são insuficientes para atingir as principais diretrizes ora descritas.

3- O Perímetro ID 90 | Território CEU e Linhas Correntes contempla o Território CEU Vila Alpina e o entorno da antiga Fábrica das Linhas Correntes, desde o Jardim Avelino até o Jardim Independência e da Vila Santa Clara até a Vila Alpina. Abrange parte da Avenida Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, parte da Avenida Vila Ema, Avenida Francisco Falconi, Avenida Jacinto Menezes Palhares, entre outras.

Esse perímetro caracteriza-se pelo agrupamento de equipamentos públicos de grande relevância para o território de Vila Prudente e para a macrorregião Leste 1 como um todo. Destacam-se: CEU Vila Alpina, SENAI Humberto Reis Costa, Parque Ecológico Professora Lydia Natalizio Diogo, Crematório Vila Alpina, Cemitério São Pedro e Hospital Estadual Vila Alpina Henrique Altimeyer, além da Estação Oratório (linha 15 Prata do Metrô), em frente à sede da Subprefeitura Vila Prudente.

É composto por bairros heterogêneos, sendo o Jardim Avelino exclusivamente residencial, outros com usos mistos de comércio, serviços e residências (incluindo também habitação de interesse social), como Vila Santa Clara e, por fim, o Jardim

Independência, bairro de usos mistos que inclui também indústrias e armazéns e as ocupações Jacinto Palhares e Jardim Independência.

As principais diretrizes para essa área estabelecidas no Plano Regional estão voltadas para a qualificação das centralidades, do sistema viário, do sistema de circulação de pedestres e dos espaços públicos, como:

- Requalificar as centralidades para permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território como as indústrias e armazéns no Jardim Independência e as centralidades comerciais na Av. Zelina, na Av. do Oratório e na Av. Vila Ema;
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao adensamento populacional previsto para a área, como as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU);
- Qualificar as principais vias estruturais existentes: Avenida do Oratório, Avenida Vila Ema e Avenida Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello; qualificar os espaços livres e o desenho da paisagem urbana no entorno do Pátio de Manobras Oratório do Metrô e no entorno da sede administrativa da Subprefeitura;

As metas 2019-2020 para esse perímetro são: obras de macrodrenagem no Córrego Mooca; instalação de wifi gratuito; reforma do AMA/UBS Jardim Independência - Hermenegildo Morbin Junior; requalificação de calçadas e requalificação de ciclovias e ciclofaixas, que atendem parcialmente as diretrizes. No entanto, essas metas 2019-2020 não são suficientes para a transformação urbana requerida pela área.

4 – O Perímetro ID 91 | Hospital Vila Alpina e Córrego Suzano compreende o entorno do Hospital Estadual Vila Alpina Henrique Altimeyer e o terreno público por onde passa o Córrego Suzano. Em função do hospital, a via tem um grande fluxo de pedestres e de usuários do transporte público, que têm como objetivo usar as dependências do hospital.

Há dificuldade na mobilidade e acessibilidade entre os bairros Vila Alpina e Jardim Avelino, no Distrito Vila Prudente, e o bairro Jardim Independência, no Distrito São Lucas. Nesse sentido os principais desafios a serem enfrentados nesse Perímetro são o sistema viário, o sistema de circulação de pedestres e o sistema de transporte público.

As principais diretrizes estabelecidas no Plano Regional são:

- Melhorar o sistema viário em relação as vias de conexão entre os Distritos Vila Prudente e São Lucas;

- Reorganizar o trânsito no entorno de modo a permitir rotas alternativas para o fluxo de veículos de passeio tráfego de passagem entre os bairros Vila Alpina e Jardim Avelino, no Distrito Vila Prudente, e o bairro Jardim Independência, no Distrito São Lucas; Conectar a ciclovia da Av. Francisco Falconi com a ciclovia da Av. Brumado de Minas, articulando a rede cicloviária local;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessário aos usos industriais e logísticos existentes no território. Destaque para a Av. Jacinto Menezes Palhares.

A única meta 2019-2020 nessa área é a requalificação da ciclofaixa Vila Prudente I e II, que não atende as diretrizes ora descritas.

5 - ID 92 | Avenida do Oratório Área compreendida ao longo da Avenida do Oratório, desde seu início na Avenida Alberto Ramos até seu término no Ribeirão do Oratório, divisa com o Município de Santo André. Abrange todos os lotes lindeiros a esta via.

A Avenida do Oratório é um importante eixo de transporte público e é uma centralidade linear do distrito de São Lucas.

Esse perímetro apresenta áreas de vulnerabilidade social, em especial no Jardim Independência e áreas de alagamentos nas imediações da Estação Oratório e de enchentes na bacia do Ribeirão do Oratório.

O foco desse Perímetro é equacionar o sistema viário e o sistema de transporte público.

Esse Perímetro de Ação tem como principais diretrizes:

- Qualificar os principais percursos transversais à Av. do Oratório;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local para os moradores da área;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessário aos usos industriais e logísticos existentes no território;
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) e de microdrenagem (alagamentos).

As metas 2019-2020 nesse perímetro são: instalação de wifi gratuito; reforma da UBS Iguaçu; requalificação de calçadas ao longo da Avenida do Oratório e de outras transversais dessa avenida; que não atendem as principais diretrizes para essa área.

6 - ID 93 | Vila Industrial - área compreendida pelo bairro Vila Industrial e seu entorno, desde a Rua Costa Barros / Rua Vitória do Mearim / Rua Monsenhor São José de Azevedo até a Avenida do Oratório, na divisa com Subprefeitura Sapopemba, e da Avenida Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello até o Ribeirão do Oratório, divisa com Santo André. Abrange a Rua Serra Redonda, Rua Salvador Mota, Avenida Morais Costa, Rua José Antônio Fontes, entre outras.

Nesse perímetro há assentamentos precários, loteamentos irregulares e ocupações em área de risco geológico ao longo do Ribeirão Oratório. Alta vulnerabilidade social.

Apresenta um caráter industrial marcado por grandes lotes e presença de diversas indústrias e armazéns ali instalados, demarcados como zonas de usos predominantemente industriais (ZPI). É uma centralidade de bairro no trecho compreendido pela Avenida do Oratório e é uma área em transformação urbana.

As principais diretrizes para esse Perímetro são:

- Atender a população em situação de vulnerabilidade social, especialmente a população em área de risco;
- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, ao comércio, ao transporte público, às centralidades e às áreas de lazer;
- Promover ações indutoras do desenvolvimento econômico local, especialmente pela geração de empregos, pelo estímulo à implantação de atividades industriais e pelo estímulo ao comércio e serviços locais.

As metas 2019-2020 nesse Perímetro de Ação são: regularização fundiária de 40 unidades (Vila Industrial - Fernando Leger) e 1 unidade (Abriçó do Pará); instalação de wifi gratuito; reforma da UBS Reunidas I; requalificação de calçadas ao longo da Av Oratório e Rua Morais Costa e revitalização de área pública na Rua Florêncio Sanches. Essas metas são de extrema importância, mas não atendem as diretrizes e são insuficientes para dar conta dos principais objetivos da área.

7 - ID 95 | Vila Alpina e Sítio Pinheirinho - Área compreendida ao longo da Rua Costa Barros e quadras em seu entorno, desde a Igreja Nossa Senhora do Carmo até seu término no Ribeirão do Oratório, fazendo divisa com o Município de Santo André. Esse perímetro abrange os bairros Vila Alpina e Sítio Pinheirinho, este último limitando-se com o Município de São Caetano do Sul. A igreja e seu entorno é uma centralidade local. Apresenta ocupação do solo fragmentada e desconexa, córregos e faixas de domínio à qualificar paisagisticamente e poucos equipamentos sociais.

As principais diretrizes para esse Perímetro são:

- Qualificar os espaços livres; qualificar os principais percursos transversais à Rua Costa Barros que permitem a conexão com a Avenida do Oratório;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbana;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados na Rua Costa Barros, altura do Ribeirão do Oratório (divisa com Santo André) e de macrodrenagem (enchentes) na bacia do Ribeirão do Oratório e na bacia do Rio Tamanduateí.

A meta 2019-2020 nesse Perímetro é a requalificação de calçadas na Rua José Macedo, que não atende as diretrizes ora descritas.

8 – O Perímetro de Ação ID 96 | Vila Zelina é uma área compreendida no entorno da Praça República Lituana e da Avenida Zelina. Caracteriza-se por forte influência cultural do leste europeu como búlgaros, croatas, eslovacos, húngaros, lituanos, poloneses, romenos, russos e ucranianos. É uma centralidade de bairro que concentra comércio e serviços, como a Av. Zelina, Rua Ibitirama e Rua José dos Reis. Concentra também áreas verdes e instituições de importante valor cultural, como a Praça República Lituana e a Igreja São José da Vila Zelina.

O principal foco desse Perímetro é a preservação histórico cultural da Vila Zelina.

As principais diretrizes para essa área são: Implantar Centro Cultural Vila Zelina com finalidade de preservar o acervo histórico do bairro, resgatar a memória afetiva dos moradores com o território; incluir a Vila Zelina no circuito turístico cultural de São Paulo, reconhecendo a importância da comunidade imigrante do centro-leste europeu e dos países bálticos no desenvolvimento do município.

A meta 2019-2020 nesse Perímetro é de requalificação de calçadas na Avenida Zelina, que não atende as diretrizes para a preservação requerida.

9 - O Perímetro de Ação ID 97 | Vila Ema é uma área compreendida pelo bairro Vila Ema e seu entorno, desde a Rua Herwis / Rua Luis Pucci / Rua Atílio Perrela até a Rua Juiz de Fora e da Avenida Sapopemba até a Avenida Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello.

A Vila Ema apresenta vias com forte atividade de comércio e serviços, em destaque a Rua Herwis, Rua Solidônio Leite e Avenida Sapopemba.

É uma região em transformação urbana em função da Linha-15 Prata do metrô.

As principais diretrizes para esse perímetro são:

- Qualificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, ao comércio, ao transporte público, às centralidades e às áreas de lazer;
- Qualificar os principais percursos transversais à Av. Vila Ema que permitem a conexão com a Avenida Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, com as estações da linha 15 Prata e com a Avenida Sapopemba.

A meta 2019-2020 nesse Perímetro é de requalificação de calçadas na Avenida Sapopemba e requalificação em locais de parada de ônibus, que não estão voltadas para atender as diretrizes da área.

10 – O Perímetro ID 98 | Vila Califórnia abrange o bairro Vila Califórnia e seu entorno, desde a Rua Barão de Itapoá até a Avenida Engenheiro Thomaz Magalhães e da Rua Costa Barros / Rua Carovi / Rua Hermeto Lima até a Rua São Raimundo. Abrange a Rua Francisco Rabelo, Rua Antenas, Rua Mata Machado, entre outras.

Próximo à Rua São Raimundo destacam-se indústrias, armazéns e atividades comerciais de grande escala (município de São Caetano).

No quesito transporte público, carece de conexão com o restante do território da subprefeitura. Na região onde passa o Córrego Coberá há dificuldade de conexão intrabairros.

As principais diretrizes para essa área são:

- Melhorar o sistema de mobilidade local, em especial o de transporte coletivo e o de circulação de pedestres;
- Qualificar os espaços públicos de modo a garantir acessibilidade nas ruas, calçadas, praças, sobretudo no entorno de equipamentos públicos;
- Qualificar os principais percursos entre a Vila Califórnia e o Município de São Caetano do Sul.

As metas 2019-2020 nesse Perímetro de Ação são: instalação de wifi gratuito; revitalização da praça pública José Nunes com adequação de passeio, instalação de mesas para jogos, aparelhos de ginástica para 3ª idade e paisagismo, que atendem de forma parcial as diretrizes.

11 – Os Perímetros de Ação ID 100 | Córrego das Vacas e ID 101 | Rua dos Crepis são ruas sem saídas.

A área ID 100 | Córrego das Vacas – abrange Córrego das Vacas e lotes em seu entorno. “Travessa de acesso não oficial”. É uma passagem exclusiva para pedestres

e caracteriza-se por um jardim com plantio de pequenas espécies arbóreas e arbustivas.

A principal diretriz para o Perímetro ID 100 | Córrego das Vacas é: Cumprir a função social para o espaço público remanescente na travessa de acesso não oficial, dialogando com os moradores do entorno;

A área do ID 101 | Rua dos Crepis – é compreendida pela Rua dos Crepis, localizada no bairro Vila Bela, distrito Vila Prudente, e pelos lotes em seu entorno. Abrange também parte da Rua das Ipoméias, parte da Rua das Valerianas, parte da Rua das Cobéias, parte da Rua Gradau e parte da Rua Tujupi. Grande desnível entre a Rua das Cobéias e o fim da Rua dos Crepis, o que proporciona grande instabilidade geológica na área.

As principais diretrizes para a Rua dos Crepis são: executar obras de contenção de encosta, de drenagem e de transposições nos lotes entre a Rua das Cobéias e a Rua dos Crepis;

Nesses dois Perímetros de Ação não há metas 2019-2020, portanto, as diretrizes não estão atendidas.

12 – O Perímetro de Ação ID 310 | Egídio Martins - Antônio Fontes é eixo viário norte-sul desde o limite com a Subprefeitura de Aricanduva-Vila Formosa, passando por Sapopemba até a divisa com Santo André. Formado pelas Avenidas Capitão Mor Pero de Góis, desde o limite com a Subprefeitura de Aricanduva-Vila Formosa, no cruzamento com a Av. Barreira Grande, bifurcando pela Av. Egídio Martins e R. Cristóvão Jacques e seguindo pela Av. Ema e Av. Sapopemba e ruas Santa Maria do Camanducá e pela José Antônio Fontes, que segue pela Subprefeitura de Vila Prudente e conforma um eixo de conexão e mobilidade até a divisa com Santo André. O foco desse Perímetro é a conexão viária dentro do próprio território da subprefeitura e da zona leste com o ABC. Assim, as principais diretrizes para esses Perímetros de Ação são:

- Qualificar a conectividade dos bairros com o restante do território, priorizando os pedestres, o transporte não motorizado e o transporte público, garantindo a conexão entre modais (ônibus, ciclovias, mon trilho) e demais equipamentos;
- Melhorar as conexões locais e metropolitanas no sentido Norte-Sul.

A meta 2019-2020 para esse perímetro é a requalificação de calçadas na Avenida do Oratório, que não atende as diretrizes para a área.

13 - ID 384 | Parque São Lucas - Área compreendida pelo bairro Parque São Lucas e seu entorno. Abrange parte da Avenida do Oratório, a Rua Francisco Fett, a Avenida São Lucas, a Rua Doutor Nogueira de Noronha, Rua São Caio, Rua Cesário dos Santos, entre outras. O Parque São Lucas apresenta vias com forte atividade de comércio e serviços, em destaque a Avenida do Oratório, a Avenida São Lucas e a Rua Costa Barros e também algumas indústrias e armazéns espalhados pelo território. As principais diretrizes para esse Perímetro são:

- Potencializar a Avenida do Oratório, a Avenida São Lucas e a Rua Costa Barros como qualificadoras dos espaços públicos e articuladoras de um sistema de áreas livres e de equipamentos, públicos e privados;
- Qualificar os espaços públicos de modo a garantir acessibilidade nas ruas, calçadas, praças, sobretudo no entorno de equipamentos públicos;
- Qualificar os principais percursos transversais à Avenida do Oratório que permitem a conexão com a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello e com as estações da linha 15 Prata do Metrô.

As metas 2019-2020 para esse perímetro são: instalação de wifi gratuito; reforma da UBS Parque São Lucas; requalificação de calçadas na Avenida do Oratório, que são ações importantes e de impacto positivo para a região, mas não atendem as diretrizes estabelecidas pelo Plano Regional.

14 - ID 418 | Ocupações em Risco - Conjunto de ocupações descontínuas envolvendo habitação em áreas de risco geológico, hidrológico e/ou construtivo. Abrange as ocupações Jacaraípe, Morro do Pel, Crepis, Barbeiro de Sevilha, São Nicolau, Mangue e Parque Pereira. Todas delimitadas como ZEIS-1 na Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São Paulo (Lei 16.402/16).

A diretriz principal para esse perímetro é elaborar projeto de urbanização nas zonas especiais de interesse social (ZEIS-1), no entanto, não há nenhuma meta 2019-2020 nesse Perímetro de Ação.

2.3. Considerações sobre a relação entre os Perímetros de Ação do Plano Regional da Subprefeitura e o Programa de Metas 2019-2020

A maioria das ações 2019-2020 inseridas nos Perímetros de Ação de Vila Prudente está relacionada à requalificação de calçadas, de ciclovias e ciclofaixas, muito aquém de conseguir realizar as diretrizes estabelecidas no Plano Regional, tais como, (i) soluções habitacionais para população moradora em áreas precária de alta vulnerabilidade como riscos geológicos; (ii) regularização fundiária; (iii) solução para as enchentes e alagamentos; (iv) provisão de equipamentos sociais; (v) qualificação dos espaços públicos; (vi) implantação de novas áreas verdes; (vii) potencialização e requalificação de centralidades; (viii) melhoramento no sistema viário e de conexões norte-sul do território e também com a região do ABC, e na circulação de pedestres, ciclistas, automóveis e ônibus municipais e intermunicipais; (ix) preservação do acervo histórico-cultural da Vila Zelina.

Há que se ressaltar que o atendimento de moradia para as populações vulneráveis e a drenagem urbana são questões cruciais a serem resolvidas no território da Subprefeitura Vila Prudente.

Para o próximo Programa de Metas o desafio é fortalecer o ciclo de planejamento participativo, pautando as discussões no atendimento das diretrizes ainda não atendidas e apresentadas pelo Plano Regional, formulado e validado democraticamente.

A implementação dos Perímetros de Ação, estabelecidos pelo Plano Regional, requer uma priorização, conforme consta no Decreto nº57.537/2016, e para tanto foi desenvolvida uma metodologia e critérios adotados, que estão abordados na seção a seguir.

3. Priorização dos Perímetros de Ação dos Planos Regionais das Subprefeituras

Esta seção apresenta a metodologia para a priorização dos Perímetros de Ação (PA) nos Planos Regionais das Subprefeituras, selecionados a partir de avaliação técnica dos respectivos Perímetros de Ação e aplicada em reuniões realizadas nos Núcleos Regionais de Planejamento (NRP).

As orientações a seguir pautaram os objetivos das Oficinas de Planejamento para a priorização dos PAs nos Planos Regionais de cada Subprefeitura

“...as discussões dos Núcleos Regionais de Planejamento tenderão a abordar quais intervenções previstas para 2020 adequam-se às diretrizes dos Planos Regionais e quais não se adequam – e esse registro terá a dupla finalidade de qualificar a intervenção prevista para 2020 que se inserem nos perímetros de ação e gerar, desde então, conteúdos para o ciclo participativo de planejamento a ser iniciado em 2021.”

Fonte: Documento de orientações para a condução das reuniões dos Núcleos Regionais de Planejamento [Fonte: Documento Interno – Elaboração: SGM, out/19].

Com base nessas orientações, os Planos de Ação de cada uma das Subprefeituras refletirão o ano de 2020 e, também, o planejamento de ações para o ano de 2021, servindo também, como subsídio para discussão do futuro Programa de Metas 2021-2024.

O método aplicado ao estudo de cada Subprefeitura está estruturado em etapas, pertinentes e aplicáveis ao estudo de 32 Subprefeituras da cidade de São Paulo nos respectivos NRPs, sendo essas etapas:

Etapas 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

Etapas 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios.

Etapas 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs.

Etapas 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o PA 2020.

Etapas 5. Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com os as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs.

Adiante segue o detalhamento e orientações metodológicas para as Etapas acima definidas.

Etapa 1. Formulação de uma Cesta de Critérios a ser utilizada para a análise e priorização dos PAs em cada Subprefeitura.

A formulação da Cesta de Critérios para análise e priorização dos Perímetros de Ação nos Planos Regionais, é baseada nas orientações e na estratégia de ordenamento territorial do PDE 2014, referenciada no Art. Art. 8º, do Título II, Capítulo I - da Estruturação e Ordenação Territorial, conforme destaca-se a seguir:

Art. 8º: Para garantir um desenvolvimento urbano sustentável e equilibrado entre as várias visões existentes no Município sobre seu futuro, o Plano Diretor observa e considera, em sua estratégia de ordenamento territorial, as seguintes cinco dimensões:

*I - a **dimensão social**, fundamental para garantir os direitos sociais para todos os cidadãos, em especial, o direito à moradia, à mobilidade, à infraestrutura básica e ao acesso aos equipamentos sociais; (destaque nosso)*

*II - a **dimensão ambiental**, fundamental para garantir o necessário equilíbrio entre as áreas edificadas e os espaços livres e verdes no interior da área urbanizada e entre esta e as áreas preservadas e protegidas no conjunto do Município;*

*III - a **dimensão imobiliária**, fundamental para garantir a produção dos edifícios destinados à moradia e ao trabalho;*

*IV - a **dimensão econômica**, fundamental para garantir as atividades produtivas, comerciais e/ou de serviços indispensáveis para gerar trabalho e renda;*

*V - a **dimensão cultural**, fundamental para garantir a memória, a identidade e os espaços culturais e criativos, essenciais para a vida das cidadãs e dos cidadãos.*

Art. 9º A estratégia territorial do Plano Diretor, na perspectiva de observar de maneira equilibrada as dimensões definidas no artigo anterior e, ainda, os princípios, diretrizes e objetivos da Política Urbana, estrutura-se a partir dos seguintes elementos (grifo nosso):

*I - **macrozonas e macroáreas**, áreas homogêneas que orientam, ao nível do território, os objetivos específicos de desenvolvimento urbano e a aplicação dos instrumentos urbanísticos e ambientais;*

*II - **rede de estruturação e transformação urbana**, onde se concentram as transformações estratégicas propostas pelo Plano Diretor, composta pelos seguintes elementos estruturadores do território:*

*a) **macroárea de Estruturação Metropolitana**, que tem um papel estratégico na reestruturação urbana no Município por apresentar grande potencial de transformação urbana, que precisa ser planejado e equilibrado;*

*b) **rede estrutural de transporte coletivo**, definidora dos eixos de estruturação da transformação urbana, ao longo da qual se propõe concentrar o processo de adensamento demográfico e urbano e qualificar o espaço público;*

*c) **rede hídrica e ambiental** constituída pelo conjunto de cursos d'água, cabeceiras de drenagem e planícies aluviais, de parques urbanos, lineares e naturais, áreas verdes significativas e áreas protegidas e espaços livres, que constitui o arcabouço ambiental do Município e desempenha funções estratégicas para garantir o equilíbrio e a sustentabilidade urbanos;*

*d) **rede de estruturação local**, que articula as políticas públicas setoriais no território indispensáveis para garantir os direitos de cidadania e reduzir a desigualdade socio territorial e gerar novas centralidades em regiões menos estruturadas, além de qualificar as existentes.*

Parágrafo único. *Fica o território do Município de São Paulo dividido nas seguintes macrozonas, cada uma delas subdivididas em quatro macroáreas, conforme Mapas 1 e 2, anexos ao PDE 2014:*

I - Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana;

II - Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental

A Cesta de Critérios referenciada no PDE 2014 visa uniformizar os parâmetros de análise dos Perímetros de Ação em cada Subprefeitura, para fins de priorização, conforme os critérios a seguir.

1. Estruturação e Transformação Urbana Local: As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas Diretrizes do PDE 2014 incidentes no território da Subprefeitura. Sem esgotar todas as proposições de estruturação urbana e ambiental do PDE, a análise está voltada a presença das seguintes questões:

- Propostas e intervenção ou obra estruturante; intervenções planejadas,
- Centralidades a serem criadas, potencializadas e/ou qualificadas;
- Inserção em Macroárea (s): Exemplo: Macrozonas e Macroáreas. Tipo de Macroáreas: Macroárea de Estruturação Metropolitana- MEM.
- Inserção em Eixos e Estruturação da Transformação Urbana- EETU;
- Implantação de sistema de transporte: Metrô, Corredor de ônibus, trem, Terminais de transporte entre outros; Grandes Equipamentos Urbanos.

2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a vulnerabilidade social expressas nas propostas de inclusão social do PDE 2014. O maior exemplo é a presença no território de tipologias de Zonas Especiais de Interesse Social-ZEIS, bem como aspectos relacionados a produção de habitação social, regularização fundiária, e equipamentos de interesse social (saúde, educação, assistência social, cultura e outros), e unidades territoriais com indicadores de vulnerabilidade social, como o Índice Paulista Vulnerabilidade Social – IPVS, e outros indicadores referenciados no IBGE, SEADE e Coordenadoria de Produção e Análise de Informação (GEOINFO).

3. Economia Urbana Local:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da economia local/regional, expressas nas diretrizes do PDE 2014 voltadas a dinamização econômica. Destacam-se a presença de Zonas de Desenvolvimento Econômico - ZDE, Zonas Predominantemente Industrial – ZPIs, Territórios de Interesse Cultural; áreas com potencial para o Turismo, de estímulo à Produção de Agricultura tradicional e/ou objeto de transformação para agricultura orgânica a exemplo do Projeto Ligue os Pontos, grande presença de imóveis subutilizados, entre outros.

4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a carência de equipamentos e serviços de infraestrutura urbana no território. A exemplo de rede de água e esgotos, sistemas de tratamento de resíduos ou sanitários, iluminação pública, calçamento e pavimentação viária, espaços públicos, entre outros.

5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento:

Refere-se a possibilidade de obtenção de recursos de fundos de financiamento urbano, ambiental, habitacional ou de saneamento básico com recursos governamentais “carimbados” a exemplo do FUNDURB; FMSAI; FEMA; Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo, entre outros.

6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a importância ambiental dos recursos naturais presentes no território, regulamentadas como unidades de conservação ou não, e que contribuam para ampliar a resiliência urbana ao clima e a manutenção e produção de serviços ambientais de interesse para a qualidade urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana. Em contrapartida, também são valorizados nesse quesito aspectos relacionados a vulnerabilidade ambiental e social, tais como, presença de áreas contaminadas, áreas de risco de escorregamento ou de inundação, fragilidades ambientais e ocorrências naturais especiais (paisagens notáveis, depressões, solos frágeis entre outras).

7. Mobilidade Urbana:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas a melhoria da mobilidade urbana e do transporte sustentável. Embora estejam correlacionados a transformação urbana no item 1 da cesta de critérios, a presença ou implantação proposta de sistemas de transportes valorizam e potencializam o território em relação a melhoria da qualidade de vida, sendo também objeto de valorização. Destaca-se a presença ou travessia do território por corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, sistemas especiais de transporte, viário e hidroviário e ferroviário, ciclovias, terminais modais e intermodais e outras modalidades de transporte ativo. As diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana 2015 são também importantes para subsidiar essa análise

8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil:

As perguntas chaves para essa análise são pautadas nas questões relacionadas ao conhecimento da demanda local por soluções urbanas nos diferentes territórios e PAs das Subprefeituras, pelos gestores locais pautados nas reivindicações da sociedade local. Além da pontuação específica esse quesito é também considerado um elemento

chave para as decisões sobre a priorização dos Perímetros de Ação e seu reflexo no Programa de Metas, conforme a seguir discutido.

Refere-se a análise realizada pela Subprefeitura sobre a avaliação da importância do PA para a gestão urbana participativa, baseada nas demandas apresentadas pela população local no dia a dia da Subprefeitura.

Etapa 2. Análise dos PAs e realização da pontuação com base na Cesta de Critérios

Para a análise dos Perímetros de Ação foi proposto um método de pontuação com base na Cesta de Critérios, consolidado em uma Planilha de Avaliação e Pontuação de PAs para cada Plano Regional.

O método de Pontuação dos Perímetros do PRS é baseado na Cesta de Critérios proposta na Etapa 1, com o detalhamento de alguns subitens para viabilizar uma avaliação mais expedita dentro do prazo estabelecido para a execução dessa atividade.

A pontuação adotada segue o modelo binário, atribuindo-se o valor 1 (um) para o atendimento do critério de análise proposto (sim), ou o (zero) para o não atendimento do critério de análise (não).

Quadro 4: Critérios de análise dos Perímetros de Ação.

CRITÉRIOS DE ANÁLISE DOS PERÍMETROS DE AÇÃO	PONTUAÇÃO	
	Sim	Não
1. Estruturação e Transformação Urbana Local: Consta no PDE 2014 como intervenção/obra estruturante e intervenções planejadas? Tem centralidades a serem potencializadas e/ou qualificadas? Está inserido em qual (ais) Macroárea (s)? Está em Eixos de Estruturação Urbana?	1	0
2. Inclusão Social e Econômica - Vulnerabilidade Econômica e Social: ZEIS?	1	0
3. Economia Urbana Local: Contribui com a economia local? ZDE; ZPI? Turismo, ligue os pontos, outros.	1	0
4. Infraestrutura e Serviços Urbanos Básicos: Tem carência de equipamentos e serviços?	1	0
5. Potencial de Articulação Setorial e de Obtenção de Recursos em Fundos Especiais de financiamento: Existência de projetos com recursos “carimbados” FUNDURB; FMSAI; FEMA; SABESP - Plano de Investimentos da Sabesp no Município de São Paulo.	1	0
6. Resiliência e Vulnerabilidade Urbana: Quesitos que contribuam para ampliar a resiliência urbana, tais como, Áreas Verdes; Unidades de Conservação; Arborização Urbana; Contaminação do Solo; Áreas de Risco.	1	0
7. Mobilidade Urbana: Previsão ou execução de corredores de ônibus, trem, metrô, monotrilho, melhoramentos viários, ciclovias, terminais modais e intermodais e modalidades de transporte ativo.	1	0
8. Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil: Pontuação pela equipe do Núcleo Regional de Planejamento.	1	0
Pontuação dos Perímetros		

Elaboração: Consultores UNESCO.

No final da análise é realizada uma somatória de pontos atribuídos ao Perímetro de Análise, de forma a valorar sua importância para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Dessa forma obtém-se a seleção dos Perímetros de Ação (PA) com maior importância para a elaboração do Plano de Ação 2020 com recomendações para 2021 e/ou para os próximos ciclos de planejamento.

Detalhamento da análise para os Próximos Ciclos de Planejamento

Alternativamente, foi proposto por PLANURBE-SMDU um modelo que aprofunda o detalhamento da metodologia em priorização dos perímetros de cada PRS analisados com base na cesta de critérios, porém, com a possibilidade de um levantamento mais detalhado de informações e indicadores, para a aplicação dos itens de análise de cada um dos itens da cesta de critérios para priorização dos PAs em cada Plano Regional das Subprefeituras.

Em função da exigência de aprofundamento dos levantamentos e da exiguidade dos prazos optou-se por indicar essa proposta para os próximos ciclos de planejamento, com vistas a formulação de um modelo de pontuação aplicável a qualquer período futuro de planejamento, por exemplo 2021-2024. **(Vide Planilha de Pontuação Detalhada no Roteiro Metodológico – Anexo 1).**

Etapa 3. Fatores de Ponderação dos Resultados obtidos na análise dos PAs

A partir das orientações da Etapa 2, a pontuação dos Perímetros de Ação é obtida com a aplicação de Fatores de Ponderação pactuados para a priorização de PAs junto aos Núcleos Regionais de Planejamento.

Esses fatores de ponderação são aplicados em associação à Cesta de Critérios. Foi definida uma forma de ponderação dos resultados baseada em três itens de análise por fator de ponderação, análise com potencial multiplicador sobre a pontuação obtida pela análise do Perímetro de Ação. Os fatores de ponderação são os apresentados a seguir.

1. Relevância do Projeto (meta ou ação proposta) no Plano de Metas 2019-2020. Refere-se a avaliação da relevância do projeto proposto para atingir as diretrizes previstas para o respectivo **Perímetro de Ação**.

RELEVÂNCIA DO PROJETO PARA O PA			
Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	

1	2	4	Fator de Multiplicação
---	---	---	------------------------

2. Situação do projeto definido pela meta ou ação. Refere-se ao estágio de desenvolvimento do projeto, obra ou atividade avaliado para sua implantação.

Projetos ou ações previstas pelo PDE 2014, pelo Programa de Metas 2019-2020, e pelas secretarias municipais foram avaliados em termos de: *fase de planejamento*, *em execução*, ou *executado*. Adotou-se como referência a territorialização do Programa de Metas e as informações georreferenciadas elaboradas para a 2ª Rodada de Oficinas dos Núcleos Regionais de Planejamento, realizada em dezembro de 2019. A territorialização do Programa de Metas 2019-2020 foi realizada a partir das informações organizadas por PLANURBE-SMDU, coletadas junto às secretarias municipais até a realização das reuniões em 19 de fevereiro de 2020. Essas informações foram apresentadas na base cartográfica elaborada para os Planos Regionais das Subprefeituras.

ESTÁGIO DO PROJETO			
Em Planejamento	Executado	Em execução	
1	2	4	Fator de Multiplicação

Ao final dessa análise e respectivas pontuações são apresentados os resultados da priorização final obtida para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020, bem como as recomendações para os ciclos subsequentes de planejamento urbano.

Etapa 4. Construção do Quadro Síntese: Priorização dos Perímetros de Ação para o Plano de Ação 2020.

Conforme o artigo Art. 9º do Decreto nº 57.537/2016, os Planos de Ação de cada Subprefeitura têm por finalidade priorizar e detalhar as propostas dos respectivos Planos Regionais. No seu § 1º, definiu-se que os Planos de Ação terão os seguintes conteúdos:

I – as diretrizes elaboradas com base nos respectivos Planos Regionais;

II – os Perímetros de Ação priorizados, elencando as ações territoriais previstas ou planejadas por cada secretaria ou órgão público, seus respectivos estados de execução e orçamentos previstos ou estimados.

Destaca-se ainda o definido no § 2º:

“Todas as intervenções públicas no território, mesmo as não previstas nos Planos de Ação das Subprefeituras, devem ser previamente informadas aos Núcleos Regionais de Planejamento para sua consideração”.

Dessa forma recomenda-se considerações sobre os resultados obtidos na priorização dos PAs, indicando as lacunas existentes em relação a PAs considerados prioritários, mas não atendidos no Programa de Metas 2019-2020.

As informações orçamentárias fizeram parte das informações consolidadas na base de informação para a análise e priorização, sendo um ponto de aperfeiçoamento no levantamento de informações para a elaboração dos próximos Planos de Ação.

Nas considerações finais deverão ser destacados PAs com importância para a efetivação dos objetivos e diretrizes gerais do Plano Regional, mas não atendidos integralmente pelo Programa de Metas 2019-2020. Nesse caso, esses PAs deverão ser apontados com as possíveis alternativas de financiamento pelas opções de fundos de financiamento municipais e governamentais existentes, e/ou possíveis revisões orçamentárias durante os exercícios, e/ou inclusão nos exercícios de 2021 a 2024.

Etapa 5 – Resultados Esperados: Priorização dos Perímetros de Ação (PAs) por Plano Regional com base nas respectivas Diretrizes e nas articulações com os as metas territorializadas que incidiram sobre os respectivos PAs

Neste item orienta-se a apresentação dos resultados esperados e sintetizados com a respectiva justificativa da Priorização dos PAs para cada Subprefeitura, a partir da sistematização da análise realizada na 2ª Rodada dos NRPs. são:

- **Priorização dos Perímetros de Ação**, onde descreve-se os PAs priorizados acompanhados das respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização.
- **Considerações Finais e apresentação do Quadro Síntese de Justificativas** da seleção dos Perímetros de Ação.

O resultado da Priorização dos PAs fornece os primeiros contornos para a elaboração dos Planos de Ação 2020. Esse resultado definiu o conteúdo para as audiências públicas realizadas no período 03/02/2020 a 19/02/2020 com os Conselhos Participativos Municipais das Subprefeituras, sustentando a discussão sobre os Planos de Ação da Subprefeitura.

3.1. Priorização dos Perímetros de Ação na Subprefeitura Vila Prudente

Aplicando-se a metodologia acima apresentada chegou-se à sugestão de priorização dos perímetros para o Plano de Ação da Subprefeitura Vila Prudente exposta a seguir:

A sugestão de priorização prévia dos Perímetros de Ação da Subprefeitura Vila Prudente foi realizada junto aos técnicos da Coordenadoria de Planejamento Urbano (PLANURBE-SMDU) e membros do Núcleo Regional de Planejamento (NRP) durante a segunda rodada de oficina realizada no dia 29 de novembro de 2019.

Salienta-se que com base no critério 8 – “Conhecimento da Representação Técnica e Demandas da Sociedade Civil” foram escolhidos pelo NRP perímetros que representam elevada vulnerabilidade social e ambiental, mesmo com poucas ações definidas do programa de metas 2019-2020. Esse critério levou a destacar perímetros que possuem diretrizes com demandas importantes, porém, que apresentavam poucas ações contempladas no programa de metas 2019-2020 que correspondiam a estas demandas, como é o caso dos **Perímetros ID 74 | Conexões Metropolitanas e ID 90 | Território CEU e Linhas Correntes**.

Retomando-se o conteúdo do Plano Regional da Subprefeitura Vila Prudente este é constituído conforme exposto anteriormente de 15 Perímetros de Ação a saber:

1. ID 74 | Conexões Metropolitanas;
2. ID 89 | Vila Prudente;
3. ID 90 | Território CEU e Linhas Correntes;
4. ID 91 | Hospital Vila Alpina e Córrego Suzano;
5. ID 92 | Avenida do Oratório;
6. ID 93 | Vila Industrial;
7. ID 95 | Vila Alpina e Sítio Pinheirinho;
8. ID 96 | Vila Zelina;
9. ID 97 | Vila Ema;
10. ID 98 | Vila Califórnia;
11. ID 100 | Córrego das Vacas;
12. ID 101 | Rua dos Crepis;
13. ID 310 | Egídio Martins - Antônio Fontes;

14. ID 384 | Parque São Lucas;

15. ID 418 | Ocupações em Risco.

Desses 15 Perímetros, 03 foram selecionados para serem desenvolvidos prioritariamente, atendendo as principais diretrizes estabelecidas no Caderno⁹ de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura Vila Prudente, são eles: **ID 74 | Conexões Metropolitanas; ID 89 | Vila Prudente e ID 90 | Território CEU e Linhas Correntes.**

Descreve-se a seguir os Perímetros de Ação priorizados e respectivas justificativas relativas aos critérios que levaram à priorização. As metas 2019-2020 que incidiram nesses 03 Perímetros de Ação foram especializadas e podem ser visualizadas nos mapas do **Anexo 02**, referentes à segunda rodada de oficina do NRP.

1. O Perímetro ID 74 | Conexões Metropolitanas caracteriza-se como um importante centro de conexões do transporte público, dada a existência da Estação Tamandateí (linha 2 Verde do Metrô e linha 10 Turquesa da CPTM) e da Estação Ipiranga (linha 10 Turquesa da CPTM). Engloba áreas das subprefeituras Mooca, Vila Prudente e Ipiranga ao longo do eixo ferroviário da linha 10 Turquesa da CPTM e bairros em seu entorno, desde o Viaduto São Carlos até a divisa com o Município de São Caetano do Sul.

Esse perímetro é marcado por problemas de enchentes. Existem vários assentamentos precários tais como as comunidades Viela Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Jacaraípe e Willin, Favela do Tamandateí e Barão de Resende. Outra característica marcante é a ausência de percursos alternativos para a transposição de barreiras urbanas como ferrovia, viaduto e o Rio Tamandateí.

Está inserido na MEM e no PIU Bairros do Tamandateí. Presença de algumas quadras em EETU existente. Tem algumas zonas centralidades ao longo da Rua Guamiranga e Avenida Dr. Francisco Mesquita, que correspondem ao critério de *estruturação e transformação urbana*.

Tem áreas demarcadas como ZEIS-1, 2 e 3, que correspondem ao critério de *inclusão socioeconômica*. Vários lotes demarcados como ZPI-1 ao longo da Avenida Presidente Wilson e Rua Guamiranga, que corresponde ao critério de *economia urbana local*.

⁹ Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras – Perímetros de Ação – Vila Prudente <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>

Consta no PDE a implantação de corredor de ônibus (era ano 2016) e linha de trem planejada para 2025, que correspondem ao critério de mobilidade urbana.

As metas 2019-2020 em destaque para esse perímetro são requalificação de calçadas e implantação de novas ciclovias e ciclofaixas, que correspondem ao critério de *mobilidade urbana*.

2. O Perímetro ID 89 | Vila Prudente é uma centralidade de bairro, concentrando comércios, serviços, instituições de ensino, praças e equipamentos públicos. Apresenta deficiências nos sistemas viário e circulação de pedestres. Necessita requalificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, ao comércio, ao transporte público, aos polos atrativos, às centralidades e às áreas de lazer.

Área com potencial de transformação urbana, pois grande parte dessa área está demarcada como EETU e como zona centralidade (ZC), que correspondem ao critério *estruturação e transformação urbana*. Tem uma área bem pequena de ZEIS-3, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*.

Consta no PDE implantação de corredor de ônibus na Avenida Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello (ano de 2025), que corresponde ao critério de *mobilidade urbana*.

As metas 2019-2020 em destaque para esse perímetro são reforma UBS Vila Prudente, que corresponde ao critério de *infraestrutura e serviços urbanos básicos*. Requalificação de ciclovias e ciclofaixas (Av. Luiz Ignácio de Anhaia Melo 1) e requalificação de calçadas, que correspondem ao critério de mobilidade urbana.

3. O Perímetro ID 90 | Território CEU e Linhas Correntes compreende o Território CEU Vila Alpina e o entorno da antiga Fábrica das Linhas Correntes. Esse perímetro é marcado pelo agrupamento de equipamentos públicos de grande relevância para o território de Vila Prudente e para a macrorregião Leste 1 como um todo. Destacam-se: CEU Vila Alpina, SENAI Humberto Reis Costa, Parque Ecológico Professora Lydia Natalizio Diogo, Crematório Vila Alpina, Cemitério São Pedro e Hospital Estadual Vila Alpina Henrique Altimeyer, além da Estação Oratório (linha 15 Prata do Metrô), em frente à sede da Subprefeitura Vila Prudente. Necessita de qualificar centralidades, sistema viário, sistema de circulação de pedestres e os espaços públicos.

Vários lotes como ZPI-1 ao longo da Avenida Jacinto Menezes Palhares, Rua Suzana, Rua Marcelo Miller, Rua Secundino Domingues, Rua Augusto Piacentini entre outras, que corresponde ao critério de *economia urbana local*.

Apresenta algumas zonas centralidades, como exemplo, nas Avenidas Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello e Oratório, Vila Ema e Zelina. O entorno da Avenida Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello é um Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (EETU), que correspondem ao critério de *estruturação e transformação urbana*.

Poucos lotes demarcados como ZEIS, que corresponde ao critério de *inclusão socioeconômica*.

Consta no PDE para o ano de 2025 a implantação do corredor de ônibus na Avenida Salim Farah Maluf, que corresponde ao *critério de mobilidade urbana*.

Conta com o Parque municipal Ecológico Prof^a Lydia Natalizio Diogo e em planejamento o Parque municipal São Lucas/Linhas Corrente, que são critérios de *resiliência e vulnerabilidade urbana*.

Destaque para a meta 2019-2020 de obras de macrodrenagem no Córrego Mooca, que corresponde ao critério de *infraestrutura e serviços urbanos básicos*.

3.2. Considerações sobre a priorização dos Perímetros de Ação

Durante a 2ª Rodada de Oficinas, o Núcleo Regional de Planejamento pré-selecionou 03 perímetros de ação enquanto prioritários. Esses 03 perímetros de ação foram apresentados para validação dos representantes do Conselho Municipal Participativo e sociedade civil, com o objetivo de ampliar a discussão, colher propostas e sugestões. Esse resultado também visa a contribuir na elaboração do Programa de Metas 2021-2024.

Os critérios *de análise para os Perímetros de Ação* destacados pelo NRP foram: inclusão socioeconômica e estruturação e transformação urbana. Esses destaques podem ser observado no **Quadro 5**.

Quadro 5: Critérios destacados a partir do processo de seleção dos Perímetros de Ação.

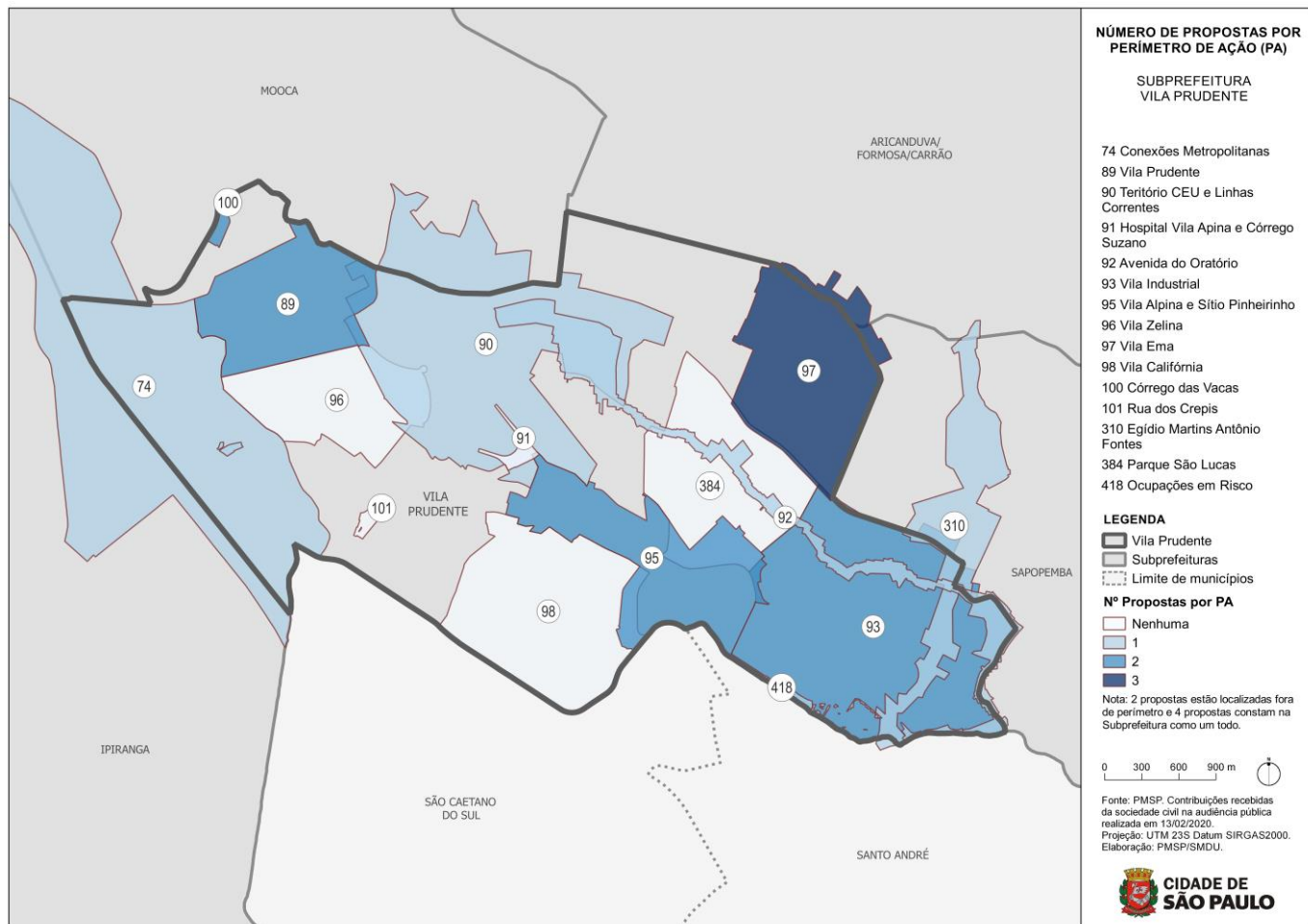
Perímetro de Ação	Critérios de seleção do Perímetro de Ação
ID 74 Conexões Metropolitanas	Muitos assentamentos precários. Ausência de percursos alternativos para a transposição de ferrovia, viaduto e o Rio Tamanduateí. Problemas de enchentes. Perímetro inserido na MEM e no PIU Bairros do Tamanduateí. Algumas quadras são EETU. Presença de ZEIS-1, 2 e 3, ZPI-1 e ZC.
ID 89 Vila Prudente	Apresenta deficiências nos sistemas viário e circulação de pedestres. Necessita requalificar os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, ao comércio, ao transporte público, aos polos atrativos, às centralidades e às áreas de lazer. Grande parte do perímetro é EETU. Presença de ZC e ZEIS-3.
ID 90 Território CEU e Linhas Correntes	Marcado pelo agrupamento de equipamentos públicos de grande relevância para o território de Vila Prudente e para a macrorregião Leste 1. Necessita de qualificar centralidades, sistema viário, sistema de circulação de pedestres e os espaços públicos. Parcela significativa do perímetro é EETU. Presença de ZC e ZEIS-3.

Elaboração: Consultores Unesco.

4. Participação Popular e elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura

Esta seção apresenta de forma sistematizada as contribuições da sociedade na consulta pública realizada no dia 13 de fevereiro de 2020, uma síntese das propostas, a classificação de cada proposta, a competência de respostas de cada órgão municipal, a pertinência da proposta para o Plano de Ação e as devolutivas de cada órgão municipal para as demandas/propostas dos munícipes.

Mapa 2: Participação Popular e a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.



Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. **Elaboração:** Consultores UNESCO.

Mapa 2 é apresentado em formato A3 no Anexo 04.

4.1. Sistematização e avaliação das contribuições da sociedade na consulta pública

O estudo das contribuições da sociedade inclui informações sobre (a) proposta, (b) Perímetro de Ação (PA), e (c) classificação da proposta.

A relação estabelecida entre (a) propostas e (b) Perímetro de Ação foi aprimorada por consultores UNESCO, com base em dados fornecidos pela Secretaria de Governo Municipal (SGM). A classificação das propostas é estabelecida do seguinte modo: (i) investimento; (ii) gestão e monitoramento urbano; (iii) planos, diretrizes e estudos urbanos; (iv) zeladoria.

Na classificação no item (i) **investimentos** nos referimos a propostas que remontam a despesas de capital, e significam a ampliação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais nas Subprefeituras, com vistas a atender necessidades existentes. Na classificação no item (ii) **gestão e monitoramento urbano** nos referimos a estratégias de administração do uso das infraestruturas e serviços públicos, por exemplo gestão de concessão de ônibus, gestão de equipamentos de saúde e educação, e de controle e fiscalização por parte da administração pública, tal como fiscalização sanitária dos comércios. Em (iii) **planos, diretrizes e estudos urbanos**, nos referimos a propostas que ainda demandam algum tipo de avaliação de viabilidade técnica e que, inclusive, se relacionam a planos e estudos já existentes e/ou em andamento. As propostas de (iv) **zeladoria** se referem à manutenção e conservação da rede de infraestruturas urbanas, ambientais e habitacionais, que contribuam com a melhoria da qualidade de vida, e em geral remontam na aplicação das despesas de custeio pela administração pública.

Por fim, também se definiu uma coluna no **Quadro 6** contendo a análise da “**pertinência**” da demanda apresentada ao Plano de Ação da Subprefeitura. O conceito de pertinência utilizado sintetiza se a demanda apresentada se integra ao processo de planejamento, ao Plano Regional e ao Plano de Ação da Subprefeitura. Caso não seja considerada “pertinente ao Plano de Ação”, a proposta da sociedade civil deverá ainda ser encaminhada a outras esferas de administração da Prefeitura, por exemplo: limpeza de terreno, que é uma atividade de zeladoria e de rotina da Subprefeitura, não necessita estar no Plano de Ação.

A Subprefeitura Vila Prudente recebeu 14 contribuições / propostas da sociedade civil. Essas são apresentadas adiante, organizadas de acordo com os respectivos Perímetros de Ação.

Foram ainda identificados pela SGM-PMSP os setoriais municipais responsáveis para avaliação e possível atendimento das propostas. Em seguida são apresentados as análises e o posicionamento pelos setoriais municipais sobre as propostas a eles afetas. Por fim, é analisada pelo consultor a pertinência das propostas para a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura.

Verificou-se que há propostas genéricas e que não encontram correspondência clara com territórios específicos da Subprefeitura. Neste caso, elas foram tratadas de modo genérico, com implicações sobre todo o território da Subprefeitura. Essas propostas também foram classificadas, em acordo com sua pertinência ao Plano de Ação da Subprefeitura.

Quadro 6: Quadro Consolidado das Propostas da Subprefeitura Vila Prudente.

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Múncipe (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP) ¹⁰	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
1.	Toda sub	Cuidar da arborização	Arborização urbana	Zeladoria	26 - Subprefeituras	Não
2.	Toda sub	Mais Policiamento	Segurança urbana	Gestão e monitoramento urbano	25 - Segurança Urbana	Não
3.	Toda sub	Arte e Cultura livres	Oferta de equipamentos de cultura	Investimento	05 - Cultura	Sim
4.	97 Vila Ema	Mais Segurança	Segurança urbana	Gestão e monitoramento urbano	25 - Segurança Urbana	Sim
5.	97 Vila Ema	Mais diversão para os jovens e fazer apresentações de teatro	Oferta de equipamentos de cultura	Investimento	05 - Cultura	Sim
6.	97 Vila Ema	Mais iluminação nas praças	Oferta de iluminação pública	Investimento	26 - Subprefeituras	Sim
7.	89 Vila Prudente	Há necessidade de abrir linhas de ônibus pela Salim Farah Maluf ligando o Norte com o Bairro, diretamente, ao terminal de ônibus da Vila Prudente que integra o metro, que interliga toda a cidade. As linhas de ônibus atual apenas operam dentro dos bairros.	Oferta de integração de modais de transporte (ônibus-metrô Vila Prudente)	Investimento	19 - Mobilidade e Transportes	Sim

¹⁰ A coluna "Proposta múnícipe" é de elaboração da Secretaria de Governo Municipal. O corpo técnico responsável pela sistematização das propostas da sociedade civil optou pela transcrição *ipsis litteris*. De modo a preservar o esforço de transcrição literal da administração municipal, mantemos a transcrição *ipsis litteris*. Isso implica reprodução de possíveis erros de ortografia.

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Muniçipe (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP) ¹⁰	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
8.	100 Córrego das Vacas e Fora do perímetro	Projetos da Rua José Zappi e Rua Angelina Tecchio	Proposta inconclusiva	_____	07 - Desenvolvimento Urbano	_____
9.	95 Vila Alpina e Sítio Pinheirinho	Projeto Sítio Pinheirinho	Proposta inconclusiva	_____	07 - Desenvolvimento Urbano	_____
10.	100 Córrego das Vacas; 89 Vila Prudente; 93 Vila Industrial; 418 Ocupações em risco; 92 Av. do Oratório; 310 Egídio Martins Antônio Fontes; 95 Vila Alpina e Sítio Pinheirinho	Revitalização dos córregos: das Vacas, Oratório, Aguas Vermelhas e limpeza das galerias da Vila Prudente	Saneamento dos córregos Limpeza dos córregos e de galerias	Investimento Zeladoria	26 - Subprefeituras	Sim (saneamento) Não (limpeza)
11.	Fora de perímetro	Implementação de ambulância nas UBS Vila Ema (Nova Anziga)	Oferta de ambulâncias	Investimento	24 - Saúde	Não
12.	90 Território CEU e Linhas Correntes	Projeto do parque linhas correntes com a URSI	Implantação do Parque linhas correntes	Investimento	28 - Verde e Meio Ambiente	Sim
13.	93 Vila Industrial	Ruas de Lazer nos terrenos da rua Manduravá e Lisa Ansorge, do lado da EMEI Mariza Ricca Ximenes	Oferta de áreas de lazer e cultura	Planos, diretrizes e estudos urbanos	05 - Cultura	Sim
14.	93 Vila Industrial	Ruas de Lazer nos terrenos da rua Manduravá e Lisa Ansorge, do lado da EMEI Mariza Ricca Ximenes	Oferta de áreas de lazer e cultura	Planos, diretrizes e estudos urbanos	10 - Esportes e Lazer	Sim
15.	74 Conexões Metropolitanas	Reaproveitar a região da Av. Presidente Wilson, próximo das estações de metrô	Incentivos para atrair empresas	Planos, diretrizes e estudos urbanos	06 - Desenvolvimento	Sim

ID	Perímetro de Ação (Elaboração: consultoria)	Proposta Múncipe (Ipsis litteris. Sistematização: SGM- PMSP) ¹⁰	Síntese da Proposta (Elaboração: consultoria)	Classificação da Proposta (Elaboração: consultoria)	Secretaria (Elaboração: SGM-PMSP)	Pertinência da Proposta para Plano de Ação (Elaboração: consultoria)
		Tamanduateí, de Trem do Ipiranga e Mooca, onde há diversas áreas de galpões abandonados, atrair de volta as empresas para reurbanizar a região que já possui acessibilidade de transportes, porém no momento está abandonada, gerando vulnerabilidade social e carência de empregos qualificados para a região, e, assim, contemplando os municípios da região.	em áreas de galpões abandonados / desenvolvimento econômico local		Econômico	
16.	74 Conexões Metropolitanas	Reaproveitar a região da Av. Presidente Wilson, próximo das estações de metrô Tamanduateí, de Trem do Ipiranga e Mooca, onde há diversas áreas de galpões abandonados, atrair de volta as empresas para reurbanizar a região que já possui acessibilidade de transportes, porém no momento está abandonada, gerando vulnerabilidade social e carência de empregos qualificados para a região, e, assim, contemplando os municípios da região.	Incentivos para atrair empresas em áreas de galpões abandonados / desenvolvimento econômico local	Planos, diretrizes e estudos urbanos	07 - Desenvolvimento Urbano	Sim

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.2. Posição das Secretarias Municipais sobre as Propostas

As propostas apresentadas para a Subprefeitura Vila Prudente são de competência de 09 secretarias municipais, conforme **Quadro 7**. Algumas propostas foram encaminhadas para a avaliação de mais de uma secretaria municipal.

Quadro 7: Contagem de Propostas por setorial municipal.

Setorial municipal	Contagem de Propostas por setorial municipal
05 - Cultura	03
06 - Desenvolvimento Econômico	01
07 - Desenvolvimento Urbano	03
10 - Esportes e Lazer	01
19 - Mobilidade e Transportes (inclui SPtrans e CET)	01
24 - Saúde	01
25 - Segurança Urbana	02
26 - Subprefeituras	03
28 - Verde e Meio Ambiente	01

Fonte: Prefeitura do município de São Paulo. Elaboração: Consultores UNESCO.

As propostas foram encaminhadas pela Secretaria de Governo Municipal aos setoriais competentes. A posição dos setoriais esteve orientada pelos seguintes itens (i) proposta; (ii) devolutiva; (iii) justificativa devolutiva. Nem todos os setoriais apresentaram suas devolutivas, ou a devolutiva para todas as propostas. As posições dos setoriais sobre as propostas foram sistematizadas e organizadas em acordo com os Perímetros de Ação pelos consultores UNESCO, demonstradas pelo **Quadro 8**.

Quadro 8: Devolutiva das Secretarias municipais – Subprefeitura Vila Prudente.

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
74 Conexões Metropolitanas	Reaproveitar a região da Av. Presidente Wilson, próximo das estações de metrô Tamanduateí, de Trem do Ipiranga e Mooca, onde há diversas áreas de galpões abandonados, atrair de volta as empresas para reurbanizar a região que já possui acessibilidade de transportes, porém no momento está abandonada, gerando vulnerabilidade social e carência de empregos qualificados para a região, e, assim, contemplando os municípios da região.	SMDET	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	A PMSP e SMDET estão elaborando o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, que irá identificar e as vocações econômicas e apoiar o desenvolvimento econômico do Município fundamentado nas realidades regionais, pelos próximos 10 anos. Nesse sentido, ações como a sugerida poderão ser incorporadas, caso os estudos as identifiquem como estratégicas para a região.
74 Conexões Metropolitanas	Reaproveitar a região da Av. Presidente Wilson, próximo das estações de metrô Tamanduateí, de Trem do Ipiranga e Mooca, onde há diversas áreas de galpões abandonados, atrair de volta as empresas para reurbanizar a região que já possui acessibilidade de transportes, porém no momento está abandonada, gerando vulnerabilidade social e carência de empregos qualificados para a região, e, assim, contemplando os municípios da região.	SMDU	Demanda não concerne à Secretaria	A área citada está contida no Perímetro da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, cujo projeto propõem incentivos e regramentos que atendem esta demanda.
89 Vila	Há necessidade de abrir linhas de ônibus	SPTans -		Informamos que a ligação desejada pode ser

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
Prudente	pela Salim Farah Maluf ligando o Norte com o Bairro, diretamente, ao terminal de ônibus da Vila Prudente que integra o metro, que interliga toda a cidade. As linhas de ônibus atual apenas operam dentro dos bairros.	SPO/GSO		realizada utilizando a linha 4025-10 VI. Califórnia - Metrô Tatuapé e na estação Tatuapé do Metrô realizar a conexão com a linha 172K-10 Jd. Tremembé - Metrô Tatuapé, isto sem ônus tarifário com o uso do Bilhete Único. Em consulta a pesquisas de origem/destino, fornecidas pelo uso do Bilhete Único não identificamos demanda para a criação de novo serviço. Ressaltamos a existência da linha da Rede Noturna, a qual opera das 00h00 às 04h00, N507-11 Term. VI. Prudente - Metrô Santana a qual possui baixos índices de utilização.
90 Território CEU e Linhas Correntes	Projeto do parque linhas correntes com a URSI	SVMA/DIPO e DEAPT	Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020	
93 Vila Industrial	Ruas de Lazer nos terrenos da rua Manduravá e Lisa Ansorge, do lado da EMEI Mariza Ricca Ximenes	SMC	Demanda não concerne à Secretaria	Comunicamos que o projeto Ruas de Lazer é de gestão da Secretaria Municipal de Esportes
93 Vila Industrial	Ruas de Lazer nos terrenos da rua Manduravá e Lisa Ansorge, do lado da EMEI Mariza Ricca Ximenes	SEME	Demanda não respondida pela Secretaria	Em 03/03/2020, a Secretaria de Governo Municipal requereu a resposta da demanda pela Secretaria, com prazo de resposta até 16/03/2020. Ao final do prazo, ainda sem resposta, a Secretaria de Governo Municipal realizou cobrança e estendeu o prazo até 30/03/2020. Até a data de 30/04/2020 (passados aproximadamente 2 meses do envio da demanda), a Secretaria não apresentou resposta à demanda.
95 Vila Alpina e Sítio Pinheirinho	Projeto Sítio Pinheirinho	SMDU	Demanda não inteligível ou genérica	O sítio Pinheirinho é um Bairro que está contido no perímetro ID-95. O plano Regional da Vila Prudente indica para essa área: redução da

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
				vulnerabilidade social, permanência e incentivos para o comércio local, oferta de áreas verdes e requalificação de espaços públicos, espaços residuais e paisagem. Não há indicação de projeto específico para o Sítio Pinheirinho. Com relação às Metas há previsão de requalificação de calçadas em um pequeno trecho da Rua José Macedo.
97 Vila Ema	Mais diversão para os jovens e fazer apresentações de teatro	SMC	Demanda não inteligível ou genérica	A Biblioteca Pública Municipal Ricardo Ramos é localizada no Distrito de Vila Prudente, opção de lazer, informação, leitura e cultura para todas as faixas etárias.
97 Vila Ema	Mais Segurança	SMSU	Demanda não inteligível ou genérica	
97 Vila Ema	Mais iluminação nas praças	SMSUB	Demanda em estudo para o Planejamento de 2021	Atualmente, a prestação dos serviços de iluminação pública está sendo executada através de Parceria Público Privada, com a Concessionária Iluminação Paulistana SPE. Além da manutenção, o Contrato prevê a expansão de aproximadamente 60.000 pontos novos e a substituição de todos os pontos de iluminação pública por tecnologia LED ou superior, em até 5 anos.
100 Córrego das Vacas e Fora do perímetro	Projetos da Rua José Zappi e Rua Angelina Tecchio	SMDU	Demanda não inteligível ou genérica	A Rua José Zappi é uma das ruas que limita o perímetro ID-100. Já a Rua Angelina Tecchio é próxima, mas está fora do perímetro. Não encontramos projetos para estas duas vias nem nos Planos Regionais nem nas Metas.
100 Córrego das Vacas; 89 Vila Prudente; 93 Vila Industrial;	Revitalização dos córregos: das Vacas, Oratório, Águas Vermelhas e limpeza das galerias da Vila Prudente	SMSUB	Demanda não inteligível ou genérica	Não está definido o tipo de serviço necessário nos locais.

Perímetro de Ação	Proposta do Município (Ipsis litteris. Sistematização: SGM-PMSP)	Secretaria Autora da Devolutiva	Devolutiva da Secretaria	Justificativa da Secretaria
418 Ocupações em risco; 92 Av. do Oratório; 310 Egídio Martins Antônio Fontes; 95 Vila Alpina e Sítio Pinheirinho				
Toda sub	Arte e Cultura livres	SMC	Demanda não inteligível ou genérica	Não foi possível compreender qual a demanda em questão
Toda sub	Mais Policiamento	SMSU	Demanda não inteligível ou genérica	
Toda sub	Cuidar da arborização	SMSUB	Demanda não inteligível ou genérica	Não está definido o tipo de ação de arborização
Fora de perímetro	Implementação de ambulância nas UBS Vila Ema (Novaí Anziga)	SMS	Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020	O Plano Municipal de Saúde 2018-2021, bem como a Programação Anual de Saúde (PAS) de 2020 objetiva a reorganização dos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). Além disso, está previsto a reforma do SAMU Jardim Iva.

Fonte: Prefeitura do Município de São Paulo. SGM. Informações atualizadas pela SGM em 17.08.2020. Elaboração: Consultores UNESCO.

4.3. Propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura a partir das contribuições da sociedade na consulta pública

Este item trata dos Perímetros de Ação priorizados, com vistas à elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura. Os Perímetros de Ação priorizados, a partir do atendimento as principais diretrizes estabelecidas no Caderno de Propostas do Plano Regional da Subprefeitura Vila Prudente ¹¹ são:

1. PERÍMETRO ID 74 | CONEXÕES METROPOLITANAS
2. PERÍMETRO ID 89 | VILA PRUDENTE;
3. PERÍMETRO ID 90 | TERRITÓRIO CEU E LINHAS CORRENTES

A avaliação de propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura 2020 e recomendações para 2021, a partir das propostas apresentadas pela sociedade civil, se desenvolve em torno dos seguintes elementos:

- (i) Quando possível, e em acordo com os insumos fornecidos pelas secretarias municipais, tratar da viabilidade técnica e financeira das contribuições de sociedade civil;
- (ii) Justificativas e recomendações a respeito das propostas da sociedade consideradas inviáveis ou pouco aderentes ao Plano de Ação da Subprefeitura;
- (iii) Relação entre propostas da sociedade civil, diretrizes apresentadas por PRS e Programa de Metas 2019-2020;
- (iv) Inserção de propostas no Plano de Ação da Subprefeitura;
- (v) Recomendações para o próximo ciclo de planejamento, quando pertinente.

A análise das propostas foi organizada por Perímetro de Ação prioritários, conforme apresentada a seguir.

¹¹ *Caderno de Propostas dos Planos Regionais das Subprefeituras disponíveis em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/planos-regionais/arquivos/>>. Portal eletrônico consultado em abril de 2020.*

1) PERÍMETRO ID 74 | CONEXÕES METROPOLITANAS

Esse Perímetro de Ação ultrapassa o limite administrativo de Vila Prudente e incorpora partes dos territórios da Subprefeitura Ipiranga e Mooca e as diretrizes, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Implantar Centros de Educação Infantil próximos às ocupações Vila Prudente e Jacaraípe, de modo a reduzir demanda;
- Reduzir a vulnerabilidade social nas ocupações Vila Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Barão de Resende, Favela do Tamanduateí, Willin e Jacaraípe;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para as indústrias e armazéns na orla ferroviária e para o comércio e serviços existentes na Rua Ibitirama;
- Qualificar o acesso à Estação Ipiranga (linha 10 Turquesa da CPTM) pela Avenida Henry Ford e o acesso à Estação Tamanduateí (linha 10 Turquesa da CPTM e linha 2 Verde do Metrô) pela Rua Guamiranga, de modo a garantir a acessibilidade universal;
- Desenvolver projeto de qualificação de espaços livres na área entre a Rua Montojó e a Rua Vila Prudente com tratamento paisagístico adequado;
- Estimular o uso e a permanência nas praças Salim Lahud, Doutor Heráclito Corrêa de Freitas Neto, Padre Lorenzo Barendense e Brejetuba, com a implantação de equipamentos de ginástica para a terceira idade nestes espaços públicos;
- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar os bairros e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana. Destaque para o Parque Dianópolis (Avenida Dianópolis), para o Parque Linear Córrego dos Meninos (divisa com São Caetano do Sul) e para as faixas de amortecimento ao longo do Rio Tamanduateí e implantação de área verde com bacia de retenção junto da área verde existente na rua Aida, ações previstas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí;
- Monitorar a contaminação do solo em terrenos ao longo do eixo ferroviário;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados no entorno do Viaduto Grande São Paulo, na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, na Av. Paes de Barros e na Av. Presidente Wilson;
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do córrego da Mooca e na bacia do Rio Tamanduateí. Destaque para o Reservatório de Detenção de Água Guamiranga;

- Prover nova central de triagem e transbordo de resíduos sólidos secos, de modo a estimular o trabalho de cooperativas de reciclagem;
- Garantir melhores condições de travessia da Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello de modo a compatibilizar o fluxo de veículos com a mobilidade local de pedestres;
- Estabelecer novas ligações viárias e qualificar aquelas existentes de modo a reduzir o isolamento da área em relação a seu entorno. Destaque para o Viaduto Grande São Paulo (conexão entre Subprefeitura Vila Prudente e Subprefeitura Ipiranga), para a proposta de ligação entre a Av. Henry Ford e a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, para a proposta do corredor metropolitano do ABC, ao longo do Córrego dos Meninos, e para as demais conexões previstas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres e ciclistas de modo a superar grandes barreiras urbanas (Vd. Grande São Paulo, Vd. Capitão Pacheco Chaves, Rio Tamanduateí, Reservatório de Detenção Guamiranga, Centro de Detenção Provisória Vila Prudente, shopping centers, etc.), melhorando a mobilidade local;
- Aumentar a oferta de transporte público entre os bairros. Proposta para linha de ônibus circular cujo trajeto contemple a Estação Tamanduateí, R. Ibitirama, R. Giestas, R. Costa Barros, Av. São Lucas e Av. do Oratório;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos, prevista a partir da implantação de novos eixos de transporte público (expansão da linha 2 Verde e 15 Prata do Metrô e implantação da linha 18 Bronze do Metrô), ao fluxo de veículos demandado dos usos industriais e logísticos existentes no território;
- Desenvolver planos de urbanização referentes às ocupações Vila Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Barão de Resende, Favela do Tamanduateí, Jacaraípe e Willin;
- Garantir o direito à moradia adequada por meio da produção habitacional, de modo a reduzir a demanda existente. Destaque para ocupações não cadastradas, como a Forte de São Bartolomeu;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em glebas e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificadas. Destaque para imóveis notificados com PEUC e para áreas ociosas no eixo ferroviário;
- Garantir conforto e segurança pública na integração intermodal entre o transporte de alta capacidade (Estações Ipiranga e Tamanduateí) e o transporte local.

As ações previstas no Programa de Metas 2019-2020 para este Perímetro de Ação são:

Inspeção dos Viadutos Pacheco Chaves e São Carlos – SIURB (meta da subprefeitura Mooca)

Wifi gratuito – SMIT (meta da subprefeitura Mooca)

Reforma da UBS Dr. Joaquim Rossini - Rua Álvaro Fragoso, 480– SMS (meta da Subprefeitura Ipiranga)

Requalificação de calçadas, readequação e demais serviços complementares – SMSUB (meta da Subprefeitura Vila Prudente)

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Av. Luiz Ignácio de Anhaia Melo – SMT (meta da subprefeitura Vila Prudente)

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Amparo-Pindamonhangaba – Francisco Mesquita – SMT (meta da subprefeitura Vila Prudente)

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas –Rua Capitão Pacheco e Chaves e Viaduto Pacheco e Chaves - SMT (meta das subprefeituras Mooca e Ipiranga),

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas D. Lucas Obes - SMT (meta da subprefeitura Ipiranga)

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Viaduto Grande São Paulo - SMT (meta das subprefeituras Ipiranga e Vila Prudente),

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas Rua Patriarca – SMT (meta da subprefeitura Mooca)

Requalificação de ciclofaixas do Grito e Aida –SMT (meta das subprefeituras Ipiranga e Vila Prudente)

Requalificação de corredores e faixas de ônibus Av. Paes de Barros 8 Km – Sptans (meta da subprefeitura Mooca)

Proposta apresentada pela sociedade para o Perímetro de Ação:

- Reaproveitar a região da Av. Presidente Wilson, próximo das estações de metrô Tamanduateí, de Trem do Ipiranga e Mooca, onde há diversas áreas de galpões abandonados, atrair de volta as empresas para reurbanizar a região que já possui acessibilidade de transportes, porém no momento está abandonada, gerando vulnerabilidade social e carência de empregos qualificados para a região, e, assim, contemplando os munícipes da região. (sic)

Trata-se de incentivos para atrair empresas em áreas de galpões abandonados para desenvolvimento econômico local. **Proposta pertinente para o** Plano de Ação e também apresentada no Plano Regional de Vila Prudente. Resposta da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho: *Demanda já contemplada parcial ou totalmente ao Planejamento de 2020. A PMSP e SMDU estão elaborando o Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, que irá identificar e as vocações econômicas e apoiar o desenvolvimento econômico do Município fundamentado nas realidades regionais, pelos próximos 10 anos. Nesse sentido, ações como a sugerida poderão ser incorporadas, caso os estudos as identifiquem como estratégicas para a região”.*

Resposta da SMDU: *Demanda não concerne à Secretaria. A área citada está contida no Perímetro da Operação Urbana Bairros do Tamanduateí, cujo projeto propõem incentivos e regramentos que atendem esta demanda.*

As diretrizes estabelecidas no Plano Regional foram apresentadas na audiência pública e a maioria ainda são válidas e não foram implementadas. Fato que parece se confirmar, pois houve apenas uma proposta e que também já está no bojo do Plano Regional.

A efetivação desse Perímetro de Ação está pautada na implementação das principais diretrizes para a solução do sistema viário e transporte público de modo reduzir o isolamento da área em relação a seu entorno. Também na solução das enchentes e dos assentamentos precários.

Esse Perímetro de Ação está inserido na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, que está na Câmara Municipal para análise e discussão.

2) PERÍMETRO ID 89 | VILA PRUDENTE

As diretrizes desse Perímetro de Ação, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Reduzir a vulnerabilidade social na quadra delimitada pela R. Ingaí, R. Imbituba, R. Halionore e R. Indaiá;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território. Destaque para as zonas de centralidade presentes na R. do Orfanato, na R. José dos Reis e na Av. Salim Farah Maluf;
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao adensamento populacional previsto para a área;

- Qualificar o acesso à Estação Vila Prudente a partir da R. Itamumbuca e a partir da R. Cavour, de modo a permitir o embarque e desembarque de passageiros com segurança e a garantir acessibilidade universal;
- Implantar mobiliário urbano de lazer e recreação na Praça Carlos Siqueira Neto;
- Estimular o uso e a permanência nas praças Padre Damião e Centenário de Vila Prudente, com a implantação de equipamentos de ginástica para a terceira idade nestes espaços públicos;
- Aumentar a arborização viária de modo a qualificar o bairro e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana;
- Monitorar a contaminação do solo em lote localizado entre a R. Ibitirama e a R. Ingaí;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, na Av. Paes de Barros e na Praça Padre Damião;
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do Córrego da Mooca, canalizado sob a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello;
- Desenvolver melhores condições de travessia na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello de modo a facilitar a mobilidade local de pedestres. Destaque para o edifício da Estação Vila Prudente como barreira urbana neste trecho;
- Estabelecer novas ligações viárias e qualificar aquelas existentes como a abertura de via entre a R. Saquarema e a R. Ibitirama no prolongamento da R. do Orfanato e também o alargamento da R. Ibitirama, entre a Praça Doutor Heráclito Corrêa de Freitas Neto e a Praça Padre Lourenço Barendense, ambas previstas na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí;
- Gerir a mobilidade regional existente na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, integrante do mini anel viário do Município de São Paulo, de modo a organizar o fluxo de veículos de passeio, de ônibus (corredor de ônibus previsto) e de veículos de carga;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga demandados dos usos industriais e logísticos existentes no território;
- Estimular o desenvolvimento de projeto habitacional em terreno delimitado como ZEIS-3, localizado entre a R. Ibitirama, R. Indaiá e R. Ingaí;
- Garantir conforto e segurança pública na integração intermodal entre o transporte de alta capacidade (Estação Vila Prudente) e o transporte local. Destaque para a necessidade de adequação do Terminal de Ônibus Vila Prudente.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

Wifi gratuito – SMIT

Reforma UBS Vila Prudente – SMS

Requalificação de calçadas – SMSUB

Implantação de novas ciclovias e ciclofaixas –Av. Luiz Ignácio de Anhaia Melo 1 - SMT

Requalificação de ciclovias e ciclofaixas - Ciclovia Monotrilho Vila Prudente – SMT

Requalificação em locais de parada de ônibus - SPtrans

Requalificação de corredores e faixas de ônibus Av. Paes de Barros 8 Km – Sptrans

Proposta apresentada pela sociedade para o Perímetro de Ação:

- Há necessidade de abrir linhas de ônibus pela Salim Farah Maluf ligando o Norte com o Bairro, diretamente, ao terminal de ônibus da Vila Prudente que integra o metro, que interliga toda a cidade. As linhas de ônibus atual apenas operam dentro dos bairros. (sic)

Trata-se de investimento em modais integrados de transporte (ônibus - metrô Vila Prudente). **Demanda pertinente para Plano de Ação**, mas a resposta da SPtrans foi a seguinte: Informamos que a ligação desejada pode ser realizada utilizando a linha 4025-10 VI. California - Metrô Tatuapé e na estação Tatuapé do Metrô realizar a conexão com a linha 172K-10 Jd. Tremembé - Metrô Tatuapé, isto sem ônus tarifário com o uso do Bilhete Único. Em consulta a pesquisas de origem/destino, fornecidas pelo uso do Bilhete Único não identificamos demanda para a criação de novo serviço. Ressaltamos a existência da linha da Rede Noturna, a qual opera das 00h00 às 04h00, N507-11 Term. VI. Prudente - Metrô Santana a qual possui baixos índices de utilização.

O registro de apenas uma demanda na audiência pública parece ser pelo fato de que a maioria das diretrizes, estabelecidas no Plano Regional, ainda não foram implementadas.

Esse perímetro é uma centralidade de bairro e área de transformação urbana, demarcada em quase sua totalidade como Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana – ZEU. A efetiva implementação deste Perímetro de Ação está pautada nas principais diretrizes para qualificar o sistema viário, o sistema de circulação de pedestres e os espaços livres públicos, especialmente os vinculados aos

equipamentos públicos, ao comércio, ao transporte público, aos polos atrativos, às centralidades e às áreas de lazer.

Esse Perímetro de Ação tem interface com a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, que está na Câmara Municipal para análise e discussão.

3) PERÍMETRO ID 90 | TERRITÓRIO CEU E LINHAS CORRENTES

Esse Perímetro de Ação ultrapassa o limite administrativo da Subprefeitura Vila Prudente e incorpora partes do território da Subprefeitura Mooca e as diretrizes, tal como apresentadas no Plano Regional da Subprefeitura, são:

- Implantar Centro de Referência da Assistência Social no Jardim Independência, de modo a reduzir a demanda por tal equipamento;
- Reduzir a vulnerabilidade social nas ocupações Jacinto Palhares e Jardim Independência;
- Garantir a permanência e a instalação de empresas que gerem empregos no território como as indústrias e armazéns no Jardim Independência e as centralidades comerciais na Av. Zelina, na Av. do Oratório e na Av. Vila Ema;
- Potencializar o Território CEU Vila Alpina como qualificador das áreas públicas e articulador de um sistema de espaços livres e de equipamentos, públicos e/ou privados. Destaque para o potencial da quadra localizada entre a Av. Francisco Falconi, R. José Jeraissati, Av. Jacinto Menezes Palhares e Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello;
- Qualificar os espaços públicos de modo a compatibilizar ruas, calçadas, praças e equipamentos públicos ao adensamento populacional previsto para a área, como as quadras no Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU);
- Qualificar as principais vias estruturais existentes: Av. do Oratório, Av. Vila Ema e Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello;
- Qualificar os espaços livres e o desenho da paisagem urbana no entorno do Pátio de Manobras Oratório do Metrô e no entorno da sede administrativa da Subprefeitura;
- Implantar mobiliário urbano de lazer e recreação na Praça Pedro Paulo Correa;
- Estimular o uso e a permanência nas praças Levi Carneiro, Joaquim Rodrigues, Manuel Marinho e Vila Graciosa, Alcides Franco de Lima, Doutor Adail Nunes da Silva e São Pedro Apóstolo, com implantação de equipamentos de ginástica para a terceira idade nestes espaços públicos;

- Ofertar novas áreas verdes de modo a qualificar os bairros e reduzir os efeitos da ilha de calor urbana. Destaque para o Parque Vila Ema (Av. Vila Ema) e para o Parque Linhas Correntes (Av. do Oratório), ambos previstos no Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/14);
- Monitorar a contaminação do solo em lote localizado entre a Av. Alberto Ramos, R. Manuel Sequeira e Sá, R. Santana do Araguaia e R. Doutor Dino;
- Solucionar problemas de microdrenagem (alagamentos) verificados nas imediações da Praça Maria da Penha Nascimento Silva e nas imediações da Estação Oratório;
- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do Córrego da Mooca, canalizado sob a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello;
- Conciliar o funcionamento e a logística do Ecoponto Anhaia Mello ao uso do solo existente no território em seu entorno;
- Melhorar a acessibilidade local e as conexões entre a subprefeituras Mooca e Vila Prudente nas ruas Manuel da Costa, R. Lessing e R. Domingos Afonso;
- Aumentar a oferta de transporte público entre os bairros, com proposta de linha de ônibus circular cujo trajeto contemple a Estação Tamanduateí, a R. Ibitirama, a R. Giestas, a R. Costa Barros, a Av. São Lucas e a Av. do Oratório;
- Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas, melhorando a mobilidade local. Destaque para o percurso entre a Vila Zelina/Jardim Avelino e Jardim Independência;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessário aos usos industriais e logísticos existentes no território da Av. Jacinto Menezes Palhares, R. Susana, R. Marcelo Müller, R. Secundino Domingues e também nas imediações da Av. Salim Farah Maluf;
- Desenvolver planos de urbanização referentes às ocupações Jacinto Palhares e Jardim Independência;
- Estimular o desenvolvimento de projeto habitacional em terrenos delimitados como ZEIS-3 na Vila Santa Clara e terreno delimitado como ZEIS-5 no Jardim Avelino;
- Estimular o desenvolvimento de projetos em glebas e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificadas. Destaque para imóvel notificado com PEUC na Avenida Vila Ema;
- Garantir o conforto e a segurança pública na integração intermodal entre o transporte de alta capacidade (Estação Oratório) e o transporte local.

As ações previstas no **Programa de Metas 2019-2020** para este Perímetro de Ação são:

Obras de macrodrenagem no Córrego Mooca - Reservatório Mooca 2– SIURB

Wifi gratuito – SMIT

Reforma AMA/UBS Integrada Jardim Independência - Hermenegildo Morbin Junior – SMS

Requalificação de calçadas – SMSUB

Requalificação de ciclovias e ciclofaixas – ciclovia do Monotrilho e ciclofaixa Vila

Prudente trechos 1 e 2- SMT

Proposta apresentada pela sociedade para o Perímetro de Ação:

- Projeto do parque linhas correntes com a URSI. (sic)

Trata-se de Implantação do Parque Linear Linhas Correntes, **tem pertinência para o Plano de Ação** e já está presente no Plano Regional. Resposta de SVMA: “*Demanda acrescentada ao Planejamento de 2020*”.

Os pontos mais importantes para a implementação desse Perímetro de Ação estão pautados na qualificação das centralidades, do sistema viário e circulação de pedestres e dos espaços públicos, que são os focos para garantir a efetividade desse Perímetro de Ação. Além disso, o enfrentamento das questões de macrodrenagem (enchentes) e microdrenagem (alagamentos).

PROPOSTAS COM ABRANGÊNCIA PARA TODO O TERRITÓRIO DA SUBPREFEITURA

Para debater as propostas apresentadas que são direcionadas para todo o território da Subprefeitura, cabe referenciar as diretrizes para a Subprefeitura Vila Prudente segundo o Plano Regional da Subprefeitura. São elas:

- Estimular o desenvolvimento de projetos em terrenos e lotes, públicos ou privados, que estejam subutilizados ou não edificados;
- Aumentar a oferta de áreas verdes públicas no território, qualificando as praças e parques existentes e promovendo novos equipamentos de esporte e lazer, principalmente nas regiões mais densamente ocupadas;

- Solucionar problemas de macrodrenagem (enchentes) verificados na bacia do Ribeirão do Oratório, na bacia do Córrego da Mooca, na bacia do Rio Tamanduateí;
- Estimular a manutenção e criação de comércio e serviços locais no térreo dos imóveis existentes ou a construir, de modo a proporcionar fachada ativa nas vias do perímetro; • Qualificar os espaços públicos de modo a garantir acessibilidade universal em ruas, calçadas, praças, sobretudo no entorno de equipamentos públicos e nos principais percursos entre os mesmos;
- Promover o desenvolvimento econômico a partir do incentivo e do fortalecimento do comércio local, principalmente concentrados em grandes vias como Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, Av. do Oratório e R. Costa Barros;
- Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio ao fluxo de veículos de carga necessário aos usos industriais e logísticos existentes no território;
- Implantar diversos tipos de equipamentos demandados principalmente no Distrito de São Lucas, por apresentar altos índices de densidade e vulnerabilidade, considerando entre estes a implantação de escolas técnicas para promover a qualificação profissional dos jovens moradores deste distrito.

As propostas de caráter geral com abrangência para todo o território da Subprefeitura foram nas temáticas de Arte e Cultura; policiamento e arborização, que são demandas pertinentes ao Plano de Ação, mas que segundo as Secretarias competentes necessitam de melhor detalhamento sobre essas demandas.

5. Considerações Técnicas sobre o Plano de Ação da Subprefeitura

Esta seção apresenta as considerações e recomendações técnicas que norteiam as ações prioritárias para a implementação dos perímetros de ação que compõe o Plano de Ação da Subprefeitura Vila Prudente, conforme o **Quadro 9**.

A consulta à sociedade civil, aos setoriais municipais, e o estudo técnico desenvolvido pelos consultores UNESCO e PLANURBE-SMDU indicam as recomendações para o Plano de Ação da Subprefeitura. As recomendações são propostas com aderência ao Plano de Ação, à Subprefeitura como um todo e aos Perímetros de Ação Prioritários.

Quadro 9: Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Vila Prudente.

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil
<p>ID 74 Conexões Metropolitanas</p>	<p><u>Sistema viário:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estabelecer novas ligações viárias e qualificar aquelas existentes de modo a reduzir o isolamento da área em relação a seu entorno, tais como: Viaduto Grande São Paulo (conexão entre Subprefeitura Vila Prudente e Subprefeitura Ipiranga); ligação entre a Av. Henry Ford e a Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello; proposta do corredor metropolitano do ABC, ao longo do Córrego dos Meninos. ✓ Melhorar as travessias da Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello de modo a compatibilizar o fluxo de veículos com a mobilidade local de pedestres; ✓ Melhorar o acesso à Estação Ipiranga (linha 10 Turquesa da CPTM) pela Avenida Henry Ford e o acesso à Estação Tamanduateí (linha 10 Turquesa da CPTM e linha 2 Verde do Metrô) pela Rua Guamiranga; ✓ Criar percursos alternativos para pedestres e ciclistas de modo a superar grandes barreiras urbanas como por exemplo: Vd. Grande São Paulo, Vd. Capitão Pacheco Chaves, Rio Tamanduateí, Reservatório de Detenção Guamiranga e Centro de Detenção Provisória Vila Prudente. <p><u>Transporte Público:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumentar a oferta de transporte público entre os bairros; ✓ Compatibilizar a circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos, prevista a partir da implantação de novos eixos de transporte público (expansão da linha 2 Verde e 15 Prata do Metrô e implantação da linha 18 Bronze do Metrô), ao fluxo de veículos demandado dos usos industriais e logísticos existentes no território. 	<p>Criar incentivos para atrair empresas em áreas de galpões abandonados para desenvolvimento econômico local</p>

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil
	<p><u>Drenagem urbana:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementar medidas estruturais e não estruturais para o controle de enchentes e alagamentos. ✓ Equacionar os problemas de enchentes no córrego da Mooca na bacia hidrográfica do Rio Tamandateí e de alagamentos em especial no entorno do Viaduto Grande São Paulo, na Av. Prof. Luiz Ignácio de Anhaia Mello, na Av. Paes de Barros e na Av. Presidente Wilson. <p><u>Produção Habitacional e urbanização:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Produzir as habitações de Interesse Social demarcadas como ZEIS; ✓ Desenvolver planos de urbanização em especial para as ocupações Viela Sabesp, Vila Prudente, Pacheco Chaves, Ilha das Cobras, Morro do Pel, Barão de Resende, Favela do Tamandateí, Jacaraípe e Willin. <p>Esse Perímetro de Ação está inserido na Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamandateí, que está na Câmara Municipal para análise e discussão.</p>	
ID 89 Vila Prudente	<p><u>Sistema viário e circulação de pedestres:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Equacionar as questões de circulação de pedestres, de ciclistas, de ônibus e de veículos de passeio em relação ao fluxo de veículos de carga demandados dos usos industriais e logísticos existentes no território. <p><u>Espaços públicos</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Qualificar os espaços públicos, especialmente os vinculados aos equipamentos públicos, ao comércio, ao transporte público, aos polos atrativos, às centralidades e às áreas de lazer. ✓ Implementar áreas verdes visando redução dos impactos de ilha de calor 	<p>Para esse perímetro não houve novas contribuições. O Plano Regional contempla as demandas da sociedade que ainda não foram implementadas integralmente.</p>

Perímetro de Ação	Ação(s) prioritária(s) Perímetro de Ação	Diretrizes complementares a partir das propostas da sociedade civil
	<p>desta área.</p> <p>Esse Perímetro de Ação tem interface com a Operação Urbana Consorciada Bairros do Tamanduateí, que está na Câmara Municipal para análise e discussão.</p>	
<p>ID 90 Território CEU e Linhas Correntes</p>	<p><u>Sistema viário:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhorar a acessibilidade local e as conexões entre a subprefeituras Mooca e Vila Prudente; ✓ Desenvolver percursos alternativos para pedestres, ciclistas, ônibus e automóveis de modo a superar grandes barreiras urbanas. <p><u>Espaços públicos:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementar novas áreas verdes de modo reduzir os efeitos da ilha de calor urbana, como exemplo Parque Vila Ema (Av. Vila Ema) e para o Parque Linhas Correntes (Av. do Oratório), ambos previstos no Plano Diretor Estratégico (Lei 16.050/14). O Parque Linear Linhas Correntes está no planejamento para 2020. <p><u>Drenagem urbana:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementar medidas estruturais e não estruturais para o controle de enchentes e alagamentos. 	<p>Para esse perímetro não houve novas contribuições. O Plano Regional contempla demandas da sociedade que ainda não foram implementadas integralmente.</p>
<p>Diretrizes complementares a partir das propostas sociedade civil para a Subprefeitura como um todo</p>		
<p>Subprefeitura como um todo</p>	<p>Promover Arte e Cultura livres. Ampliar a segurança urbana. Ampliar áreas verdes em todo território da subprefeitura. Instituir mecanismos de manutenção das áreas verdes públicas.</p>	

Elaboração: Consultores UNESCO.

O Plano de Ação da Subprefeitura Vila Prudente é a aplicação em ciclos de planejamento periódicos do Plano Regional da Subprefeitura. Elemento definido no sistema municipal do planejamento urbano paulistano, o Plano de Ação da Subprefeitura visa nortear a aplicação do investimento públicos municipal para a implementação de ações e atividades prioritárias, de modo articulado no espaço urbano, com a participação, conhecimento e controle dos conselhos participativos e da sociedade civil organizada.

A elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura é prevista pelo Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo - Lei Municipal 16.050 de 31 de julho de 2014, e foi regulamentada pelo Decreto Municipal Nº 57.537 de 16 de dezembro de 2016. Sua elaboração foi acionada a partir do processo de revisão dos compromissos definidos pelo 2º Plano de Ação em Governo Aberto do Município de São Paulo 2018-2020, Compromisso Nº 2 – Descentralização e Desenvolvimento Local.

Desse modo, a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 se inicia em 2019, e adota como referência o Programa de Metas 2019-2020 e sua territorialização, de modo a estabelecer relações entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário na cidade de São Paulo, este notadamente articulado ao Programa de Metas 2019-2020. Associado a isso, sua elaboração é apoiada na consulta pública à sociedade civil, a qual recolhe, debate e valida as propostas para o Plano de Ação da Subprefeitura.

Ainda que o Plano de Ação da Subprefeitura tenha sido iniciado em 2019, com pouca articulação com o planejamento orçamentário, o plano deverá ser revisto a cada quatro anos, de acordo com o Decreto Municipal Nº 57.537/2016, em articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano municipal, o processo orçamentário e o Programa de Metas municipal. Desse modo, a cada ciclo quadrienal de planejamento urbano e orçamentário municipal, é possível convergir para um maior alinhamento entre políticas, programas e projetos municipais, com atenção às ações prioritárias apresentadas pelo Plano de Ação da Subprefeitura e aos respectivos Perímetros de Ação Prioritários.

A complexidade e a grande demanda de ações prioritárias, apontadas no **Quadro 9 Recomendações Técnicas para o Plano de Ação 2020 e recomendações para 2021 da Subprefeitura Vila Prudente**, explicita a necessidade de investimentos públicos robustos e contínuos nas Subprefeituras. A efetivação do Plano de Ação da Subprefeitura Vila Prudente é sustentada pelo desenvolvimento e implementação de

projetos e intervenções urbanas associados a cada um dos Perímetros de Ação Prioritários e respectivas diretrizes.

Sobretudo, no caso da Subprefeitura Vila Prudente, no que diz respeito ao sistema viário; transporte público; drenagem urbana, produção habitacional; qualificação de espaços públicos e áreas verdes e implementação de Parques lineares.

A otimização dos recursos públicos disponíveis ao Plano de Ação da Subprefeitura pode estar associada à uma maior articulação entre diferentes fundos municipais, a exemplo do Fundo de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB e Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura – FMSAI. Esses fundos municipais contam com fontes de receita regulares e relativamente estáveis, e possuem afinidade finalística com o Plano de Ação das Subprefeituras. Uma maior articulação entre o sistema municipal de planejamento urbano e o processo orçamentário poderia considerar esses fundos municipais, hoje centrais à provisão das infraestruturas urbana, habitacional e ambiental para o município de São Paulo.

O Plano Regional da Subprefeitura foi aprovado em 2016 com horizonte de planejamento para 2029, e observa-se que as diretrizes apresentadas pelos Perímetros de Ação Prioritários são válidas, permanecem importantes e devem ser efetivadas. Esse fato é evidenciado durante as etapas do processo participativo para a elaboração do Plano de Ação da Subprefeitura 2020 com recomendações para 2021. Por isso é importante ampliar a discussão pública de modo que a sociedade participe e influencie a tomada das decisões públicas, alocação das finanças públicas e as prioridades de financiamento do desenvolvimento urbano paulistano.

O alinhamento entre a participação da sociedade civil; o fortalecimento das institucionalidades da administração pública, a exemplo do fortalecimento dos Núcleos Regionais de Planejamento e das Subprefeituras, a implantação de um sistema composto de processos e procedimentos que alimentem um banco de dados e informações territorializadas; e uma maior articulação entre planejamento urbano e planejamento orçamentário, potencializa a importância da implementação do Plano de Ação das Subprefeituras na cidade de São Paulo.